

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Gabriela Silveira Reis

NARRATIVA MISÓGINA E SEXISTA DA CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Belo Horizonte

2020

GABRIELA SILVEIRA REIS

NARRATIVA MISÓGINA E SEXISTA DA CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientadora: Letícia Godinho de Souza

Belo Horizonte
2020

R375n Reis, Gabriela Silveira.
Narrativa misógina e sexista da crise democrática brasileira
[manuscrito] / Gabriela Silveira Reis. – 2020.
[14], 127 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de
Governos Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

Orientadora: Letícia Godinho de Souza

Bibliografia: f. 131-140

1. Democracia – Brasil. 2. Feminismo – Brasil. 3. Ideologia
política. 4. Mulher na política. I. Souza, Letícia Godinho de. II.
Título.

CDU 396(815.11)

Gabriela Silveira Reis

A narrativa misógina e sexista da crise democrática brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Aprovada na Banca Examinadora



Profa. Letícia Godinho de Souza (Orientadora) – Fundação João Pinheiro



Profa. Aparecida Maciel da Silva Shikida (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



MASP 12778148

Profa. Maria José Nogueira (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim e a todas que ainda estão por vir. Juntas somos mais fortes! Nos encontramos na luta!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a população mineira pelo investimento que garantiu meu acesso à educação de alta qualidade, além de me confiar um trabalho tão importante como o que desempenharemos. Aos docentes da Escola de Governo e pesquisadores da Fundação João Pinheiro, pelo engajamento e inspiração, que contribuíram para minha formação em Administração Pública. Às pesquisadoras e professoras Marina Amorim e Carla Bronzo, pelos incentivos à pesquisa desde o primeiro período. À professora e pesquisadora, Nícia Raies, que não me deixou conformar com uma pesquisa que fugisse à minha trajetória. À Letícia Godinho, minha orientadora, que me inspira desde o primeiro período e sempre esteve ao lado de suas alunas, dando exemplo de sororidade e feminismo. Por fim, agradeço à minha família. Às minhas avós, Lúcia e Irene, pelo exemplo de mulheres vanguardistas. Aos meus pais e irmãos, pelo apoio material e simbólico, que assegurou conforto, paz e, conseqüentemente, qualidade a minha trajetória acadêmica. Sobretudo, agradeço minha mãe, Nelma Silveira, uma grande educadora, quem me alfabetizou e, com isso, garantiu que eu sempre entenderia as narrativas que a vida me apresentasse. Registro aqui meu carinho, em meus agradecimentos.

*“Salve os caboclos de julho.
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”
– Estação Primeira de Mangueira, samba enredo de 2019*

RESUMO

Em todo o mundo é possível observar a ampliação política de grupos conservadores, aliados à ascensão de líderes autocráticos. Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, entre outros países que compõem o Sul Global, vivem em suas histórias recentes diversos casos de ataques, simbólicos e físicos, às mulheres que integram a vida política. Esse fenômeno global de ampliação do autoritarismo se destaca não apenas por evidenciar uma crise democrática, mas também por ser reforçado por narrativas patriarcais. Assim, as mulheres estão na centralidade do debate sobre a crise democrática do continente. O presente trabalho apresenta uma análise sobre a conjuntura política nacional, na qual se analisa episódios que ilustram a crise democrática brasileira balizados por uma narrativa sexista e misógina. A pesquisa contou com revisão bibliográfica amparada por obras feministas, da Ciência Política e da Comunicação Social. A pesquisa contou também com análises empíricas, realizadas por meio de análise de conteúdo de matérias de jornal e de análise de discurso realizada a partir de entrevistas com mulheres parlamentares e militantes. A revisão bibliográfica mostrou que as crises democráticas contemporâneas tem caráter silencioso e, uma vez estabelecidas, buscam manter um verniz democrático; que as propagandas ideológicas atuais se apoiam em notícias falsas e que o patriarcado a partir de construções sociais de gênero, reitera a socialização de mulheres, com vistas a impedir sua participação política. As análises empíricas mostraram como as mulheres são tratadas quando tentam ocupar espaços de poder e quais estratégias o patriarcado utiliza para barrá-las.

Palavras-chave: feminismo, misoginia, crise democrática, narrativa coletiva.

ABSTRACT

Around the world, it is possible to observe the political expansion of conservative groups, allied to the rise of autocratic leaders. Brazil, Chile, Argentina, Bolivia, among other countries that make up the Global South, have lived in their recent histories several cases of attacks, symbolic and physical, against women who are politically active. This global phenomenon of expansion of authoritarianism stands out not only for showing a democratic crisis, but also for being reinforced by patriarchal narratives. Thus, women are at the center of the debate on the continent's democratic crisis. The present work presents an analysis of the national political conjuncture, through the analysis of episodes that illustrate the Brazilian democratic crisis marked by a sexist and misogynistic narrative. The research included a bibliographic review supported by feminist, Political Science and Social Communication works. The research also included empirical analyzes, carried out through content analysis of newspaper articles and discourse analysis carried out through interviews with parliamentarians and activists women. The literature review showed that contemporary democratic crises have a silent character and, once established, seek to maintain a democratic veneer; that the current ideological advertisements are based on fake news and that patriarchy based on social gender constructions, reiterates the socialization of women, aiming to prevent their political participation. Empirical analyzes showed how women are treated when they try to occupy powerful seats and what strategies the patriarchy used to stop them.

Keyword: feminism, misogyny, democratic crisis, collective narrative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Direitos sem Democracia	43
Figura 2 –	Montagem de Manuela com tatuagem do Che Guevara e Lênin	107
Figura 3 –	Captura de tela do vídeo de dança falsamente atribuído à Manuela	108
Figura 4 –	Venda do adesivo ofensivo à Presidenta Dilma	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de candidaturas: cargos do Poder Executivo, por gênero, Brasil 2018	102
Tabela 2 – Proporção de candidaturas: cargos do Poder Legislativo, por casa legislativa, Brasil, 2018	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

EUA – Estados Unidos da América

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PL – Projeto de Lei

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do RJ

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA	19
3. CRISE DA DEMOCRACIA.....	25
3.1. Escalada Autoritária e Movimentações Antidemocráticas	25
3.1.1. O argumento de “Como as democracias morrem”, de Levitsky e Ziblatt	27
3.1.2. O argumento de “Como a Democracia Chega ao Fim?”, de David Runciman 28	
3.1.3. O argumento de “O povo contra a democracia”, de Yascha Mounk.....	41
3.1.4. Diálogo entre os autores: uma análise comparada das obras.....	49
3.2. Construção da Narrativa Coletiva.....	53
3.2.1. Noam Chomsky e o consentimento manufaturado.....	53
3.2.2. A perspectiva de pós-verdade de Matthew d’Ancona.....	59
3.2.3. Balanço parcial.....	67
3.3. Enredos manufaturados e crise democrática.....	70
4. SUL GLOBAL EM CHAMAS	72
4.1. Chile: el violador eres tu	72
4.2. Ataques em Vinto, Bolívia.....	76
4.3. A Maré Verde argentina.....	81
4.4. Brasil e o uso da liberdade para pedir a opressão.....	86
4.5. Triste, louca ou má? Política!.....	88
5. O LUGAR DA MULHER: PATRIARCADO E FEMINISMO	91
5.1. Patriarcado e Feminismo	92
5.1.1. Patriarcado	92
5.1.2. Feminismo	96
5.1.3. Feminismos, no plural.....	101
5.2. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”: Sexo e Gênero.....	102
5.3. Dicotomia público-privado: barreiras simbólicas	103

5.3.1. Barreiras à participação.....	105
6. O RETRATO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	108
6.1. Mulheres candidatas.....	109
6.1.1. Manuela D'Ávila.....	110
6.1.2. Luciana Genro.....	115
6.2. Mulheres eleitas.....	116
6.2.1. Maria do Rosário	116
6.2.2. Dilma Vana Rousseff.....	117
7. O RETRATO DA POLÍTICA PELA MULHER.....	121
7.1. Jô Moraes	121
7.2. Margarida Salomão.....	124
7.3. Avelin Buniacá Kambiwá	127
8. CONCLUSÕES: MISOGÍNIA NA CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA.....	131
REFERÊNCIAS.....	137

1. INTRODUÇÃO

A escalada autoritária e o crescimento de movimentos antidemocráticos apresentam-se hoje como fenômenos globais. Em todo o mundo é possível observar a ampliação política de grupos conservadores, aliados à ascensão de líderes autocráticos. Lideranças essas que apontam diversas críticas à estrutura política vigente e contribuem para desgastar a opinião pública. Apoiam-se em discursos ufanistas e aparentam ser patriotas, todavia, realizam ataques contra suas próprias populações e reiteram a exclusão social, política e econômica de minorias. Os ataques que esses movimentos realizam contra as instituições democráticas, aliados à marginalização de grupos minoritários que passam a ter sua cidadania reduzida, fazem com que esses fenômenos conduzam a crises democráticas.

Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, entre outros países, viveram em suas histórias recentes casos de convulsão social. Nesses episódios, é possível observar ataques, simbólicos e físicos, às mulheres que integram a vida pública de seus países. Como resposta, é possível observar também a forte reação de grupos feministas, em defesa das liberdades das mulheres, com destaque ao movimento chileno “*el violador eres tu*”. Assim, as mulheres estão na centralidade do debate sobre a crise democrática do continente. Logo, essas crises políticas partilham, além do uso de violência e duras críticas ao Estado e a governos, da forma como as mulheres são retratadas.

O presente trabalho foi impulsionado, portanto, pela identificação da questão de gênero como característica dos recentes episódios de convulsão social. Esses eventos, sem dúvida, refletem as disputas políticas e, por que não, democráticas, afinal trata-se de vários grupos lutando por direitos e por participação. Certamente, possuem raízes econômicas, financeiras, culturais e políticas que são centrais para avaliar sua ocorrência. Todavia, dada a centralidade do tema das mulheres, que ora são atacadas, ora lideram manifestações por ampliação de direitos, nota-se a urgência em entender a dimensão de gênero que perpassa esses episódios. Assim, a motivação inicial para a pesquisa aqui apresentada buscava compreender o papel que as mulheres ocupam na política contemporânea.

Vale explicar ainda que, a partir da análise dos casos de agitação social no Sul Global e da revisão bibliográfica sobre a crise democrática recente, uma nova questão surge acerca dos ataques à democracia. Além de notoriamente machistas,

parte desses eventos são impulsionados por notícias falsas que desqualificam atores e atrizes políticos ou procuram reescrever a História. Com isso, a inquietação inicial, que tratava do caráter machista de algumas manifestações ou da intensidade da luta feminista, se amplia e evidencia que é necessário compreender como narrativas de reconstrução da realidade são constituídas. Assim, a pesquisa passa a abordar também as estratégias de construção de uma narrativa coletiva, marcada por um discurso machista, que corrobora e sustenta essa crise democrática.

Autores como Runciman (2018), Chomsky (1997) e d'Ancona (2018) observam que a construção de narrativas coletivas mobilizam a população contra um regime de direitos e, por isso, constituem importantes estratégias conservadoras. Por meio desses enredos manufaturados, são realizadas ofensivas contra os processos democráticos, o esvaziamento do debate e, finalmente, a construção de uma nova realidade. Diante disso, não sobra mais espaço para deliberação.

Tais enredos são caracterizados, principalmente, por suas dimensões sexistas e misóginas e se apoiam, sobretudo, em uma narrativa patriarcal ultrapassada. Carole Pateman (1993), ao revisar as teorias contratualistas clássicas, explica que o contrato original também é uma narrativa coletiva fabricada. Trata-se de uma “ficção política” que fundamenta as origens do patriarcado. A autora afirma que “contar histórias” é uma ferramenta que seres humanos utilizam com vistas a atribuir sentido às suas vidas. Desse modo, o contrato original consistiria em uma narrativa hipotética que conferiria a dimensão patriarcal à sociedade ocidental.

Logo, os novos enredos criados com vistas a mobilizar a população contra a democracia se apoiam em uma narrativa patriarcal, consolidada e universal. São perspectivas que constroem as mulheres aos espaços domésticos e longe do poder deliberativo e, por essa razão, reforçam a ideia de que devem se afastar do campo político.

No Brasil, especificamente, desde 2013, constrói-se uma forte polarização política, confortavelmente designada ao esgotamento da esquerda e aos diversos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, como se pode notar pela forma como esses movimentos se manifestam, essa crise de extremismo político é marcada, também, por diversos ataques contra mulheres que ocupam espaços representativos, sejam elas filiadas a partidos de esquerda ou de direita.

Por exemplo, as eleições de 2014, o cenário político e social do processo de *impeachment* ou o fenômeno de *fake news* que marcaram as eleições de 2018

são eventos amparados na centralidade da mulher em meio a crises políticas. Nas eleições de 2014, a candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Luciana Genro, foi desqualificada por Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por se comportar da mesma forma que ele agia em debates. No decorrer do processo de *impeachment*, ocorreu uma intensa campanha de desqualificação da pessoa da presidenta Dilma Rousseff (PT), em prejuízo de avaliações verdadeiras sobre sua gestão.

Durante as eleições de 2018, pode-se comentar sobre o uso de *fake news* que buscavam desqualificar a chapa PT/PCdoB (Partido Comunista do Brasil), mas cujos ataques aos integrantes e candidatos à presidência e vice-presidência, respectivamente, Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB), não eram realizados de modo semelhante. Enquanto Haddad era atacado por notícias falsas sobre projetos de governo, Manuela era desqualificada e teve sua imagem difamada, de forma que circularam, a seu respeito, inclusive, mentiras sobre seu corpo.

São diversos episódios misóginos que marcam a história política recente do país, de modo que é possível identificar uma campanha sistemática contra a participação de mulheres no cenário político. Em virtude dessa realidade, o presente trabalho procura analisar como essas crises democráticas amparam-se em narrativas misóginas, que visam mobilizar a população contra a democracia, a partir do sexismo e machismo inerente na sociedade. Amparados na socialização patriarcal de homens e mulheres, esses atores políticos reiteram a perspectiva de que mulheres não pertencem ao espaço público e, por esse motivo, devem se afastar da arena política.

É imperativo compreender suas nuances e semelhanças com os eventos observados em países vizinhos, identificar a percepção de mulheres que sofrem os ataques citados sobre a realidade em que estão inseridas, além de buscar compreender as estratégias por elas desenvolvidas como forma de se manterem nesses espaços.

Conforme indicado pelo sumário, o presente trabalho organiza-se em sete capítulos, além desta Introdução. O segundo capítulo, Metodologia, apresenta os procedimentos e instrumentos técnicos utilizados para realização da pesquisa. Explica as escolhas metodológicas e situa o campo epistemológico no qual essa pesquisa se apoia.

O Referencial Teórico da pesquisa procurou estabelecer as bases, assim como um fio condutor entre os campos teóricos estudados e, por esse motivo foi

divido em dois capítulos, “Crise da Democracia” e “O Lugar das Mulheres: Patriarcado e Feminismo”. Assim, o terceiro capítulo, “Crise da Democracia”, apresentará as revisões bibliográficas das obras da Ciência Política e da Comunicação Social, com vistas a elucidar a perspectiva da crise democrática aliada à reconstrução da narrativa coletiva. Como forma de entender os eventos globais que configuram essa crise democrática, apresentam-se alguns exemplos, no capítulo quatro, “Sul Global em Chamas”. O quarto capítulo, portanto, é um capítulo de contextualização cujo objetivo é ilustrar os conceitos observados na primeira parte da Revisão Bibliográfica. Nele, será apresentada uma avaliação de episódios dessa crise na América do Sul. A partir dessas análises, evidencia-se que a crise democrática não só é real, intensa e violenta, como também dispõe de dimensões sexistas que exigem aporte do feminismo para serem compreendidas.

Na sequência, o trabalho apresenta o quinto capítulo, “O Lugar das Mulheres: Patriarcado e Feminismo”, como uma revisão bibliográfica ancorada na literatura feminista com vistas a complementar o Referencial Teórico. É por meio das perspectivas apresentadas, que se torna possível analisar os dados coletados a partir das reportagens e das entrevistas, nas seções empíricas finais.

Por fim, para entender o tratamento concedido às mulheres na política brasileira na atual conjuntura, em que se notam vários ataques às instituições democráticas, apresentam-se aqui análises empíricas realizadas em duas frentes. A primeira, apresentada no capítulo seis, “O Retrato das Mulheres na Política”, procura identificar suas imagens no cenário político nacional. Assim, a partir de notícias jornalísticas acerca do passado recente, procura-se mostrar como as mulheres são tratadas por seus colegas e retratadas pela mídia. Logo, o objetivo dessas análises é evidenciar como a narrativa patriarcal se desenha. São examinados eventos exemplares que ocorreram com mulheres candidatas e eleitas. Entre as candidatas, são narrados os já citados casos envolvendo Manuela D’Ávila (PCdoB) e Luciana Genro (PSOL). No que se refere às mulheres eleitas, foram abordados dois outros casos. Um, envolvendo a então deputada federal, Maria do Rosário (PT) e o atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido); e outro, no qual a então presidenta Dilma Rousseff (PT) foi alvo de diversas violências de gênero.

Já a segunda frente, apresentada no capítulo sete, “O Retrato da Política pela Mulher”, visa compreender a experiência subjetiva de mulheres na política. Expõe e interpreta os dados obtidos por meio de entrevistas narrativas e episódicas

com mulheres parlamentares e ativistas. As entrevistadas narraram suas trajetórias políticas, explicaram quais os principais desafios que enfrentam enquanto mulheres que lutam por interesses individuais e coletivos e apresentaram exemplos de violências sofridas por sua atuação ativa na política. Apesar dos casos extremos narrados nos capítulos “Sul Global em Chamas” e “O Retrato das Mulheres na política”, as entrevistadas discorreram, majoritariamente, sobre episódios de violência simbólica.

Por fim, o último capítulo apresenta as principais discussões do trabalho: as reflexões proporcionadas pela Revisão Teórica; a importância de uma Epistemologia Feminista como perspectiva de análise dos fenômenos políticos contemporâneos; uma avaliação final sobre a atual conjuntura brasileira e seu caráter misógino; e a interpretação dos relatos das entrevistas.

Em pleno 2020 já não cabe mais desqualificar ou minimizar o impacto dos movimentos feministas. São mulheres competentes, inteligentes, capazes, que não aceitam a opressão, disputam espaços para garantir a representação de suas vozes e que, dessa forma, lutam por seus interesses.

“Uma mulher na política muda a mulher. Muitas mulheres na política mudam a política” (BACHELET, Michelle, 2020).

2. METODOLOGIA

O Objetivo Geral desse trabalho foi entender o caráter misógino e sexista do recente movimento político conservador brasileiro. Assim, teve-se como objetivos específicos:

1. Entender como o liberalismo estruturou a limitação da participação política das mulheres nas democracias modernas;
2. Entender como a crise política e o recente movimento conservador mobilizaram valores misóginos que, aliados ao uso de *fake news*, mudaram o caráter do debate político brasileiro, reforçando o patriarcado;
3. Identificar práticas misóginas dirigidas às mulheres que ocupam cargos políticos, que vão desde *bullying* até a violência física;

No que se refere à metodologia, essa pesquisa se caracteriza como exploratória. Com vistas a consolidar uma via de avaliação específica para o caso brasileiro, este trabalho buscou realizar uma interpretação para os fenômenos da crise democrática atual a partir de discussões já previstas e reconhecidas na Teoria Democrática. Assim, foca-se nas dimensões de gênero e comunicação que perpassam a crise política-democrática nacional. É também uma investigação qualitativa. Mais que ausência de preocupação em quantificar eventos, busca-se realizar um estudo dos “significados subjetivos e das atribuições individuais do sentido” (FLICK, 2004, p. 33) dos dados coletados, oriundos de análises de notícias e de entrevistas com mulheres que se destacam no campo da política.

A pesquisa exploratória busca identificar um tema ou problema de estudo que poderá ser alvo de futuras agendas de pesquisa. Serve então para construir uma aproximação ao tema que, no caso deste trabalho, é novo, lida com uma questão da conjuntura política, ainda pouco explorado. Diferente da pesquisa descritiva ou explicativa, o tema ainda não está sistematizado, e prova disso é a revisão da literatura que se fez, no campo da teoria democrática, que ainda não aborda com centralidade a questão sexista. Por isso, usou-se de uma combinação de estratégias metodológicas, como entrevistas e pesquisa documental (notícias).

O trabalho também se apoia na Epistemologia Feminista, a qual, segundo a filósofa Patricia Ketzer, consiste em um campo de investigação que pesquisa o

papel do gênero nas diversas atividades do conhecimento. A partir da premissa de que o preconceito de gênero permeia as atividades epistemológicas, essa abordagem procura confrontar tais preconceitos e, com isso, questioná-los (KETZER, 2017, p. 97).

A filósofa explica que a Epistemologia Feminista é parte do campo de pesquisa da Epistemologia Social, uma abordagem que procura superar a lógica individualista e reconhece “a importância de conceber o conhecimento como socialmente situado” (KETZER, 2017, p. 97). Com isso, a abordagem feminista traz questionamentos ao sujeito cartesiano, qualificado por Ketzer (2017) como um sujeito branco e europeu, que procura se distanciar e liberta-se do “outro”, aquele que não é nem branco, nem masculino.

De acordo com a filósofa,

As mulheres não foram somente ridicularizadas no decorrer da história da Filosofia, tendo sua capacidade intelectual menosprezada, mas também os conceitos epistemológicos foram construídos a partir de estereótipos de masculinidade, como o conceito de razão e de objetividade (KETZER, 2017, p. 98).

Com isso, razão e objetividade se tornam critérios de “cientificidade” que exercem uma dupla função: epistemológica e política (KETZER, 2017, p. 98). Ketzer (2017) denuncia ainda que esses termos, que se tornaram centrais no debate acadêmico, são, na verdade, fundamentados em estereótipos de gênero. Assim, à mulher é designado o caráter emotivo e subjetivo, ao passo que ao homem atribui-se a qualidade de racional e objetivo. Vale ainda notar a importância da Epistemologia Feminista, na medida em que ela não apenas subverte a produção acadêmica dominante e excludente, mas confronta também a construção social de gênero marcada pela falsa premissa de que mulheres possuiriam capacidades cognitivas menores que às dos homens.

Em virtude dessa escolha epistemológica, é importante apontar que este texto, com pretensão feminista e fundado nessa abordagem, não busca realizar uma redação neutra ou imparcial. Pelo contrário, ainda que redigido na terceira pessoa, o presente trabalho carrega forte carga subjetiva, sugerindo que a voz da autora se faz presente. Vale observar ainda que tal escolha metodológica não despreza a qualidade técnica do texto. Antes disso, decorre da própria Epistemologia Feminista, a qual visa situar historicamente a autora. Há um corpo que escreve e ele é feminino, marcado por histórias e vivências específicas. Logo, o sujeito não é indeterminado ou universal.

Dessa forma, o presente trabalho é uma pesquisa exploratória, feminista e de natureza qualitativa, que conta tanto com revisão teórico-bibliográfica, quanto com análises empíricas. Para sua realização, foram executados três conjuntos de atividades ou procedimentos. Primeiro, foi realizada pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou a revisão da literatura escolhida. Para tal, elencou-se obras que abordassem as crises políticas recentes, marcadas por autoritarismos. Desse modo, buscou-se na Ciência Política o aporte metodológico para a compreensão da atual crise da democracia. A escolha dos autores foi pautada pelo reconhecimento de suas análises no campo da teoria democrática. Assim, trata-se de pesquisadores que dedicaram suas carreiras a compreender o fenômeno de golpes de estados, regimes autoritários e cenários correntes de desconstrução da democracia no presente. Foram estudadas as obras: “Como as democracias morrem”, de Levitsky e Ziblatt; “Como a Democracia Chega ao Fim?”, de David Runciman; e “O povo contra a Democracia”, de Yascha Mounk.

Foram também elencadas obras que abordassem o conceito de “construção da narrativa”, por isso, recorreu-se a textos da área de Comunicação Social. Foram escolhidas os trabalhos de Noam Chomsky, “Controle da Mídia: Os espetaculares feitos da propaganda”; e de Matthew D’Ancona, “Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*”.

Por fim, recorreu-se às obras feministas que buscaram discutir os papéis de gênero e a participação da mulher em espaços de poder. Foram trabalhados os conceitos de Patriarcado, Feminismo, as diferenças entre sexo e gênero, a dicotomia público-privado e, por fim, as barreiras simbólicas à participação sócio-política de mulheres. Foram selecionados os trabalhos de Djamila Ribeiro; bell hooks; Carole Pateman; Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, e Marlise Matos.

O objetivo dessa etapa buscou compreender conexões entre os três campos de questões levantadas, de modo a explicar a atual crise política brasileira, a partir de seu viés misógino. O Referencial Teórico apresenta, portanto, uma discussão crítica acerca da questão democrática, seu caráter sexista e as estratégias de comunicação que lhe dão aporte. Com isso, a revisão literária proporcionou a fundamentação necessária para realizar as interpretações tanto dos eventos e notícias selecionadas, quanto das entrevistas realizadas.

Essa etapa foi importante, outrossim, para construir o roteiro das entrevistas. A partir das discussões apresentadas, foi possível definir categorias de

perguntas, tais como: trajetória política; agenda defendida; papel da entrevistada enquanto parlamentar ou ativista; dificuldades encontradas pelas barreiras de participação; etc.

As demais estratégias envolveram análises empíricas. A primeira ampara-se em uma pesquisa documental, na qual foram analisadas notícias de jornais, revistas e portais *online* que possibilitassem a análise do tempo presente. Com vistas a estudar episódios de convulsão social, não só do Brasil, mas que retratassem também a situação do Sul Global, foram selecionadas notícias de periódicos *online* que retratassem esses eventos que, por serem recentes, ainda não são abordados em livros de História. Assim, os capítulos “Sul Global em Chamas” e “O Retrato das Mulheres na Política” contam com reportagens dos jornais BBC News Mundo, El País, Folha de São Paulo, Estadão, InfoMoney e La Voz; dos portais de notícia Mídia Ninja, Jusbrasil, Congresso em Foco e Brasil de Fato; do *blog* Socialilista Morena; e da Revista Época. A seleção dessas mídias buscou garantir a pluralidade de linhas editoriais.

A partir do conteúdo das matérias selecionadas, fez-se as análises das informações trazidas pelas notícias. Com isso, apresenta-se, por meio da análise de conteúdo, uma interpretação dos eventos retratados. A primeira análise empírica, portanto, contou com o exame de notícias de jornais e revistas, com vistas a proporcionar uma análise de conjuntura. Esperava-se, com essa etapa, evidenciar e contextualizar a perspectiva misógina da atual crise democrática brasileira.

A segunda análise empírica apoiou-se na realização de três entrevistas com mulheres que possuem importante atuação na política. Escolheu-se, assim, duas mulheres com carreiras parlamentares e uma candidata a cargo eletivo. Foram entrevistadas a ex-deputada federal, Jô Moraes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); a deputada federal, Margarida Salomão, do Partido dos Trabalhadores (PT); e candidata a vereadora de Belo Horizonte, em 2016, Avelin Kambiwá, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

As entrevistas buscaram extrair as narrativas das entrevistadas sobre sua experiência na vida política. Flick (2004) explica que entrevistas tradicionais não permitem “obter experiências subjetivas no esquema de perguntas e repostas” (p. 109), ao passo que as narrativas “permitem ao pesquisador abordar o mundo experimental do entrevistado, de modo mais abrangente, com a própria estruturação

desse mundo” (p.109). Com isso, tornam-se úteis como “modelo de conhecimento e de apresentação de experiências” (p.109).

O roteiro de perguntas foi formulado a partir dos formatos chamados por Flick (2004) de “entrevista narrativa” e “entrevista episódica”. A primeira, explica o autor, é utilizada no contexto da pesquisa biográfica, e inicia-se com uma “questão gerativa narrativa”, cujo objetivo é estimular a entrevistada a iniciar sua narrativa. Para o presente trabalho, essa questão foi: “Como se iniciou sua vida política?”. A partir dessa questão, buscou-se compreender como os eventos da história de vida dessas mulheres foram vivenciados por elas. Quais significados e sentidos elas conferem à experiência política. Quais os percalços, dificuldades e como lidaram com eles. É uma preocupação do autor de que essa questão gerativa seja uma questão que respondida prolongue-se de forma a gerar um relato consolidado (FLICK, 2004, p.110). Visto que, nas três entrevistas realizadas, essa resposta foi a mais longa, pode-se dizer que a questão geradora foi bem sucedida.

As demais perguntas amparam-se no modelo de “entrevista episódica”. Flick (2004) explica que

o ponto de partida para a entrevista episódica é a suposição de que as experiências que um sujeito adquire sobre determinado domínio estejam armazenadas e sejam lembradas nas formas de conhecimento narrativo-episódico e semântico (FLICK, 2004, p. 117).

Apresentadas também na forma de uma narrativa, as respostas de uma entrevista episódica proporcionam apresentações associadas ao contexto. Ela “parte de formas episódico-situativas do conhecimento experimental” (p.117). Assim, os episódios vivenciados pelas entrevistas e que se relacionam com a questão do estudo recebem atenção especial. Foi o caso, por exemplo, das questões: “Você enfrenta dificuldades domésticas que influenciam na sua atuação política?”; “Quais as principais marcas machistas, na sua atuação política”; ou “Durante sua trajetória e atuação política, você já sofreu algum tipo de violência física ou simbólica?”.

Assim, o objetivo das entrevistas foi compreender como as entrevistadas interpretam os tratamentos que recebem nos espaços políticos que ocupam, de modo que esse instrumento permitiu compreender a perspectiva das mulheres que estão dentro da política.

A interpretação das entrevistas ocorreu amparada no método da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica utilizada para produzir inferências

a partir de uma comunicação oral ou escrita para seu contexto social. Ela busca ainda reduzir a complexidade dessa comunicação; realizar a interpretação de seu significado; que valores, visões de mundo e representações sociais encontram-se presentes, entre outros objetivos (BAUER; GASKELL, 2002).

Os relatos das entrevistadas foram codificados a partir das categorias de análise criadas por meio do referencial teórico. Assim, buscou-se analisar suas narrativas a partir da luta política que representam, trajetórias de vida e de atuação política, dificuldades enfrentadas, agendas que defendem, formas de superação de barreiras à participação e exemplos de violências físicas e simbólicas vivenciadas.

3. CRISE DA DEMOCRACIA

3.1. Escalada Autoritária e Movimentações Antidemocráticas

Em todo o mundo percebe-se hoje uma escalada autoritária e o crescimento de movimentos antidemocráticos. Observa-se o surgimento de grupos conservadores e a ascensão de líderes autocráticos que se descrevem como críticos da estrutura política vigente e, com isso, se apoiam nos desgastes na opinião pública e nas crescentes insatisfações populares provocados pelas falhas do sistema, tais como corrupção, lentidão do poder público, injustiças, etc. Apresentam-se como *outsiders*, figuras e grupos que supostamente não pertenceriam ou compactuariam com a tradicional ordem política: pessoas e movimentos “de fora do sistema” e sem vida política prévia. Com discursos ufanistas que chamam a atenção, não só de seus simpatizantes, mas também dos seus opositores, esses atores lançam mão de um aparente patriotismo para fundamentar posicionamentos conservadores, intolerantes e violentos.

Com rompantes de sinceridades, essas lideranças fazem ataques ora pessoais e direcionados a interlocutores específicos, ora generalizados, mas que de toda forma são direcionados às minorias políticas. Opõem-se às lutas por igualdade de gênero, ridicularizam pessoas LGBT's e reiteram condutas heteronormativas, proferem comentários racistas, apoiam comportamentos violentos promovidos pelas forças de segurança, questionam a legitimidade dos meios de comunicação e corroboram práticas de censura, etc. Defendem, portanto, pautas racistas, misóginas, elitistas e excludentes e o fazem de modo violento e antidemocrático.

Com retórica autoritária, esses atores rejeitam as normas democráticas, duvidam dos resultados das eleições e questionam o sistema eleitoral, transformam seus opositores em inimigos e fomentam discursos de medo e ódio. Contribuem assim para a convulsão social de seus países, visto que reforçam o cenário de polarização política. Em prejuízo da coesão social, eles promovem desentendimentos e conflitos, de forma que a opinião pública se desmembra. Com fendas sociais instaladas, o diálogo e a mediação tornam-se quase utopias, uma vez que não é mais possível a articulação de interesses comuns.

Em casos extremos, pode-se comentar sobre a Bolívia, quando as manifestações pró e contra o então presidente, Evo Morales, culminaram na violência

e nas humilhações cometidas contra Arce Guzman, prefeita de Vinto, da província de Cochabamba. No referido episódio, a população, instigada por grupos críticos ao presidente boliviano, foi às ruas e, literalmente, arrastou pelos cabelos a prefeita, legitimamente eleita, por ser apoiadora de Morales, quem representaria a tradicional ordem política vigente naquele país. Em casos mais brandos, pode-se falar da violência urbana narrada pelos brasileiros, por usarem símbolos, como adesivos ou camisetas de campanha eleitoral como forma de manifestar seu apoio a determinado político ou causa.

O fato é que a violência, física e simbólica, é normalizada e, enquanto tal, passa a ser um dos principais, quando não o único meio de confronto político. Sem espaço para debater ideias, a crise se estabelece e, conseqüentemente, coloca em xeque a longevidade daquelas democracias. Assim, para compreender como as crises democráticas recentes tem ocorrido, recorreu-se à bibliografia contemporânea acerca do tema, com foco em autores que tenham dedicado suas trajetórias acadêmicas a compreender o fenômeno de golpes de estados, regimes autoritários e cenários correntes de desconstrução da democracia. Elencou-se, desse modo, os trabalhos dos cientistas políticos Levitsky e Ziblatt; Runciman e Yascha Mounk. O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir suas ideias a respeito do tema delimitado neste trabalho.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt são professores na Universidade de Harvard. O primeiro realiza pesquisas acerca de partidos políticos, autoritarismo e democratização, com foco na América Latina. Já Ziblatt foca na história da democracia e estudos sobre a Europa. Juntos, os dois pesquisadores lideram o Grupo de Pesquisa “Weatherhead”, acerca dos Desafios para a Democracia (HARVARD, 2020).

David Runciman, por sua vez, é professor de política e história na Universidade de Cambridge. Além disso o pesquisador é chefe do Departamento de Política e Estudos Internacionais. Yascha Mounk é professor associado na Universidade Johns Hopkins além de contribuir em veículos jornalísticos como *The New York Times* e Folha de São Paulo. Suas pesquisas focam na teoria política e democracia.

3.1.1. O argumento de “Como as democracias morrem”, de Levitsky e Ziblatt

Em “Como as democracias morrem”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) discutem os cenários e conjunturas que promovem o colapso de democracias tradicionais. A partir da eleição de Donald Trump nos EUA, de exemplos atuais do rompimento da democracia em outras nações, e de casos históricos de movimentos autoritários em todo o mundo, os autores discorrem sobre os elementos comuns à corrosão do regime democrático.

Após dedicar suas carreiras a realizar estudos acerca de conjunturas antidemocráticas, os pesquisadores buscaram sistematizar as situações e cenários que se desenham antes de uma democracia sucumbir. É o que os autores chamam de “sinais anunciadores”. Assim, Levitsky e Ziblatt (2018) explicam que as democracias atualmente não morrem de modo espetacular, por exemplo, com a entrada de tanques de guerra nas ruas das cidades e um golpe proclamado por um determinado grupo ou autor. Pelo contrário, o colapso democrático da atualidade é causado por líderes autocratas, legitimamente eleitos, que destroem o sistema de dentro para fora (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 26).

O argumento defendido pelos autores no livro é de que esses autocratas ascendem ao poder em decorrência de falhas dos partidos políticos, que não realizam corretamente a triagem dos políticos que apresentarão como seus candidatos. Uma vez eleitos, esses indivíduos subvertem gradativamente a democracia.

Acerca dos partidos políticos, explicam que são responsáveis por selecionar, via “revisão por pares”, quem concorrerá aos cargos eleitorais em nome da sigla. Dessa forma, essas instituições teriam a responsabilidade de manter figuras com indícios autoritários longe das eleições. O que ocorre no caso dos *outsiders* com posturas antidemocráticas é que sua popularidade e carisma chamam a atenção de alguns partidos que veem neles a possibilidade de vencer pleitos. Logo, os partidos buscariam cooptar essas figuras, a despeito de suas posições autoritárias, por serem carismáticas. Dessa forma, desconsiderariam que as falas polêmicas possam se concretizar em ações e apoiariam essas candidaturas, acreditando que conseguiriam redirecionar o insurgente para executar os programas e planos de governo do partido (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 28).

Contudo, o que acontece é que o *outsider* autocrata não se permite controlar e, após eleito, governa aos seus moldes. Inicia-se, então, a subversão da

ordem política. Pouco a pouco, e mantendo um verniz democrático, esses líderes autoritários promovem ações que subjagam a democracia. Mantém-se as eleições periódicas, as instituições e a Constituição, entretanto, são realizados esforços com intenções autoritárias, sempre orquestrados por vias legais. Trata-se de projetos de leis enviados e aprovados pelo legislativo ou discussões realizadas com a participação do poder judiciário, de modo geral disfarçados de combate à corrupção, melhorias no processo eleitoral ou propostas para ampliar a eficiência do judiciário. É, dessa maneira, que ocorre o enfraquecimento das normas e instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 17-18).

Sem um marco divisor de águas que determine o momento exato em que um golpe ocorreu, estabelecendo a divisão da história daquela nação em um passado democrático e um presente autoritário, a população fica confusa e perplexa. As pessoas “não compreendem imediatamente o que está acontecendo. Muitos continuam a acreditar que estão vivendo sob uma democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT; 2018; p.18).

3.1.2. O argumento de “Como a Democracia Chega ao Fim?”, de David Runciman

Na obra de David Runciman (2018), “Como a Democracia Chega ao Fim”, o autor avalia as crises políticas que se espalham por vários países, em especial pelos EUA, e questiona a estabilidade dos regimes democráticos. A partir de comparações da história recente com períodos anteriores, Runciman (2018) explica como essas diferentes épocas resguardam especificidades, elenca situações que configuram o início de uma crise, quais atores se envolvem nesses processos, as possíveis saídas e, inclusive, comenta as alternativas ao regime democrático.

O principal elemento que baliza análise do autor parte das singularidades de cada período histórico. Runciman (2018) se apoia na premissa de que, a despeito das semelhanças com outros episódios autoritários da história mundial, a atual conjuntura se distancia desses momentos, em alguns aspectos. Muito embora haja elementos similares, tais como uso de suásticas em manifestações políticas nos EUA, o que no Brasil poderia ser comparado aos pedidos de “volta da ditadura” nos protestos conservadores nas ruas de todo o país, o autor acredita que a atual

conjuntura reserva características que fazem necessário estabelecer “um novo quadro de referência” (p. 9). Conforme explica,

recorremos a exemplos passados de falência democrática para entender melhor o que pode dar errado no presente. Imaginamos que o fim da democracia irá nos levar de volta ao início. (...). No entanto, por mais funestos que sejam, esses eventos não prenunciam a volta de uma coisa que julgamos ter deixado para trás (p.8-9).

Runciman (2018) aponta, então, que as estruturas sociais do presente diferenciam as sociedades atuais daquelas que sucumbiram a golpes de estado, dada sua prosperidade, elevada idade da população e o cenário globalizado que promove a interconexão dos países. Acima de tudo, de acordo com o autor, o conhecimento histórico coletivo, justamente acerca daqueles períodos, contribuiria para que os erros do passado não se repetissem (RUNCIMAN, 2018, p.7).

Para distinguir, então, a atual conjuntura dos momentos pretéritos, Runciman (2018) oferece três diferenças fundamentais: a estrutura da violência política, enquanto indicador da falência democrática; a ameaça de uma catástrofe, que mobilize a população em torno de um inimigo em comum; e, por fim, a revolução da informática, a qual transformou os meios de operação da democracia, dado o uso de algoritmos e mineração de dados para veicular e, conseqüentemente, direcionar informação. Com isso, o autor estrutura o livro a partir desses fatores que distinguem a crise democrática atual daquelas pela qual esse modelo de regime enfrentou no passado. São os principais capítulos de sua obra: “Golpes de Estado!”, “Catástrofes!”, “Revolução Tecnológica!” e “Alguma coisa melhor?”.

Sobre os Golpes de Estado, especificamente, Runciman (2018) elabora que os diferentes períodos históricos são mediados por formas próprias de violência política, tanto em escala quanto no caráter dessa violência. Com isso, os eventos que subvertem a democracia e levam a sua derrocada são também distintos. Para o autor, as sociedades atuais são mais pacíficas, na medida em que os impulsos destrutivos não se manifestam de forma explícita. Pelo contrário, a violência “espreita às margens da política e nos recônditos da imaginação de cada um, sem jamais assumir o centro do palco. E é ela o fantasma dessa história” (p.11).

Já nos movimentos fascistas de 1930 e nos militares da América do Sul de 1960, episódios no qual a violência era indiscutível e pública, o uso da força física se apresentava como uma marca que dividia a história em dois momentos: “democrático” e “autoritário”. A violência política dos períodos passados culminava em um golpe de

Estado, em que as instituições democráticas eram tomadas pela via armada. Havia separação de um momento antes e um momento depois dos eventos em questão, de modo a não restar dúvidas sobre o que havia acontecido: um golpe (RUNCIMAN, 2018, p. 28). Assim, o autor afirma que no século XX:

O sinal de um golpe de Estado bem-sucedido é a separação clara entre um antes e um depois, demarcada por acontecimentos que assinalam uma diferença inequívoca entre um e outro. (...) A finalidade de um golpe de Estado como este é não deixar a menor dúvida quanto ao que aconteceu, pois a eliminação da dúvida é a única maneira de assegurar a obediência. As alternativas são o fracasso ou uma guerra civil (RUNCIMAN, 2018, p.28).

No atual cenário, por outro lado, não há episódios que explicitem o momento de “antes e depois”, justamente pelo caráter latente da violência. Sem um evento claro que indique a ruptura com as bases democráticas, restam dúvidas sobre os fatos. Em virtude da dúvida, a sociedade se divide entre aqueles que acreditam que houve um golpe e aqueles que questionam essa classificação dos eventos que ocorreram. Logo, distinguir os limites do golpe torna-se uma tarefa árdua, de forma que ele pode nunca ser, de fato, revelado. Ele, na verdade, se desenha de modo gradual e progressivo (RUNCIMAN, 2018, p. 44). É importante observar que a dúvida beneficia quem orchestra esses movimentos, dada a dificuldade em se combater, em conjunto, aquilo cuja existência é reconhecida por poucos. Em outras palavras, como enfrentar um fantasma, que não ocupa o centro do palco? Como se defender daquilo que não se vê?

Para Runciman (2018), não é mais

necessário que soldados se desloquem silenciosos no meio da noite para surpreender os governantes. Isso porque o golpe ou é promovido pelo próprio governo, ou apresentado como outra coisa que não um golpe. Na maioria das vezes, as duas coisas ao mesmo tempo (RUNCIMAN, 2018, p.43).

Nota-se, portanto, que essas articulações visam algo semelhante àquilo que Levitsky e Ziblatt (2018) chamaram de “verniz democrático”. São episódios que precisam fingir que a democracia persiste e está intacta.

O autor referencia o trabalho de Nancy Bermeo e aponta que o golpe observado nos períodos totalitários do passado é apenas uma das formas de se subverter a democracia. Como exemplos dos atuais formatos de Golpes de Estado, seria possível também citar:

- “golpes executivos”, quando os próprios “ocupantes do poder suspendem o funcionamento das instituições democráticas” (RUNCIMAN, 2018, p. 42);
- “fraudes do dia da eleição”, quando há manipulação dos resultados eleitorais com vistas a garantir uma vitória específica;
- “golpes promissórios”, cujos autores convocam eleições imediatamente após tomar o poder, como forma de legitimar seus governos;
- “ampliação do poder do executivo”, decorrente do desgaste das instituições democráticas, sem, porém, derrubá-las; e
- “manipulação estratégica das eleições”, no qual “as eleições não são exatamente livres e justas, mas tampouco são claramente fraudulentas” (RUNCIMAN, 2018, p. 42)

A partir dessa especificidade, Runciman (2018) aponta que em um golpe de Estado “clássico” há eventos determinantes e que podem ser isolados. Eles decidem entre “tudo ou nada”, visto que a democracia pode ser defendida perante o ataque realizado. Os atuais golpes contra a democracia, por outro lado, são trabalhos que entram em curso sem chamar a atenção, perduram por anos, e, com isso, seus limites não são facilmente identificáveis, de forma que pode nunca se revelar explicitamente. (p.44). Sem os “sinalizadores-padrão da falência democrática”, Runciman (2018) pergunta se “uma tomada das instituições democráticas pela via armada ainda é uma hipótese realista” (p.11).

Apoiado nesse raciocínio, e certo de que a conjuntura contemporânea tem características próprias que não podem ser explicadas por episódios pretéritos, Runciman (2018) apresenta o argumento de sua obra: a atual crise democrática se assemelha a uma crise de meia idade. O autor afirma que o século XX foi de fato deixado para trás e apresenta essa analogia como uma crise de alguém maduro e com experiências acumuladas, mas que com frequência busca repetir comportamentos de quando era jovem. É, então, uma crise que “começa não no início, tampouco no fim da vida, mas em algum ponto intermediário” (p.10) e que promove a sensação de ser ora puxado para a frente, ora para trás. “O que nos puxa para a frente é nosso anseio por coisas melhores. O que nos puxa para trás é nossa relutância em abrir mão do que nos trouxe até aqui” (RUNCIMAN, 2018, p. 10).

Por um lado, a democracia teria proporcionado grandes conquistas, como por exemplo, a possibilidade de dar voz aos cidadãos. Por esse motivo, há o desejo coletivo por mantê-la. Por outro lado, defende o autor, a incapacidade desse modelo de representação em responder a determinados anseios sociais, impulsiona algumas camadas a querer subverter o sistema. Os retrocessos sociais e autoritários que se observam seriam, assim, o sentimento de ser puxado para trás, ocasionados pela crise.

A obra de Runciman (2018) é fundamental não apenas por apresentar uma perspectiva de crise muito particular, mas também porque a partir das discussões, comparações e revisões históricas apresentadas, é possível entender ou definir conceitos que ajudem a elaborar a compreensão do atual momento. De quais formas a democracia pode ser subvertida? Como os movimentos conservadores operam? Quem são as lideranças autoritárias?

Para explicar essas questões, o autor recorre à história recente dos EUA, com foco na eleição e na figura de Donald Trump. A forma como o atual presidente estadunidense se porta, como a oposição o confronta, a atuação de seus aliados, as condições de sua eleição, etc. são apresentadas para compreender as complexas questões supracitadas.

No que se refere aos comportamentos de Trump, Runciman (2018) apresenta uma visão interessante que contribui para desenhar o perfil de uma liderança autocrática, apesar de o autor não definir, taxativamente, esse conceito. Assim, o autor comenta os episódios em que o presidente estadunidense dialoga com a população e se direciona ao seu público com um discurso informal, como quem diz algo, sem, de fato, ter a intenção literal que suas palavras carregam. Como Runciman (2018, p. 24) descreve acerca da fala de Trump no dia de sua posse, o presidente “disse essas coisas, mas não quer dizer que sejam reais. Seu discurso assustador destoou da civilidade fundamental da cena”.

De modo dissimulado, Trump faz então afirmações machistas, racistas, xenófobas, agressivas e que atacam não apenas as minorias políticas, mas também a democracia e as instituições políticas de seu país. Em virtude dessa forma jocosa que o desonera de ser levado a sério, o presidente estadunidense se apresenta de forma polêmica para seus opositores e, ao mesmo tempo, cativante para seus eleitores. Sobre os conflitos de sentimento gerados por essa figura, Runciman (2018) apresenta sua percepção de Trump:

Ainda acredito que Trump é exatamente o que parece. O problema é que é difícil entender o que ele parece. Ele é cômico e ameaçador, familiar e estranho, está tanto dentro quanto fora dos limites do que a democracia pode tolerar. Minha reação confusa à sua posse — um choque seguido de uma ausência de choque, tudo no espaço de quinze minutos — não se limitou àquele momento. É assim que ainda me sinto. Trump, mais que qualquer outro político da história democrática recente, evoca ao mesmo tempo emoções contraditórias. É ridículo e terrivelmente sério. É incompreensível e transparente como uma criança. É motivo para pânico e motivo para manter a calma e seguir em frente (RUNCIMAN, 2018, p. 24).

O autor explica que a tolerância com as posturas verbalmente agressivas de Trump ocorre porque “**foram só palavras**. O que conta, na política, é o momento em que as palavras se convertem em **ação**” (RUNCIMAN, 2018, p.16, grifo nosso). A intenção do autor, com essa citação, era explicar que Trump, apesar do que dizia, não ameaçava diretamente a democracia estadunidense. Contudo é importante identificar indulgência nessa visão apresentada pelo autor.

Ora, a política é local do **discurso**. É por meio, justamente, da palavra que a mediação de interesses ocorre. Se ele não é levado a sério porque apenas **falou**, mas não **agiu**, há um problema com a forma como a política está sendo feita. Para ser antidemocrático então ele deveria, de fato, agredir uma mulher? Assassinar uma pessoa negra? Erguer um muro ao redor dos EUA e enviar a conta da obra ao México? Runciman (2018, p.23), explica que “a afronta [de Trump] à democracia [no discurso de posse] foi só caricatural”. Mas é urgente lembrar que as palavras precedem a ação. Não se trata de um “ato caricatural”, mas de um **aviso**, repetido na campanha eleitoral e retirado no discurso de posse, do que ele pretende fazer. Uma fala apoiada, nas palavras do autor, “em algo que foge à civilidade” é sim algo antidemocrático, pois, no mínimo, encoraja quem pensa de modo semelhante a agir.

Para Runciman (2018) há três modos de ameaças à democracia, mais graves e urgentes de serem entendidas, do que as falas de Trump. A primeira trata da vitória de um candidato, que tenha sido eleito a partir das regras eleitorais vigentes, mas, a despeito dos resultados, “o Estado se recusa a reconhecer sua vitória” (RUNCIMAN, 2018, p.20). Nesse cenário, o presidente que sai se recusaria a passar a faixa, apoiado das demais instituições nacionais, como o exército, por exemplo. Como o autor lembra:

A democracia entra em falência quando uma autoridade eleita com poder de comando sobre os generais se recusa a desistir desse poder. Ou quando os generais se recusam a obedecer (RUNCIMAN, 2018, p.19).

Tal cenário poderia levar a uma guerra civil e, no caso dos EUA, o autor explica que essa possibilidade deixa de existir a partir da reação de Obama quando saem os resultados da eleição. O então presidente estadunidense não só reconhece a vitória como solicita que seus correligionários façam o mesmo. Especificamente, Obama diz:

O caminho que este país vem seguindo, vocês sabem, nunca foi uma linha reta. Fazemos nossos zigue-zagues, e às vezes alguns acham que estamos seguindo em frente enquanto outros acreditam que andamos para trás, mas não há problema (...). A questão é que todos avançamos assumindo a boa-fé dos nossos concidadãos, porque a presunção da boa-fé é essencial para uma democracia vibrante e funcional (...) E é por isso que confio no prosseguimento dessa incrível jornada de que participamos como americanos. E farei o que puder para garantir o sucesso do nosso próximo presidente em relação a isso (OBAMA *apud* RUNCIMAN, 2018, p.17-18).

São compreensíveis os motivos pelos quais esse foi considerado um discurso importante. Parte dos democratas questionava a legitimidade da vitória de candidato republicano, especialmente tendo em vista que a eleição presidencial estadunidense não é majoritária e que Trump venceu por maioria de colégio eleitoral e não por maioria de votos. Enquanto presidente ainda em exercício, ao pronunciar essas palavras, Obama encoraja outros membros do partido Democrata a fazer o mesmo. Assume o compromisso público de zelar pelas instituições democráticas e regras eleitorais. Em virtude dessa postura, Obama garante a continuidade da democracia.

A segunda situação que poderia ser considerada um golpe é de um candidato vencer e o outro, quem perde, não reconhecer a vitória. Nesse caso, explica Runciman (2018), a possibilidade de iniciar uma guerra civil é menor e depende de quanta violência os eleitores do candidato que perdeu o pleito estão dispostos a infligir e suportar para defender uma mudança nos resultados eleitorais. Como Trump ganhou as eleições, essa situação não era possível nos EUA (RUNCIMAN, 2018, p.20).

Por fim, o autor apresenta o terceiro cenário em que a democracia estadunidense poderia falhar:

Trump vence, e o establishment político dos Estados Unidos resolve sorrir amarelo e aguentar firme. Alguns embarcam com relutância em seu governo, na esperança de poder exercer uma influência estabilizadora. Outros fazem caretas e esperam que o pior não dure muito. Acreditam que as palavras de Trump ainda podem ser absorvidas e domesticadas pela flexibilidade das instituições democráticas. É uma aposta — e se Trump for indomesticável? —, mas nem tão arriscada assim. A alternativa — recusar-se a reconhecer

Trump como presidente — parece muito mais perigosa. O risco da aposta não é tão catastrófico quanto o que o establishment político alemão decidiu correr em 1932-1933, quando os políticos que se achavam capazes de domesticar Hitler acabaram devorados por ele. Os Estados Unidos do século XXI não lembram em nada a Alemanha de Weimar. Suas instituições democráticas se fortaleceram com a experiência de mais batalhas. Sua sociedade é muito mais próspera. Sua população tem coisas muito melhores a fazer do que pegar em armas contra a democracia (RUNCIMAN, 2018, p.20-21).

Como o próprio autor lembra, esse cenário é o que de fato ocorreu. Trump foi eleito e as instituições, na forma de partidos, políticos e organizações públicas, aceitam e reconhecem a vitória, mesmo se dela discordavam.

Dessas possíveis situações, infere-se a perspectiva de democracia apresentada por Runciman (2018). Para o autor, sua “definição mínima” seria de aceitação do resultado das eleições, a partir da apuração dos votos, aliada à troca dos representantes, sem ser necessário recorrer à violência. Com isso, os derrotados no pleito seguem com a certeza de que haverá uma outra oportunidade de tentar novamente. A repetição desses eventos por todos os integrantes do sistema político garantiria, segundo Runciman (2018), a continuidade da democracia. “Se isso acontece uma vez, temos todo o potencial de uma democracia. Se acontece duas vezes, temos uma democracia feita para durar” (RUNCIMAN, 2018, p.16)

É importante, ainda, compreender que os cenários narrados acima não acontecem arbitrariamente. Eles demandam condições para se concretizar. Disso, Runciman (2018) comenta acerca das circunstâncias que contribuem para que um golpe de Estado, nas atuais conjunturas, se concretize. Para tal, autor descreve a situação política da história recente da Grécia.

Ao narrar esse episódio, Runciman (2018, p.29-30) apresenta indicadores que ilustram as dificuldades de uma democracia em se sustentar, quais sejam: forte divisão ideológica e institucional; situação econômica grave, marcada por recessão e depressão, aliada a queda da renda nacional; altos níveis de desemprego, especialmente, entre jovens; teorias da conspiração como balizadoras da realidade e que terceirizam a responsabilidade para os problemas domésticos, normalmente em um grupo estrangeiro, seja de tecnocratas ou de vizinhos inimigos, no caso da Grécia, os alemães e turcos, respectivamente; descrença em processos eleitorais e entendimento de que “todo político é igual”, em uma espécie de planificação da classe política, o sentimento de que “Eleições não parecem adiantar nada: vença quem vencer, os mesmos problemas persistem” (RUNCIMAN, 2018, p.30); e exército forte.

Como o autor explica: “junte-se a isso a indignação dos cidadãos, a divisão das elites, a profunda crise econômica e a interferência de potências estrangeiras, e temos todos os ingredientes para a democracia chegar ao fim.” (RUNCIMAN, 2018, p. 30). A partir desses ingredientes, “a confiança na política democrática se encontra no ponto mais baixo de todos os tempos” (RUNCIMAN, 2018, p.30).

Dadas essas condições, torna-se imperativo compreender como essas circunstâncias são percebidas e estruturadas socialmente. Runciman (2018) comenta das mudanças nos comportamentos digitais contemporâneos, no seu terceiro capítulo e, suas percepções acerca dessa temática oferecem contribuições para entender, principalmente duas situações: a primeira, que trata da deterioração da noção de democracia representativa; e a segunda, que aborda a construção de uma narrativa coletiva, a qual prioriza determinados problemas sociais, em prejuízo de outros.

O autor discorre, portanto, sobre uma Revolução da Informática, a qual proporcionou dependência humana das máquinas que mediam as relações sociais. Trata-se, principalmente, de ferramentas de busca, redes sociais e outros *softwares* que operam a partir de algoritmos. Conforme explica, a despeito dessas máquinas atuais não serem tão inteligentes, elas têm ampla capacidade de aprendizado (*machine learning*, em português “aprendizado da máquina”) e, por meio dos conhecimentos que incorpora, passam a tomar “decisões invisíveis” em nome dos indivíduos. Especificamente, esses instrumentos mineram dados e, por serem máquinas e não humanos, o fazem a uma enorme velocidade que os permite concluir aquilo que a mente humana não teria capacidade para deduzir sozinha (RUNCINMAN, 2018, p.112).

Runciman (2018) observa que não se trata de discernimento inteligente, afinal “falta às máquinas profundidade, percepção das nuances e ressonância emocional” (p. 112). Entretanto, é a *machine learning* que viabiliza tanto a existência de carros autodirigidos, quanto de publicidades direcionadas com tamanha precisão que provocam o sentimento de que o Google sabe o que as pessoas procuram, antes mesmo delas conseguirem elaborar suas necessidades. Dessa forma, “mesmo sem consciência do que estão fazendo, as máquinas conseguem navegar melhor do que nós mesmos pelo mundo que construímos” (RUNCIMAN, 2018, p. 112).

Com isso, o autor explica que essa capacidade de gerenciar a informação não se limita ao mercado, tendo sido incorporada também pela política e pelo poder

público. Essas máquinas, que seriam supereficientes, atualmente realizam, inclusive, parte do trabalho das democracias contemporâneas:

Os partidos políticos contam com imensos bancos de dados automatizados para ajuda em suas campanhas. Cada vez mais, os governos utilizam imensos sistemas informatizados para administrar e franquear ao público cuidados de saúde e outros serviços (RUNCIMAN, 2018, p.112).

Observa, então o autor, que dado que o mundo virtual seria capaz de proporcionar satisfações imediatas, as características do Estado moderno, associadas a lentidão, burocracia, e dificuldades em se oferecer respostas aos cidadãos provocariam profunda irritação das massas com a democracia representativa. Especificamente, isso promoveria desencantamento pela política e pelos elementos associados às suas tradições. Com isso, partidos políticos tradicionais estariam sujeitos a forte perda de prestígio. Além de expressivas desfiliações, grande parte do eleitorado teria mais afinidade com movimentos sociais recentes, operados e articulados, principalmente, por meio de redes sociais, do que com os próprios partidos.

Enquanto “a democracia, com seu sistema de freios e contrapesos, sua burocracia e suas regras, muitas vezes parece fraca demais para o século XXI” (RUNCIMAN, 2018, p.128), esses movimentos atrairiam, justamente, por proporcionarem envolvimento político imediato e mais direto que os partidos convencionais. Com esse modo de operar, “as redes sociais conferiram uma aparência de falsidade à democracia representativa” (p.136), como se ela fosse incapaz de oferecer a verdade participação política. Entretanto e paradoxalmente, “as versões falsas que existem na *internet* nos parecem mais reais” (RUNCIMAN, 2018, p. 136). Além disso, esses movimentos usufruem dos efeitos da rede que a tornam convidativa: ampla participação. Na expectativa de também se sentirem incluídas, cada vez mais pessoas tentam aderir porque “querem estar na cena da ação” (RUNCIMAN, 2018, p. 135).

Dada essa perda de prestígio, Runciman (2018) explica, então, que diversos políticos, recentemente eleitos em todo o mundo, não o fizeram por serem forças grandes dentro de partidos tradicionais, mas por terem se associado a esses novos movimentos. Foi o caso, por exemplo, do próprio Donald Trump, nos EUA, quem desafiou a elite do Partido Republicano e de Macron, na França, “à frente do *En Marche*, um movimento criado apenas um ano antes” (RUNCIMAN, 2018, p. 134).

Em virtude desse contexto, o autor adverte que os novos os movimentos políticos, que se apoiam no uso das redes sociais, aparentam ser uma forma de democracia representativa mais adaptada à era digital e suas exigências. Para Runciman (2018), o problema disso consiste no fato de que a estrutura que esses movimentos assumem é hiper vertical e pouco tolerante a críticas.

Vale lembrar, ainda, que as plataformas digitais, palcos para os novos movimentos, operam a partir de algoritmos, os quais avaliam a forma como os indivíduos interagem nas redes, aprendem sobre o comportamento humano e, a partir do conhecimento adquirido, repetem e reforçam interações. Consequentemente, as pessoas sempre têm acesso às mesmas informações, de modo a não precisar confrontar opiniões divergentes. Cria-se, com isso, bolhas de relacionamento, nas quais os integrantes dos movimentos dialogam, apenas, com outros integrantes que partilham da mesma visão de mundo.

Runciman (2018), portanto, denuncia:

A culpa pela intolerância de muitos dos movimentos políticos contemporâneos — seu desdém malévolo pela divergência — é muitas vezes atribuída ao pensamento de grupo que prolifera na *internet*. Mas tem uma relação equivalente com o problema estrutural básico que qualquer movimento precisa enfrentar na era digital. Tendo suplantado o partido político como instrumento de organização da política moderna, não lhe resta nada para fazer oposição à voz das suas próprias câmaras de eco. Esse era o papel do partido (RUNCIMAN, 2018, p. 135-136).

Com isso, a partir do argumento de Runciman, conclui-se que é urgente entender que o desencantamento com a política, canalizado na adesão aos movimentos sociais articulados em plataformas digitais, contribui para a consolidação de crises democráticas. Primeiro, porque reforçam a desmoralização dos partidos políticos, os quais têm papel primordial na promoção do diálogo para articulação de interesses, e, como Levitsky e Ziblatt (2018) bem apontam, em realizar a triagem das vozes que reverberarão em nome de uma causa. Na “digitalização da democracia”, entra em cena aqueles que melhor dominam os meios de comunicação *online*, em prejuízo de lideranças que de fato acreditam e lutam pelas bandeiras que levantam. Além disso, a bolha digital inviabiliza o diálogo e reforça intolerância. Dessa forma, o pilar democrático é suplantando.

No argumento de Runciman, decorre desse primeiro, o segundo problema da mudança nas interações sociais provocadas pela Revolução da Informática: a construção de uma narrativa coletiva, que privilegia certas pautas apresentadas pelos

movimentos conservadores. A partir de “*fake news* e microdirecionamento de mensagens aos eleitores, com conteúdo gerado por máquinas e construído de modo a apelar aos preconceitos de cada um” (RUNCIMAN, 2018, p. 113), determina-se a agenda política: o que é priorizado para o debate, de qual forma, em qual contexto, com qual espaço para refutação. Runciman (2018) denuncia um pesadelo político, no qual a dependência humana das tecnologias em questão permite a exploração dos homens:

Quem vai nos escravizar não serão os robôs assassinos. Bastam indivíduos inescrupulosos capazes de usar as máquinas em seu benefício. Em terra de dependentes da tecnologia, quem navega com esperteza é rei. (...) Se cair nas mãos erradas, o poder dos computadores de apertar nossos botões pode assinalar o fim da democracia (RUNCIMAN, 2018, p. 113).

É consequência dessa estrutura comunicacional que versões sobre a realidade, que só podem ser descritas como bizarras, se propaguem. São notícias que se apoiam, como o autor aponta, em preconceitos, mas também em teorias de conspiração e forte campanha pela desmoralização da ciência. Dado o atual cenário de pandemia pela COVID-19, pode-se apresentar como exemplo, as notícias de que a doença teria surgido dado o consumo de carne de morcego por chineses ou de que a China teria fabricado o vírus em laboratório para vender medicamentos e equipamentos médicos, ambas amplamente veiculadas sem a apresentação de comprovações.

O exemplo do autor também é interessante. Conforme explica, diversos partidários de Trump defendem que há um golpe contra o presidente eleito, com vistas a impedir sua gestão:

Dizem eles que o Estado não se recusou a lhe entregar o poder, deixando de reconhecer sua vitória, porque não precisava de uma atitude tão explícita. Em vez disso, o “Estado profundo” decidiu minar a presidência de Trump desde o seu primeiro dia de mandato. (...) Não houve um golpe contra Trump. Ainda assim, fala-se com insistência de golpe desde a sua posse: simpatizantes acusam os inimigos de seu próprio partido, além do establishment liberal, de participação num complô para obrigá-lo à submissão (RUNCIMAN, 2018, p. 21-22).

Todavia, o que não entendem é que não se trata de um “Estado profundo” que, num conluio contra Trump, age para impedi-lo de governar, mas do próprio sistema de freios e contrapesos que garantem a continuidade da democracia.

Outro exemplo que chama atenção, nesse caso, brasileiro, é sobre a visão dos movimentos conservadores acerca da ditadura militar brasileira. Narrado em

2013, pelo então senador por Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), como a “Revolução de 1964” e pelo atual presidente como algo importante para impedir “os avanços dos comunistas no país”, esse episódio passou a ser tratado na história recente sem os devidos cuidados. Não surpreende a enorme quantidade de pedidos paradoxais de “volta a ditadura”, realizados em manifestações que somente têm liberdade para ocorrer, porque o país vive uma democracia. De forma semelhante, o autor comenta sobre a Grécia e aponta que: “Os mais velhos também têm memórias que faltam aos jovens. O apoio ao Aurora Dourada vem, em grande parte, de jovens gregos **alienados**” (RUNCIMAN, 2018, p. 32, *grifo nosso*).

A construção de narrativa é um processo fundamental para qualquer sociedade. Não apenas a partir de notícias cotidianas contempladas pela mídia, mas também na construção da história nacional. Contempla os processos pelos quais aquele povo passou, como os enfrentou e quais lições tirou daqueles eventos. Como explicado no início dessa subseção, essa memória contribui para o que o autor chama de conhecimento histórico coletivo. Nota-se, portanto, que a sua construção ocorre tanto pela seleção, quanto pela exclusão de episódios, atores e lições.

Runciman (2018) defende que os atuais golpes contra a democracia se diferem dos episódios pretéritos, dado o conhecimento histórico coletivo “profundamente arraigado” sobre o que as sociedades viveram. É imperativo compreender, entretanto, que parte do golpe contemporâneo apoia-se, justamente, na reconstrução de narrativas consolidadas. Conta com revisão histórica sobre eventos cujo entendimento era até pouco tempo indiscutível e evidenciam, portanto, que tal conhecimento histórico não é tão enraizado quanto se imaginava. Não se busca, com essa reflexão, forçar a aproximação das atuais crises democráticas com episódios passados. Mas é legítima a crítica de que esse fundamento específico do autor não se sustenta.

De fato, há outros elementos que diferenciam os episódios contemporâneos dos anteriores, principalmente no que diz respeito à estrutura da violência política, que garante que os atuais ataques à democracia sejam silenciosos e não permitam dividir a história em um “antes e depois”. Certamente faz-se necessário “um novo quadro de referência” para avaliar a atual conjuntura. Contudo, conhecimento histórico coletivo não é um dos indicadores de que os momentos se diferem. Ademais, é urgente reconhecer a sofisticação que o momento atual conferiu no processo de destruição da democracia. Se a história é um pilar garantidor de

conhecimento coletivo, reescrevê-la para enfraquecer a capacidade de defesa dos valores democráticos é um ato, embora perverso, profundamente inteligente.

3.1.3. O argumento de “O povo contra a democracia”, de Yascha Mounk

Em “O povo contra a democracia”, Yascha Mounk (2018), assim como os demais autores, inicia sua obra afirmando que o mundo contemporâneo fervilha impulsionado por movimentações antidemocráticas. Para o autor, diversas manifestações políticas recentes indicam que o mundo entrou em um processo de ebulição, no qual o descontentamento do eleitorado contribuiu para a ascensão política de líderes autoritários. Esse fenômeno, que pode ser observado em diversos países, como Índia, Polônia, Estados Unidos, Brasil, Hungria, etc., coloca em xeque a força e estabilidade da democracia. Mounk (2018) explica que, não obstante a história relate momentos nos quais se observa forte estabilidade política e social, há épocas em que a realidade parece se transformar de uma só vez. Nesses momentos, podem-se observar situações incomuns ou extremas:

Novas figuras políticas tomam o palco de assalto. Eleitores clamam por políticas públicas que até o dia anterior eram impensáveis. Tensões sociais que por muito tempo fervilharam sob a superfície vêm à tona numa explosão terrível. O sistema de governo que antes parecia inabalável dá sinais de que vai desmoronar (MOUNK, 2018, p.12).

Como recurso didático, Mounk (2018) apresenta diversos exemplos da história recente. Comenta sobre a eleição de Donald Trump nos EUA e seu significado, fala sobre Orban, na Hungria e Putin na Rússia. Diante desse cenário de grandes e impactantes movimentações, o autor questiona a durabilidade da Democracia Liberal.

É importante observar que Mounk (2018) fundamenta sua análise acerca da crise democrática contemporânea em um conceito de democracia mais específico que os demais autores. Para ele, os dois termos, democracia e liberalismo, embora pares complementares, não necessariamente andam juntos e, por isso, poderiam ser isoladamente observados. Sobre a Democracia Liberal, Mounk (2018) explica que esse regime teria usufruído de forte estabilidade porque oferece benefícios tanto para as massas, quanto para as minorias políticas e para as elites:

para as massas, é a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, de proteger seus direitos contra uma maioria opressiva; e para as

elites econômicas, de que poderão conservar sua riqueza (MOUNK, 2018, p. 69).

Acerca da crise política atual, a análise do autor considera que ela decorreria da falha em uma dessas partes, de modo que esse modelo de sociedade estaria se decompondo em democracia iliberal e liberalismo antidemocrático. Com isso, Mounk (2018) debate sobre a construção de uma democracia sem direitos e da oferta de direitos sem um sistema democrático por detrás.

Segundo o autor, esse cenário origina-se em dois movimentos recorrentes em todo o mundo. Por um lado, as pessoas estariam assumindo, cada vez mais, posturas e preferências políticas iliberais. Assim, Mounk (2018) afirma que “os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas”. (MOUNK, 2018, p. 25). Por outro lado, as elites estariam ampliando seus poderes políticos, num processo de pouca participação social, desinteressados das opiniões do povo. Embora aparentemente distintos, esses acontecimentos promovem conflitos entre liberalismo e democracia (MOUNK, 2018, p. 25).

Acerca da democracia iliberal, Mounk (2018) explica que esse seria um cenário de democracia sem direitos. Nessa situação, a democracia existiria porque os líderes autoritários, conforme eles mesmo narram, escutariam seu povo. O que ocorre de fato é que a “vontade do povo” seria compreendida não como o conjunto de demandas socialmente discutidas e acordadas, mas como os anseios da maioria política que nas últimas décadas precisou relativizar seus privilégios: homens, brancos, heterossexuais, cristãos, cisgêneros, etc. Logo, esses grupos encontrariam nas minorias as causas para seus sofrimentos. Assim, a narrativa democrática, criada pelos líderes autoritários, é de que o povo, identificado como a maioria política, estaria há muito silenciosa, e agora retomava sua voz. Com isso, essas lideranças assumem o compromisso de falar, sem medo, o que todos supostamente estariam pensando (MOUNK, 2018, p. 44).

No entanto, para transformar suas falas em ações concretas, esses líderes precisam enfraquecer as instituições de controle que garantem o cumprimento de normas constitucionais e legais. Tais instituições, por terem essa função, frequentemente, impedem a concretização dos impulsos dos líderes autoritários. Contrariados, eles iniciariam uma campanha de difamação dessas instituições, acusando-as de promover lentidões ou de compactuar com a velha ordem política.

Dessa forma, alegam que as instituições deturpam de forma ilegítima a vontade do povo e, por essa razão, precisam ser erradicadas (MOUNK, 2018, p. 60).

Assim, a suposta vontade do *demos* serviria de justificativa para enfraquecer instituições independentes e, com isso, reduziria a garantia de direitos civis, políticos e sociais para todos. Ao mesmo tempo, simulam que a voz do povo está sendo escutada. Com isso, nota-se, os líderes autoritários garantem o verniz democrático para seus regimes os quais, paradoxalmente, contam com a redução dos direitos individuais e coletivos. Conforme Mounk (2018) explica, o que distingue a democracia iliberal “do tipo de democracia liberal à qual estamos acostumados não é a falta de democracia; é a falta de respeito pelas instituições independentes e pelos direitos individuais” (MOUNK, 2018, p. 23).

Além disso, dado que as críticas e resistência ao governo passam a ser entendidas como ações ilegítimas, inicia-se uma forte campanha do poder público, cooptado por esses líderes autoritários, para silenciar a oposição. (MOUNK, 2018, p. 67). Diante disso, vale observar que a democracia iliberal constrói espaço para aventuras antidemocráticas. Conforme o autor destaca,

depois que os líderes populistas se livrarem dos obstáculos liberais que impedem a expressão da vontade popular, fica muito fácil para eles dar as costas ao povo, quando as prioridades deste começarem a entrar em conflito com as suas (MOUNK, 2018, p. 48).

Uma vez que não há mais instituições de controle para tutelar direitos fundamentais, os líderes autoritários ganham margem para agir de modo antidemocrático. Esses líderes, “ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente que nem as instituições independentes, nem os direitos individuais devem abafar a voz do povo” (MOUNK, 2018, p. 20). Após derrubar os garantidores de normas cívicas e políticas, não há mais por que continuar a dar voz à população. Dessa forma, sem essas instituições, nem mesmo os apoiadores do sistema poderiam contrariá-lo ou criticá-lo. Observa-se, portanto, que esse cenário retrataria uma democracia sem direitos, a qual “sempre corre o risco de degenerar (...) [na] tirania da maioria” (MOUNK, 2018, p. 18).

É importante, ainda, perceber que a perspectiva de Mounk (2018), contempla democracia, enquanto conceito isolado, como participação social. Contudo, é imperativo refletir acerca do objetivo dessa participação. No horizonte da representação política, direta ou indireta, tem-se a luta por interesses, os quais se

manifestam, invariavelmente, na conquista de direitos. Diante disso, uma democracia sem direitos é um paradoxo, por definição.

O liberalismo antidemocrático, por seu turno, seria a existência de direitos, contudo, na ausência do regime democrático. A ausência da democracia nessa circunstância se expressaria pela baixa capacidade de participação social e o sentimento do eleitorado de limitações na perspectiva de sua representação política. Em sociedades dominadas por elites políticas e econômicas, e por tecnocratas, haveria pouco espaço para se considerar a opinião pública (MOUNK, 2018, p. 25). Conforme o autor explica, “depois que o sistema político virar um *playground* de bilionários e tecnocratas, a tentação de excluir cada vez mais o povo das decisões importantes continuará aumentando” (MOUNK, 2018, p. 18).

O autor aponta nas estruturas do sistema eleitoral as principais razões que contribuem para essa dimensão antidemocrática. Primeiro, haveria um mito fundador da democracia, o qual ignora que a Democracia Liberal, na verdade, tem traços antidemocráticos desde sua origem. Para explicar esse raciocínio, Mounk (2018) narra a trajetória da democracia moderna nos EUA. Após a independência desse país, foram criados diversos instrumentos que excluía a participação social, tais como as eleições. Muito embora atualmente os pleitos sejam um forte símbolo democrático e de tradução da opinião popular, naquela época, na verdade, eles foram estabelecidos como meios de “manter o povo à distância” das decisões políticas (MOUNK, 2018, p. 70). Isso porque para os políticos fundadores da nação estadunidense, era mais interessante que a voz do povo fosse articulada por seus representantes do que por eles próprios. Desse modo, as eleições seriam uma forma de filtrar a opinião das massas, selecionando-se grupos específicos de cidadãos que teriam a competência para decidir sobre os interesses nacionais.

Vale observar ainda que os EUA, assim como o Brasil, fundaram-se sob um sistema escravocrata, no qual uma grande parcela da população não usufruía sequer dos direitos civis básicos. O sistema eleitoral estadunidense demorou cinco anos após a abolição da escravatura no país, em 1865, para conceder sufrágio aos negros. Ainda assim, em diversos estados da federação estadunidense, embora pessoas negras tivessem conquistado direitos políticos, ainda não usufruíam de direitos civis, de modo que nesses locais a segregação racial era institucionalizada. Logo, apesar do sufrágio, durante décadas, negros continuaram impedidos de votar. Além disso, o voto feminino só foi autorizado no início da década de 1920. Dessa

forma, a democracia estadunidense, bem como a brasileira, tem em sua origem marcas antidemocráticas.

Para que se pudesse estabelecer um mito fundador da democracia e superar essa perspectiva, foi necessário atualizar o modelo das instituições estadunidenses.

Se antes as instituições representativas haviam sido fundadas numa oposição deliberada ao ideal da democracia, agora **passavam a ser descritas** como a consumação desse ideal possível sob as condições modernas. Assim, nascia o **mito fundador** da ideologia democrática liberal – a **ficção** improvável de que o governo representativo ensinaria o governo do povo (MOUNK, 2018, p. 72, *grifo nosso*).

Observa-se, conforme destacado na citação acima, que a perspectiva democrática faz parte de uma narrativa criada. Uma vez que a democracia direta e com alto grau de participação contaria com empecilhos, visto que não era viável reunir todo o povo sempre que se quisesse deliberar sobre determinado tema, a representatividade se apresentou como uma alternativa de cidadania. Tal alternativa endossa o mito de que havia nos EUA uma democracia em consolidação.

Mounk (2018) aponta que essa descrição do regime democrático “agradou às elites, que continuaram a impor sua vontade nas questões mais importantes, tanto quanto agradou aos igualitários, que passaram a ver nisso uma consumação de suas aspirações” (MOUNK, 2018, p.72). Logo, o mito funcionou.

Contudo, a *internet* permite hoje imediatismos que antes eram impensáveis. Para as novas gerações, nascidas e criadas com amplo acesso aos meios digitais, a consulta popular virtual é uma realidade, principalmente em decorrência de mídias sociais e no mundo do entretenimento. Assim, participam com frequência de votações no *Facebook* ou *Twitter* acerca de programas televisivos como *Big Brother* ou *The Voice*. Dessa forma, embora fosse natural para gerações anteriores que instituições parlamentares mediassem a participação social e a tomada de decisões, essa perspectiva caiu em obsolescência. Acostumados a deliberar em meio digital e a ter suas opiniões ouvidas e difundidas em massa, a visão de representatividade não parece tão natural às novas gerações (MOUNK, 2018, p.73).

Como o autor afirma, “uma ágora virtual poderia substituir a ágora física da antiga Atenas, permitindo a todo cidadão debater e votar em propostas para as políticas públicas, grandes ou pequenas” (MOUNK, 2018, p. 73). É importante observar, entretanto, que o autor não busca, por meio dessa afirmação, dizer que as

pessoas desejem participar com mais afinco, nem que a votação digitalizada de todos as deliberações sociais seja possível. Pelo contrário, o que ele explica é que o avanço das tecnologias digitais evidencia ao eleitorado que as “instituições democráticas são fortemente mediadas” (MOUNK, 2018, p.73).

Hoje, o povo tem a “sensação de exercer um impacto real, direto”. Assim, “ele sabe que, se quiséssemos conceber um sistema de governo que realmente permitisse às pessoas governar, esse sistema não se pareceria muito com uma democracia representativa” (MOUNK, 2018, p.74). Com isso, embora a sociedade sempre tenha tido a sensação de ser excluído do processo decisório por meio da democracia representativa, na atualidade esse sentimento é mais forte ainda. (p.73).

Outro ponto levantado por Mounk (2018) acerca das limitações do sistema eleitoral é o distanciamento cada vez maior das elites das massas (MOUNK, 2018, p. 74). Antes, os legisladores eram figuras oriundas da sociedade comum, que visavam representar seus locais de origem, de forma que “muitos legisladores tinham profundas ligações com seu eleitorado: vinham de todas as partes do país e estavam envolvidos em associações, de igrejas a sindicatos” (MOUNK, 2018, p. 74). Os políticos profissionais da atualidade, por outro lado, cada vez menos se parecem com aqueles quem representam, além de não desenvolverem laços com comunidades locais. “Como consequência, o eleitor médio hoje se sente mais alienado da política do que nunca. Quando olha para os políticos, não se reconhece – e, quando olha para as decisões que tomam, não vê reflexo de suas prioridades” (MOUNK, 2018, p. 75).

Ademais, o autor explica é possível observar o aumento da complexidade dos desafios regulatórios enfrentados pelo Estado, em decorrências de avanços tecnológicos e da globalização cada vez mais intensa, o que amplifica o caráter interconectado das economias nacionais. Dessas novas configurações, surge a demanda por conhecimento técnico que balize as decisões políticas. Diante disso, o autor explica, que

Para lidar com a necessidade de regulamentação em campos altamente técnicos, as agências burocráticas, compostas de especialistas em diferentes áreas, começaram a assumir um papel quase legislativo. (...) Essa perda de poder dos representantes do povo não resulta de uma conspiração da elite. Pelo contrário, ela ocorreu aos poucos, e quase sempre de forma imperceptível, como resposta a desafios reais enfrentados pelas políticas públicas (MOUNK, 2018, p.76).

Esse cenário, portanto, contribui para transformar a burocracia estatal em legisladores. Parte deles a motivação e os textos das novas normas que mediarão as condutas dos cidadãos. Por exemplo, no Brasil, as atividades de extração madeireira que provocam desmatamento e outros danos ambientais encontram limites estipulados por normas definidas por agências reguladoras. Assim, é a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que editam algumas das regras e padrões de qualidade ambiental que criminalizam e definem multas para a realização do desmatamento em determinadas áreas. Logo muitos desses padrões de qualidade ambiental não foram definidos a partir da vontade popular. Tampouco foram debatidos e acordos por meio dos representantes do povo, mas a partir da atuação dos burocratas que atuam nesses órgãos.

Embora essas decisões sejam importantes, dada a enorme falta de conscientização social acerca da preservação do meio ambiente, ao serem tomadas sem a participação popular, elas se esvaziam de legitimidade. Não à toa, o Brasil observou ampliação da atividade ilegal de extração madeireira, com a eleição de Jair Bolsonaro, quem critica abertamente as medidas de proteção ambiental dos órgãos acima. O respaldo presidencial aliado à exoneração de gestores do Ibama, que contribuíam para a fiscalização, provocou o aumento de cerca de 34% do desmatamento da Amazônia, durante o primeiro ano de mandato de Bolsonaro, segundo Girardi (2020), do Jornal Estadão.

Mounk (2018) ilustra esse cenário de decisões políticas realizadas por técnicos com os eventos ocorridos na Zona do Euro, em 2015. Diante de uma forte crise econômica, na qual a Grécia dispunha de uma enorme dívida pública, os governos gregos, de modo geral, apresentavam planos macroeconômicos definidos pelas medidas determinadas pela *Troika*: Comissão Europeia, Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional. Desse modo, eram planos contracionistas com vistas a conter a inflação no país e, conseqüentemente, a perda do valor do Euro em todo o continente. Contudo, tais políticas eram muito impopulares, dado que ampliavam o desemprego, especialmente entre jovens. Em 2015, o primeiro-ministro, Tsipras, cuja promessa era acabar com a política de austeridade, buscou renegociar a dívida grega. Diante das medidas apresentadas pelos credores, o primeiro-ministro convocou um plebiscito para que a população

decidisse, por conta própria, se acataria ou não os termos da negociação (MOUNK, 2018, p. 24).

O referendo mostrou que o povo grego não estava disposto a acatar as medidas apresentadas: “o resultado foi um grande não às elites tecnocratas do continente. A despeito das ominosas advertências sobre a catástrofe iminente, os eleitores não estavam dispostos a engolir seu orgulho. O acordo foi rejeitado.” (MOUNK, 2018, p. 24). Contudo, quando Tsipras retomou às negociações com os credores, a *Troika* não só retirou o acordo original, como apresentou outro, ainda mais severo. Conforme exposto pelo autor, “pouco mais de uma semana após ele ter deixado que seu povo rejeitasse o impopular acordo de resgate, Tsipras assinou um termo que era, sob qualquer parâmetro razoável, pior. A tecnocracia prevalecera” (MOUNK, 2018, p. 25).

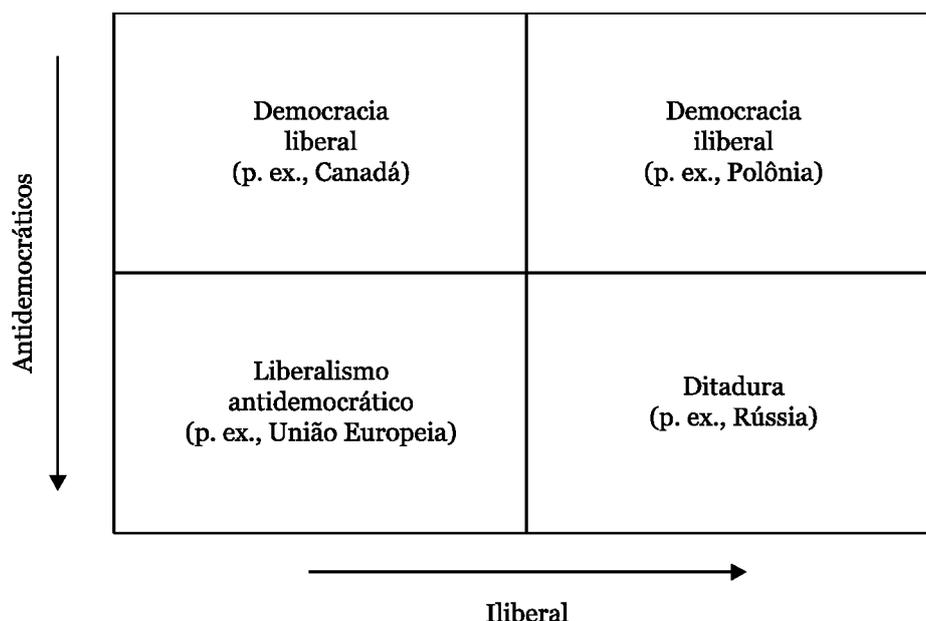
Os dois exemplos, brasileiro e grego, evidenciam sistemas políticos nos quais as pessoas não se sentem representadas e têm, cada vez menos, espaço para se manifestar e, com isso, negociar e deliberar sobre as decisões políticas. Seja para preservar o meio ambiente, ou para decidir sobre a política macroeconômica, é imperativo que política pública implementada em democracias decorra da participação social, mobilizando a sociedade. “Mas os eleitores concluíram há muito tempo que sua influência nas políticas públicas é pequena. Não estão de todo errados” (MOUNK, 2018, p.25).

Mounk (2018) não deixa dúvidas que os dois cenários, Democracia Iliberal e Liberalismo Antidemocrático, são ruins e ambos indicam caminhos de instabilidade. Com a Democracia Iliberal, por um lado, tem-se um regime que prescinde de direito individual, em nome da exaltação da vontade popular. Nesse cenário, o sistema pode se voltar contra o próprio povo. Por outro, com o Liberalismo Antidemocrático, um regime no qual a vontade do povo é desconsiderada, em busca de garantir direitos individuais, poderá recorrer a repressões cada vez mais agressivas com vistas a reprimir oposições.

É interessante observar como os dois cenários flertam e indicam, mais que duas trajetórias distintas, talvez estágios não cronológicos de uma democracia em crise. São nos sentimentos de exclusão do processo participativo que se apoiam os líderes autoritários que vociferam violências contra o sistema. Assim, não fosse o caráter antidemocrático ou as imperfeições democráticas do sistema, essas lideranças não teriam tanta força. É também em decorrência da eleição de figuras

como esses indivíduos, que os tecnocratas justificam suas decisões para excluir o povo do processo decisório. Logo, se um impulsiona o outro, em determinados locais será possível notar a ocorrência de ambos, de forma que “cada um desses valores [democracia e liberalismo] se torna ainda mais vulnerável quando o outro é perdido” (MOUNK, 2018, p.119).

Figura 1 – Direitos sem Democracia



Fonte: MOUNK, 2018, p. 75

3.1.4. Diálogo entre os autores: uma análise comparada das obras

Diante das análises expostas acima, o principal elemento em comum entre as obras avaliadas é de que há uma crise política atual, a qual apresenta risco para continuidade da democracia. Contudo, cada autor analisado se aprofunda em um aspecto da crise democrática em tela. Enquanto Levitsky e Ziblatt (2018) focam a questão da ascensão dos líderes autoritários, Runciman (2018), por seu turno, avalia como os atuais golpes contra a democracia se desenham e, por fim, Mounk (2018) analisa as formas que a democracia liberal assume quando em crise. São três focos distintos de análises, mas que admitem que há uma crise em andamento e que essa crise tem potencial para promover uma ruptura democrática.

Há sim impulsos autoritários em andamento e que ameaçam o regime de participação e representação política vigente. Entretanto, essa ameaça não vem se desenhando de forma a, em algum momento, incorrer numa ruptura brusca. Pelo

contrário, Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2018) concordam que a desconstrução democrática é um processo gradativo e, nesse sentido, se difere dos episódios antidemocráticos pretéritos, como aqueles observados na década de 1930, na Alemanha e Itália, ou nos anos 1960 e 1970 na América Latina.

Porém, não há entendimento entre os autores, sobre o uso dos casos supracitados de autoritarismo para compreender a atual conjuntura. Runciman (2018), por exemplo, acha que a violência política dos episódios da década de 1930 e 1960 diferencia a violência do momento atual, porque a primeira era justamente o elemento derradeiro e divisor de águas entre os dois momentos “democráticos” e “golpe”. Como os golpes atuais se desenham de forma gradativa, de modo que não há mais um evento que indique quando e onde ocorreu a ruptura democrática, a violência que se observa nos dois momentos, segundo o autor, impediria de usar os episódios passados para entender os atuais. Assim, a atual conjuntura exigiria um novo quadro referencial.

Além disso, Runciman (2018) afirma que as sociedades aprendem com episódios passados, naquilo que o autor chama de conhecimento histórico coletivo. Por esse motivo não haveria razão, do ponto de vista do autor, para temer uma nova onda de golpes como os citados acima. (RUNCIMAN, 2018, p.7). Mounk (2018), por outro lado, revela que

mais de dois terços dos idosos americanos acreditam que é extremamente importante viver em uma democracia; entre os *millenials*, menos de um terço pensa o mesmo. (Em 1995, por exemplo, apenas uma em cada dezesseis pessoas acreditava que um governo militar era um bom sistema de governo; hoje, a proporção é de uma em seis) (MOUNK, 2018, p. 16-17).

Dessa forma, o autor alerta que o aprendizado histórico assinalado por Runciman (2018) pode não ser tão claro para todas as camadas das sociedades. Com isso, apesar do conhecimento histórico, é possível observar gerações mais novas, que não vivenciaram as ameaças antidemocráticas, defendendo alternativas autoritárias como forma de solucionar os problemas sociais. (MOUNK, 2018, p. 150). Assim, haveria um forte descontentamento das populações mais jovens com a democracia, que as impulsionaria a defender medidas antidemocráticas. Logo, para Mounk (2018), os eventos históricos se tornam fontes relevantes de compreensão das possíveis saídas para atual conjuntura.

Levitsky e Ziblatt (2018) também se apoiam bastante em episódios passados. Ilustram situações a partir do que houve, não só na Alemanha e na Itália

de 1930, como também apresentam histórias de golpes de estados diversos ocorridos em todo o mundo. Inclusive, conforme explicado no início do capítulo, é a partir desses casos que os autores desenham as situações e cenários que precedem a derrocada democrática.

Outra semelhança entre as obras analisadas é que todas se iniciam comentando sobre a eleição de Donald Trump. Há um consenso de que esse episódio não é derradeiro para a democracia estadunidense, mas que certamente é um indício forte de que há uma crise política que a ameaça. A análise de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre essa eleição evidentemente inclui a crítica de que o Partido Republicano não realizou a triagem do candidato. Já Runciman (2018) e Mounk (2018) seguem suas avaliações discutindo as ameaças às instituições promovidas por Trump, no processo que Mounk (2018) chama de Democracia Liberal.

É oportuno, também, observar que todos os autores suprimiram o debate acerca de cidadania, em suas análises sobre a crise democrática. Ao entender a democracia como um regime que permite a participação política, ela se torna a concretização dos direitos políticos do cidadão. Contudo, cidadão é aquele quem usufrui de direitos civis, políticos e sociais. É por isso que, na visão do homem branco estadunidense, em 1870, a sociedade em que ele vivia era democrática, ainda que fosse escravocrata.

A discussão acerca da cidadania é, portanto, profundamente fundamental para o debate sobre democracia, pois, do ponto de vista das minorias políticas, ainda que elas detenham direitos civis, o exercício de seus direitos políticos é, constantemente, limitado institucionalmente e por estruturas sociais, como racismo, machismo, xenofobia, etc. Assim, a cidadania das minorias é incompleta, a despeito de legislações que visem resguardá-las. Uma vez que suas participações políticas são reduzidas, suas lutas por direitos sociais tornam-se, por extensão, limitadas. Logo, a democracia para essas pessoas é incompleta.

Muito embora os autores debatam, exaustivamente, sobre uma crise democrática, eles não se aprofundam na perspectiva de que a democracia já não se apresenta de forma igual para todas as camadas sociais. A violência policial contra negros, decorrente de um processo histórico de racismo, que promove exclusão social e marginalização, é um dos mais flagrantes exemplos de fissuras na democracia. Portanto, a democracia que está sob ameaça, do ponto de vista dos

autores, já não era plena para grande parte da população, que ora vive sem direitos, ora vive sob ataques autoritários do Estado.

De fato, tanto Levistky e Ziblatt (2018), quanto Mounk (2018), apresentam críticas aos modelos democráticos contemporâneos. Os autores discorrem sobre as dimensões excludentes do formato democrático pré-crise, e explicitam que a democracia deve ser criticada para que possa ser melhorada. Contudo, para os autores, embora o sistema não tivesse um formato ideal, esses regimes deveriam ser melhorados e não subvertidos, como as movimentações conservadoras e antidemocráticas propõem. Não obstante, a crítica que apresentam nesse sentido não se aprofunda a ponto de questionar a questão da cidadania exposta acima.

Na verdade, todos os autores se preocupam mais com o comportamento de lideranças autoritárias do que com os limites democráticos argumentados nos parágrafos acima. Tanto segundo Levitsky e Ziblatt (2018), quanto Runciman (2018) e Mounk (2018) entendem que essas lideranças são figuras *outsiders*, que não respeitam os parâmetros civilizatórios, proferem comentários agressivos contra minorias políticas, desafiam os limites institucionais que zelam pela ordem democrática e operam, principalmente, por meio de redes sociais.

É consenso entre eles, inclusive, que a eleição de Donald Trump não é um caso isolado dos EUA e decorre de um desencantamento com a democracia, fenômeno esse observado em vários países. A capacidade de mobilizar a sociedade em torno de pautas conservadoras também encontra solo fértil nesse sentimento. Assim, a ascensão das lideranças antidemocráticas e a adesão aos movimentos conservadores, principalmente, por meio de rede social, seria a materialização do distanciamento dos indivíduos dos modelos tradicionais da política.

É importante, portanto, compreender que não se trata apenas de uma figura, uma pessoa que mobiliza as demais com seus posicionamentos, mas de um movimento de conservadorismo mais complexo, poroso e enraizado que domina essas sociedades. Em muitos casos, não se sabe inclusive quem são as lideranças, propriamente ditas. Quem financia os movimentos, quem os convoca, etc. Como bem lembra Runciman (2018), o meio digital se tornou o novo palco para a política. Assim, vale lembrar que esse espaço resguarda a identidade dos participantes, tornando fácil esconder quem os gerencia.

Esse novo palco é consequência do que Runciman (2018) e Mounk (2018) apontam como maior conectividade do mundo contemporâneo. Ambos autores

discorrem sobre um desencantamento com a democracia especificamente consequente das lentidões e burocracias do Estado moderno, e evidenciadas ao eleitorado pelo dinamismo do mundo digital.

Como articulado ao final da subseção sobre a obra de Runciman (2018), essa configuração dos novos movimentos sociais contribui para a construção de uma narrativa coletiva da realidade. Narrativa essa permeada de ataques ao exercício de cidadania de minorias políticas. Dada a urgência de se compreender essa narrativa, a próxima subseção se dedicará a analisar como ela se concretiza.

3.2. Construção da Narrativa Coletiva

Como Runciman (2018) articula no terceiro capítulo de sua obra, a nova configuração das tecnologias de comunicação em massa contribui para que movimentos sociais *online* se tornem a nova arena política. Contudo, como o autor denuncia, em virtude do uso de algoritmos, observa-se a estruturação de bolhas de opinião, as quais permitem que ninguém precise confrontar visões divergentes das suas. Assim, essas novas arenas não são espaços verdadeiros de deliberação. Pelo contrário, corroboram com a construção de uma narrativa coletiva da realidade e, por isso, oferecem aporte para instalar crises democráticas.

Que essas arenas operam por meios digitais e, portanto, são sujeitas ao *machine learning*, está claro. Entretanto, Runciman (2018) não discorre com profundidade acerca do conteúdo e, conseqüentemente, das mensagens que esses ambientes repetem. São esses elementos que remodelam a percepção de realidade, ao reforçar não só quais problemas sociais merecem destaque, mas também qual melhor abordagem para confrontá-los. Assim, torna-se imperativo entender quais estratégias são usadas para desenvolver esses materiais de comunicação.

3.2.1. Noam Chomsky e o consentimento manufaturado

Noam Chomsky (1997), em seu ensaio “Controle da Mídia: Os espetaculares feitos da propaganda”, discorre sobre como as democracias são impactadas pelos veículos de comunicação, em vista do poder desses instrumentos em influenciar as massas. O argumento do autor é de que o governo estadunidense, aliado às elites intelectuais e financeiras, realizou diversas propagandas políticas, que promoveram a reconstrução do senso de realidade do povo estadunidense. Dessa

maneira, autor descreve, justamente o que falta a Runciman (2018): as estratégias utilizadas para elaboração dos conteúdos constantemente repetidos pelos veículos de comunicação. Com isso, esse ensaio é fundamental para compreender a construção de uma narrativa coletiva.

O autor inicia seu trabalho apresentando duas versões contraditórias de democracia. A primeira, considerada por Chomsky (1997) como a mais frequentemente utilizada socialmente, preconiza democracia enquanto formas de participação. Nessa visão, “o público tem meios de participar de uma maneira significativa em seus próprios interesses e os meios de informação são abertos e livres” (CHOMSKY, 1997, p. 3, tradução nossa¹). A outra versão, por outro lado, o *status quo* procura impedir a participação social, a partir de um controle rígido dos meios de comunicação.

Essa segunda perspectiva, explica, considera que há classes de cidadãos, entre elas a “classe especializada” e o “rebanho confuso”. Os primeiros seriam as pessoas que analisam, executam, tomam decisões. São eles que definiriam o sistema político, econômico e ideológico. A segunda categoria, por sua vez, são as pessoas que assistem enquanto os primeiros trabalham. São, por isso, espectadores e não atores (CHOMSKY, 1997, p. 10). Dessa maneira, a primeira classe toma decisões, pensa e planeja, não apenas o interesse comum, mas aquilo que se define como interesse comum, ao passo que a segunda apenas a segue.

Entre as formas de viabilizar essa via de democracia, o autor aponta para as eleições, e, com isso, introduz uma perspectiva de democracia parecida com construção do mito democrático apresentado por Mounk (2018). Chomsky (1997) esclarece que os pleitos são as formas como o “rebanho confuso” escolheria, entre os cidadãos especializados, quem os representaria. Disso, o autor afirma, em diálogo com Mounk (2018), que as eleições seriam formas de excluir o povo da participação social efetiva. Chomsky (1997) comenta ainda que essa percepção de democracia foi apropriada por diversos teóricos da Democracia Liberal, o que explica o amplo diálogo da sua crítica com a crise identificada por Mounk (2018).

Nessa perspectiva, o rebanho confuso seria visto pela classe especializada como um grupo desprovido de inteligência que, na tentativa de participar, causaria

¹ O texto em inglês é: “One conception of democracy has it that a democratic society is one in which the public has the means to participate in some meaningful way in the management of their own affairs and the means of information are open and free.” (CHOMSKY, 1997, p.3)

mais problemas do que soluções. Dessa forma, essa classe deveria ser domada, e a forma encontrada pelos cidadãos especializados para tal seria manufacturar consentimento (CHOMSKY, 1997, p.11-12). Tal consentimento manufacturado, Chomsky (1997) explica, seria uma forma de despertar no público aprovação acerca de temas dos quais ele inicialmente discordaria, por meio de técnicas publicitárias.

O autor, então, identifica na gestão de Woodrow Wilson, nos EUA, as primeiras tentativas de se promover uma forte mudança na opinião coletiva. Próximo à Primeira Guerra Mundial, a população estadunidense era pacifista e não tinha interesse em aderir aos combates internacionais, diferentemente da gestão Wilson, a qual era comprometida com a guerra europeia. Contudo, após seis meses de investimentos publicitários, os estadunidenses antes pacíficos, foram transformados em uma “população histérica, guerreira, que queria destruir tudo que fosse alemão, rasgar os alemães membro por membro, ir para a guerra e salvar o mundo” (CHOMSKY, 1997, p. 5, tradução nossa²)

Claro, essas técnicas evoluíram ao longo do século XX, tendo sido adaptadas das atividades de relações públicas do mercado privado para o setor público. Entre as estratégias que merecem destaque, vale comentar a denominada “Métodos Científicos de Peleguismo³”, na qual se cunham conceitos e *slogans* vazios de sentido como forma de mobilizar a população (CHOMSKY, 1997, p. 18).

Segundo o autor, na década de 1930, o “rebanho confuso” estava aumentando sua capacidade de participação e, na perspectiva do “cidadão especializado” era necessário corrigir essa suposta falha. O cenário era de muitas greves trabalhistas, aliadas a vitórias legislativas no campo de trabalho. Foi necessário então que o *status quo* elaborasse formas de colocar a opinião pública contra os grevistas, que passaram a ser representados pela grande mídia como “perturbadores, prejudiciais ao público e contrários aos interesses comuns” (CHOMSKY, 1997, p.17, tradução nossa⁴).

Para tal, Chomsky (1997) esclarece que foram forjados conceitos que passaram a ser defendidos amplamente, mas que eram profundamente vazios de significado, tais como “harmonia” ou “americanismo”. O autor entende que os

² O texto em inglês é: “hysterical, war-mongering population which wanted to destroy everything German, tear the Germans limb from limb, go to war and save the world” (CHOMSKY, 1997, p.5).

³ O texto em inglês é: “scientific methods of strike-breaking”

⁴ O texto em inglês é: “as disruptive, harmful to the public and against the common interests” (CHOMSKY, 1997, p. 17).

Métodos Científicos de Peleguismo mobilizam a opinião pública porque são dificilmente refutados. Como questiona, “quem poderia ser contra a harmonia?” (CHOMSKY, 1997, p.18). Além disso, esses bordões empobrecem a discussão que se dispersa. O fato é que esses conceitos não significam nada e

Esse é o ponto da boa propaganda. Você quer criar um *slogan* contra o qual ninguém pode se posicionar e todos serão a favor. Ninguém sabe o que significa, porque não significa nada. Seu valor crucial é que **ele diverge sua atenção da questão que, de fato, significa alguma coisa**: Você apoia nossa política? (CHOMSKY, 1997, p.18-19 tradução nossa⁵, grifo nosso).

Complementar aos Métodos Científicos de Peleguismo, Chomsky (1997) discorre também sobre a Engenharia de Opinião, na qual a população é também instigada a aderir a pautas políticas polêmicas e com as quais, inicialmente, não concordam. Para o autor, a população, de modo geral, é avessa às pretensões bélicas dos governantes. Longe disso, via de regra, tende a ser pacífica. Dessa forma, torna-se necessário incitá-la a aderir a essas políticas. Observa, então, que um meio de estimular o povo a compactuar com posturas violentas contra, por exemplo, populações estrangeiras é despertando medo coletivo desses grupos.

Entre os exemplos de uso do pavor e pânico como instrumentos de mobilização social, Chomsky (1997) cita a Guerra do Vietnã e, principalmente, a criação de um respeito pelos valores militares. É desse contexto, em que há o medo e o ódio ao povo vietnamita, sustentado no culto às forças militares, que surgem *slogans* como “apoio às nossas tropas”. Como o autor comenta, o cidadão estadunidense estava preocupado que alguém achasse que ele “não apoiava as tropas”, a questão verdadeira “deveria haver tropas dos EUA no Vietnã?” seguia sem ser realizada. Observa-se, então, o uso do Método Científico de Peleguismo aliado à Engenharia de opinião, para distrair o debate e promover adesão a uma causa da qual inicialmente se discordava.

Para despertar o medo e ansiedade na população, como forma de fazê-la aderir às posturas que inicialmente ela não compactuaria, torna-se imperativo falsificar a história. Essa última estratégia é chamada por Chomsky (1997) de Reconstrução da Realidade, a qual ele descreve:

⁵ O texto em inglês é: “That's the whole point of good propaganda. You want to create a slogan that nobody's going to be against, and everybody's going to be for. Nobody knows what it means because it doesn't mean anything. Its crucial value is that it diverts your attention from a question that does mean something: Do you support our policy?” (CHOMSKY, 1997, p. 18-19).

Fazer com que pareça que quando atacamos ou destruímos alguém, na realidade estamos nos protegendo contra maiores agressores e monstros e assim por diante (CHOSMKY, 1997, p. 28, tradução nossa⁶).

Observa-se, portanto, que se trata de processos complementares. Primeiro há o Método Científico de Peleguismo, que é reforçado pelo Engenharia de Opinião, e que se consolida a partir da Reconstrução da Realidade. Cunha-se bordões rasos, que se sustentam por medo daquilo que não ocorreu de fato, mas cuja existência todos têm certeza.

No caso brasileiro, essa percepção faz muito sentido no contexto da política de segurança pública doméstica, em especial no combate às drogas. A partir de um consenso construído, nos moldes apresentados por Chomsky (1997), de que o país está muito violento e que precisa enfrentar uma guerra ao tráfico de entorpecentes, desperta-se na população medo de violência urbana. Com o tempo, esse anseio se torna justificativa e escusa à conduta violenta e, muitas vezes, assassina, provocada pela polícia. Assim, cria-se a imagem do “bandido” ou do “marginal”, como a personificação da violência urbana e a conduta das forças de segurança, especificamente em periferias, se torna marcada por profunda abuso de poder e desconsideração à vida humana, desde que essa seja considerada inimiga.

Destaca-se, com isso, que esse *modus operandi* da polícia, visto que a conduta de segurança pública se apoia no homicídio dos supostos inimigos do estado, tem como alvo indivíduos demograficamente definidos: pessoas negras e pobres. Ainda que a polícia não tenha o objetivo de assassinar deliberadamente essa população, os homicídios que ocorrem são divulgados e compreendidos socialmente como efeito colateral ou um “mal necessário”.

Em virtude de tamanha atrocidade, surgem movimentos reivindicando direitos para população negra, tais como o “vidas negras importam”. Assim, o processo de Engenharia de Opinião narrado, no caso, precisa ser apoiado pelo Método Científico de Peleguismo. É necessário desqualificar o movimento para que se esvazie a discussão e ele perca seu impacto. Nasce, então, bordões como “todas as vidas importam”, em reação aos movimentos pelas vidas negras assassinadas pela política de segurança pública do estado.

⁶ O texto em inglês é: “to make it look as if when we attack and destroy somebody we're really protecting and defending ourselves against major aggressors and monsters and so on.” (CHOSMKY, 1997, p. 28)

É óbvio que todas as vidas importam. O que o movimento negro busca quando diz “vidas negras importam” é que as forças de segurança devem ter consciência de que suas condutas não podem ter como consequência o assassinato de pessoas negras; que o estado está matando pessoas negras em nome do combate a violência, etc. Ao rebater esse *slogan* com a versão conservadora “todas as vidas importam”, aqueles que o fazem tentam esvaziar o sentido da manifestação legítima pelas vidas negras ceifadas pela mão do estado. Por fim, é necessário que a realidade seja reconstruída para que esse processo se consolide de vez no imaginário coletivo.

Assim, a mídia apresenta a narrativa que comprova que o Estado deveria ter feito a ação que culminou na morte de determinadas pessoas. Não dizem expressamente que os indivíduos assassinados em determinada ação são fruto de um “efeito colateral” da política, mas reiteram a urgência em se combater a violência urbana. Em seguida, buscam sensibilizar para a situação das vítimas dessa violência, que, não é cometida pelo Estado, mas pelos “bandidos” ou “marginais”. Permitem, com isso, que perspectivas como “bandido bom é bandido morto” se infiltrem no imaginário coletivo.

Outro bordão que vale comentar como exemplo de Método Científico de Peleguismo trata do “pró vida”, observado em campanhas antiaborto. Esse *slogan* procura desarticular os movimentos que propõem a descriminalização da prática no país. É patente que ninguém que defende o aborto o faz porque é “contra a vida”. Essa pauta é mobilizada, inclusive, em torno das mortes maternas em consequência aos procedimentos realizados na ilegalidade que, diante das complicações que enfrentam, culminam na morte dessas mulheres que foram privadas de um aborto seguro. Pode-se, portanto, argumentar que o movimento pró aborto busca preservar a vida.

Observa-se, então, que ambos os casos recorrem a *slogans* rasos cujo objetivo é dispersar o debate, dividir a opinião pública e não permitir que se alcance um consenso. Ao aparecerem na discussão, eles impedem que sejam levantados questionamentos, verdadeiramente importantes, tais como: você concorda com a política de segurança que como efeito colateral incorre na morte de crianças negras exclusivamente porque elas residem na linha de combate entre estado e tráfico? Ou, qual condição de vida é oferecida a uma criança que nasce sem planejamento familiar e cuja única cuidadora não teve opção, alternativa ou apoio do poder público para assegurar suas condições de vida? Essas perguntas, como Chomsky (1997) aponta,

são espinhosas, delicadas e não contemplam os interesses dos “cidadãos especializados”. Por isso, não podem ser feitas e devem sair do centro do debate.

3.2.2. A perspectiva de pós-verdade de Matthew d’Ancona

Matthew d’Ancona (2018), jornalista britânico do Jornal *The Guardian*, em seu livro “Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*”, busca compreender, do ponto de vista do jornalismo político, a forma como esse debate se dá atualmente, na sociedade ocidental. Conforme o autor explica, esses processos são marcados, atualmente, pelo fenômeno chamado de pós-verdade, o qual consiste em

circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os **apelos à emoção** e à crença pessoal (DICIONÁRIO OXFORD *apud* D’ANCONA, 2018, p. 20, grifo nosso).

O argumento da obra é de que o debate político contemporâneo não seria mediado por fatos, mas pela forma como as pessoas se sentem em relação a determinadas pautas, independente desse sentimento ser ou não fundamentado em acontecimentos reais ou comprováveis. Procura-se, portanto, mobilizar nos indivíduos emoções, normalmente negativas, de forma que adversários políticos são associados a inimigos. Assim, desperta-se entre o eleitorado medo, desconfiança e, eventualmente, a polarização política (D’ANCONA, 2018).

Um dos principais pontos enfatizados por d’Ancona (2018), é de que o conceito de pós-verdade não é sinônimo de mentira. O autor explica que a mentira sempre fez parte do jogo político, de modo que o que contextualiza o atual momento não é a oposição à verdade, mas o fato de que o público se tornou indiferente às desonestidades que confronta no cotidiano coletivo. Com isso, “a mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (D’ANCONA, 2018, p.34).

Uma vez que a verdade saiu de cena, explica o autor, é a conexão emocional que ocupa seu lugar. Para d’Ancona (2018, p.36), essa conexão, assim como a própria mentira, também sempre fez parte do jogo político, tendo frequentemente mediado a tomada de decisão. Observa, então, que o “hiato entre sentimento e fato é pertinente para nossa própria época (D’ANCONA, 2018, p.33).

D’Ancona (2018) elenca quatro questões como origem desse fenômeno: o colapso da confiança do público nas instituições políticas, econômicas e sociais; a ascensão de uma indústria da desinformação; a construção de “filtro bolhas”, em

decorrência do uso de algoritmos para direcionar conteúdos; e as notícias falsas, que em decorrência dos filtro bolhas, são amplamente compartilhadas para grupos de pertinência e dificilmente desacreditadas.

3.2.2.1. Colapso da Confiança

O colapso da confiança é compreendido pelo autor como uma consequência da fragilidade das instituições. Ele explica que escândalos de corrupção, uso de recursos públicos para arcar com gastos pessoais dos parlamentares, incompetência técnica dos tecnocratas, entre outros eventos, contribuem para a promover a desconfiança da sociedade nessas instituições. Todavia, são as instituições políticas, econômicas e sociais que deveriam proteger os cidadãos contra injustiças diversas, zelar pela honestidade, preservar a ordem coletiva, defender as normas e legislações vigentes, etc. (D'ANCONA, 2018, p.42). Assim, d'Ancona (2018) afirma:

Vivemos em uma era de fragilidade institucional. (...) Lançar luz sobre seus fracassos, sua decadência e seu colapso absoluto é intrinsecamente perturbador. (...) Quando os fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade (D'ANCONA, 2018, p.45)

Observa-se, portanto, que as instituições que deveriam resguardar o funcionamento social, ao falhar nesse compromisso, perdem a confiança do povo. Conseqüentemente, provoca-se rachaduras no sistema de confiabilidade e d'Ancona (2018) enxerga, nesses cenários, os fundamentos da pós-verdade, pois a descrença nas instituições reverbera para os demais setores da vida coletiva.

O autor comenta os efeitos da crise financeira de 2008, na qual a população foi onerada com os custos sociais de resgatar a economia. Após provocar profundos desgastes financeiros, literalmente, em quase todos os países do mundo, os bancos, que promoveram a crise, recorreram ao poder público para se recuperarem.

O *Occupy Wall Street* foi apenas a manifestação mais visível de uma indignação muito maior em relação ao fato de que algumas instituições eram "grandes demais para quebrar", enquanto as pessoas comuns pagavam o preço da recessão subsequente e dos cortes dos serviços públicos impostos pelos governos cientes do déficit (D'ANCONA, 2018, p.42-43)

Logo, é possível compreender a frustração do cidadão constrangido a arcar com os custos macroeconômicos para recuperar a economia que os bancos ajudaram

a destruir. Especialmente, quando o objetivo de o fazer é garantir a recuperação da saúde financeira dessas instituições. A saída para a crise econômica, encontrada pelos tecnocratas, consistia na adoção de políticas contracionistas, que visavam reequilibrar a produção e os níveis de preços. Todavia, entre as consequências dessas políticas, vale citar a ampliação do desemprego, aliada à redução dos salários. Para conter a inflação, aplica-se como remédio o aumento das taxas de juros que desestimulam o investidor privado a abrir novas empresas, uma vez que seu capital terá maior retorno se especulado no mercado de ações. Sem novas empresas, reduz-se o nível de empregos e, conseqüentemente, controla-se a inflação. Logo, quem arca, na prática, com os impactos dessa receita contracionista são os indivíduos que dependem de trabalho para auferir renda.

Essa percepção apresentada pelo autor também foi identificada por Mounk (2018) como consequência do Liberalismo Antidemocrático. Nesse desdobramento da democracia em crise, conforme explica, os tecnocratas tomam decisões políticas, em especial de caráter econômico, sob a alegação de o fazer a partir de conhecimentos técnicos. Com isso, desconsideram a opinião das massas e, acima de tudo, sua disposição em arcar com os custos sociais e cotidianos supracitados.

3.2.2.2. Indústria da Desinformação

Em seguida, d'Ancona (2018) denuncia uma Indústria da Desinformação, a qual afirma ser multibilionária e operar a partir de falsa ciência e propaganda enganosa. Segundo explica, esses grupos agem por meio da “difusão sistemática de mentiras por organizações de fachada que atuam a favor de grupos de interesses que desejam **suprimir a informação precisa** ou impedir que outros grupos ajam contra eles” (D'ANCONA, 2018, p.46, grifo nosso). Observa-se, portanto, que essa indústria procura desarticular debates consolidados, a partir da propagação de informações distorcidas e enganosas. Para explicar o funcionamento desse setor, o autor utiliza-se de três exemplos, a partir dos quais torna-se possível notar que a Indústria da Desinformação, para alcançar seus objetivos, lança mão de estratégias semelhantes às narradas por Chomsky (1997).

O primeiro aborda a página de *internet*, que divulga conteúdo negacionista ao fenômeno de Mudança Climática, chamada de *Climate Depot* (em português, Depósito Climático). Nesse exemplo, cientistas renomados que alertam sobre os

perigos do aquecimento global tiveram seus *e-mails* hackeados e trechos das mensagens obtidas, retirados de contexto, foram divulgados na página, como se esses cientistas também fossem negacionistas. O segundo exemplo, que também trata da mudança climática, D'Ancona (2018) comenta sobre a associação que Trump faz da temática à China: “O conceito de aquecimento global foi criado pelos chineses e para os chineses, para tornar o setor industrial norte-americano (sic) não competitivo” (TRUMP, 2012 *apud* D'ANCONA, 2018, p.48). Observa-se, com isso, que o presidente estadunidense afirma que essa pauta condiz com interesses de mercado do país asiático (D'ANCONA, 2018, p.48-49).

O último exemplo narra o caso da política de saúde pública do governo Obama, nos EUA. Após a apresentação da proposta do então presidente estadunidense, o partido Republicano, oposição à gestão, criou o conceito de “comissão da morte”, uma interpretação sombria e distorcida sobre a política pública proposta. Essa comissão, conforme políticos republicanos divulgavam, seria composta por burocratas que decidiriam quais pacientes seriam merecedores de assistência médica, sugerindo com isso que seria uma comissão que deliberaria sobre quais cidadãos viveriam ou morreriam (D'ANCONA, 2018, p.49).

Conforme explicado acima, as estratégias da Indústria da Desinformação são semelhantes às narradas por Chomsky (1997). A partir desses exemplos, é possível observar que o setor usa dos Métodos Científicos de Peleguismo, por meio do emprego de *slogans* vazios de sentido, tal como “comissão da morte”, amplamente repercutidos com vistas a esvaziar a discussão sobre a política de saúde pública. Em prejuízo de questionar se o sistema de saúde privado é capaz de atender as demandas de populações carentes, as pessoas estavam preocupadas em debater se os burocratas decidiriam se elas viveriam ou não. Nota-se, também, a tentativa de “Reconstrução da Realidade”, a partir do recorte de trechos dos *e-mails* dos cientistas, distorcendo as mensagens trocadas e da associação do conceito de aquecimento global aos interesses de mercado chineses.

É ainda urgente perceber que essas estratégias são nutridas, sobretudo, por campanhas de ódio. É por meio da Engenharia de Opinião, na qual se desperta medo por inimigos que devem ser combatidos a todo custo, que a realidade reconstruída encontra aporte. Os bordões criados visam ataque a essas figuras. Logo, os três eventos buscam mobilizar pelo medo: medo da morte; de ser engando; do desemprego, diante de uma concorrência desleal, etc. A Indústria da Desinformação

age, portanto, não apenas manufaturando enredos, mas definindo-se inimigos, sejam eles o presidente; uma ideologia; ou um país concorrente comercial.

Ademais, é importante observar a invisibilidade desses atores que compõe a Indústria da Desinformação. Os regimes totalitários, por exemplo, dispunham de figuras notórias, como Goebbels⁷, que articulavam campanhas de ódio. Assim, as movimentações que visavam desmobilizar a discussão eram assinadas por alguém. Sabia-se quem as promovia. Ainda que fosse profundamente complicado e perigoso opor-se às ideias promovidas pelo governo nazista, quem delas discordasse sabia de quem estava discordando. Atualmente, contudo, essas ações são articuladas por grupos de fachadas, de tal forma que não é fácil identificar os autores das vozes que originam os discursos inverossímeis. Logo, seu combate torna-se mais complexo.

A invisibilidade dos atores que estimulam as emoções que mediam o jogo político atualmente dialoga com o que Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2018) alertam como o caráter silencioso dos golpes contemporâneos contra a democracia. Os autores da crise democrática discorrem sobre os ataques à democracia não serem claros o suficiente a ponto de demarcar quais foram os episódios divisores de águas. A forma gradativa com que eles ocorrem certamente se apoia na impossibilidade de se identificar a liderança que mobiliza a população, a partir de campanhas de ódio. Evidentemente, é possível assinalar figuras públicas que aderem e reverberam essas campanhas. Todavia, elas não são autoras, apenas mais uma entre várias vozes que a executam. Quando saem de cena, outras ocupam seu lugar.

3.2.2.3. Algoritmos

Outro ponto, apresentado por d’Ancona (2018) como embrião da pós-verdade é o uso dos algoritmos na comunicação em âmbito *online*. O autor explica que a Indústria da Desinformação cresceu no mesmo momento em que o mundo vivenciava uma revolução digital que promovia uma forte transformação da paisagem midiática. A forma como a informação é produzida e veiculada, atualmente, é muito diferente daquela observada no final da década de 1990. Não há mais hierarquia entre um veículo de comunicação e leitor ou espectador. Por meio de páginas de *internet* e de perfis de redes sociais, todos podem ser produtores de seus próprios conteúdos.

⁷ Paul Joseph Goebbels foi Ministro da Propaganda, durante o regime Nazista na Alemanha.

D’Ancona (2018) observa que o novo formato tinha como promessa a democratização dos meios de comunicação e assume que, em certos aspectos, isso de fato ocorreu. Contudo, a estrutura digital, operada por meio de linguagem de programação, permite que a circulação dos conteúdos seja condicionada a algoritmos. Consequentemente, toda informação, por mais singela que ela seja, contribui para a conformação de um perfil de usuário, afinal, todas as interações dos indivíduos na rede, como postagens compartilhadas ou curtidas, são usadas para mapear seus perfis. Em virtude desses perfis criados, direciona-se um determinado tipo de informação (D’ANCONA, 2018, p.50-51).

Dessa forma, quem, por exemplo, torce para um time de futebol, tende a receber apenas notícias desse time, ao mesmo tempo em que é privado de informações sobre os times adversários. D’Ancona (2018) aponta, então, que as redes sociais e os mecanismos de busca, ao usarem esses *softwares* que geram agrupamento dos usuários por perfis, criam um “filtro bolha” no qual as interações se tornam viciadas. Logo, há uma tendência de determinados conteúdos serem apresentados, apenas, àqueles que, em tese, teriam interesses neles. Com isso, se reforçam opiniões e impossibilita-se a contestação da mentira. O autor alerta, então, sobre os algoritmos:

Que fique bem claro: isso não é um defeito de projeto. É aquilo que os algoritmos se destinam a fazer: conectar-nos com as coisas que gostamos, ou podemos vir a gostar. Trate-se de algo bastante responsivo ao gosto pessoal e – até agora – bastante cego à veracidade (D’ANCONA, 2018, p.55).

Observa-se, com isso, que o papel das forças editoriais foi suplantado por essas ferramentas. É imperativo entender que jornalismo é uma disciplina séria. Há um proceder metodológico, ensinado em faculdades que ministram esse curso, que determina como investigar e escrever sobre os eventos que serão noticiados. Além disso, é papel das mídias realizar a triagem do que irá compor a pauta do noticiário, não só para conformar-se com à linha editorial do veículo, mas também para zelar pela qualidade do que é divulgado enquanto notícia.

Assim, enquanto as mídias tradicionais produzem conteúdo com qualidade e selecionam os eventos que merecem destaque, o que define aquilo que aparecerá na página inicial das redes sociais e dos resultados de busca dos usuários são esses algoritmos. Como Runciman (2018) alertou sobre o *machine learning*, falta profundidade à máquina que aprende sobre o comportamento humano. Portanto, as estruturas das

redes sociais e dos mecanismos de busca promovem papel fundamental na consolidação da pós-verdade, uma vez que “a nova tecnologia promoveu o amontoamento *online* e um refúgio em câmaras de eco” (D’ANCONA, 2018, p.52).

É possível perceber que isso gera um problema democrático, na medida em que várias notícias não alcançam todas as pessoas. Mais que isso, cada segmentação de usuários além de receber apenas informações que o computador identifica como de seu interesse, também será privado de análises e interpretações divergentes das suas. Essa realidade impede a realização daquilo que há de mais fundamental na democracia: deliberação. Dessa maneira, em virtude do direcionamento dos conteúdos, promove-se o que o autor chama de “triagem homofílica”, um impulso humano de se associar apenas àqueles que partilham de ideias semelhantes às suas (D’ANCONA, 2018, p.53).

Outra questão muito capciosa acerca da conformação de perfis de usuários é que essa informação “se tornou a *commodity* mais valiosa do mundo” (D’ANCONA, 2018, p.51). Nunca o mercado publicitário teve tanto acesso a segmentação de públicos como atualmente. Segmentação essa que antes era feita por meio de pesquisas de mercado complexas e caras, mas que hoje são disponíveis por meio da troca de conteúdo gratuito entre *sites* e seus usuários. Logo,

O atual modelo de negócios de diversos *sites* oferece conteúdo gratuito em troca dos dados pessoais. Muitos de nós concordamos com isso – embora muitas vezes aceitando documentos com termos e condições longos e confusos –, mas, basicamente, não nos importando que algumas informações sejam coletadas em troca de serviços gratuitos. (...) Os termos e as condições são do tipo tudo ou nada (BERNERS-LEE *apud* D’ANCONA, 2018, p.51)

É a forma como o *Facebook*, por exemplo, atua.

Essa situação, vale observar, implica em mais uma forma de subverter a democracia. A construção de bancos de dados acerca de informações pessoais dos usuários, dessa dimensão, é algo que ocorre atualmente por empresas privadas, jovens e cujo trabalho exige conhecimento técnico dominado por poucos. Em virtude dessas características, existe pouca regulamentação acerca dos limites operacionais dessas instituições. A verdade é que ninguém tem noção, real, do que elas fazem com esses bancos. Como o autor denuncia, há uma Indústria da Desinformação que atua com vistas a desarticular debates importantes. Um dos meios de realizá-lo é pelo uso desses bancos de dados dos usuários. É por isso que esses materiais se tornaram, nas palavras do autor, “*commodities*”.

Com isso, escândalos, como os que vinculam a Cambridge Analytica às eleições de Donald Trump, tornam-se possíveis. Conforme explica a reportagem da BBC News Mundo, “Como os dados de milhões de usuários do *Facebook* foram usados na campanha de Trump”, a Cambridge Analytica desenvolveu um aplicativo para essa rede social, no qual realizava testes de personalidade. Disfarçado de atividade recreativa *online*, e sem informar que os dados seriam usados como pesquisa de mercado, esse jogo organizava as pessoas que os utilizava em cinco segmentos específicos e, a partir dos grupos formados, direcionava publicidade eleitoral. Assim, “a Cambridge Analytica saberia dizer quais pessoas no *Facebook* teriam o perfil adequado para receber anúncios divulgando bandeiras específicas do candidato [Donald Trump]” (BBC NEWS MUNDO, 2018). Além disso, as informações pessoais dos amigos dos usuários, compartilhadas no *Facebook* também eram utilizadas pela Cambridge Analytica, mesmo sem suas autorizações.

Um terceiro problema democrático relacionado, especificamente às redes sociais, esse contudo, não discutido pelo autor, é o amplo uso que chefes de Estado fazem dessas ferramentas, sobretudo quando ignoram as ferramentas de comunicação, institucionalizadas do poder público. No Brasil, o atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido), em diversas ocasiões anunciou no *Twitter* suas decisões políticas, tais como nomeação e exoneração de ministros, antes de publicá-las na Imprensa Oficial.

É importante observar que a rede social permite o bloqueio de usuários e, conforme o próprio presidente informa, ele já utilizou esse recurso em diversas ocasiões, quando discorda da opinião de um cidadão. Ora, tanto a Lei de Acesso à informação quanto os princípios que a regem divergem do que baliza essa atitude. Um chefe de estado não pode limitar sua comunicação acerca das decisões que impactam todo o país a exclusivamente alguns grupos, muito menos decidir inviabilizar o acesso à informação para algumas pessoas.

3.2.2.4. Notícias Falsas

A última fonte da pós-verdade, abordada por d’Ancona (2018), trata das *fake news*, em português, notícias falsas. O autor explica que a garantia do anonimato nas redes sociais, com a qual a responsabilização pelo que se divulga é

drasticamente reduzida, aliada ao uso dos algoritmos, contribui para que notícias falsas sejam amplamente divulgadas e encontrem adesão (D'ANCONA, 2018, p.54)

Muitas vezes, os conteúdos veiculados podem parecer ridículos, contudo, alerta, elas são muito eficientes na conformação da opinião. Segundo uma pesquisa de opinião do instituto Ipsos, em 2016 nos EUA, 75% dos entrevistados julgaram como verdadeiras manchetes mentirosas. D'Ancona (2018) alerta ainda que essa proporção era ainda maior entre os entrevistados conservadores, publicamente eleitores de Trump (D'ANCONA, 2018, p.55). Nota-se, então, que essas notícias falsas contam com o respaldo de um grupo expressivo de consumidores, tal que o autor afirma que “tudo que importa é que as histórias *pareçam* verdadeiras, que repercutam” (D'ANCONA, 2018, p.56).

3.2.3. Balanço parcial

Em face das discussões acima, vale reiterar os pontos de diálogo entre d'Ancona (2018) e Chomsky (1997), com vistas a compreender como a atual conjuntura repete estratégias antigas e como inova. É interessante observar que os atores que promovem ataques à democracia, apontados por ambos os autores, são parecidos. Embora não sejam necessariamente os mesmos, trata-se de grupos de interesses que buscam esvaziar o debate político, por meio da desarticulação de discussões relevantes. Chomsky (1997) os chama de “classe especializada”, e deixa claro que se trata tanto do governo, quanto de outros membros que compõe o *status quo*. Já d'Ancona (2018) nomeou esse grupo de “Indústria de Desinformação” e indica que sua principal característica é o anonimato.

As estratégias também são parecidas. A despeito de d'Ancona (2018) não introduzir conceitos, seus exemplos tornam possível a assimilação dos termos apresentados por Chomsky (1997). Assim, essa Indústria da Desinformação, protagonista da pós-verdade, opera por meio de “Métodos Científicos de Peleguismos” e, por isso, defende conceitos rasos e cujo sentido é incerto. Esse setor atua, também, pela “Engenharia de Opinião”, articulando campanhas de ódio e medo para criar inimigos dos quais a sociedade deve se defender. Por fim, com o objetivo de legitimar ataques aos inimigos criados, subjuga a história oficial com fatos duvidosos, informações fora de contexto e com notícias falsas, consolidando o processo de “Reconstrução da Realidade”.

Chomsky (1997) apresenta seu ensaio, pela primeira, em 1991 e d'Ancona (2018) em 2017. Diante dos 26 anos entre a publicação das duas obras, é curioso notar as adaptações das ferramentas persuasivas de comunicação empregadas. Quando Chomsky (1997) comenta sobre o uso de mentiras como forma de reconstruir a realidade, ele não usa a expressão “notícia falsa”. Aliás, o autor não comenta sobre “notícias”. Isso porque discorre sobre as estratégias de comunicação aplicadas à publicidade e à propaganda. Seu objeto de estudo é sobretudo propaganda governamental. Inclusive, os relatos do seu ensaio assustam porque evidenciam uso de recurso público para divulgar, por exemplo, ideologias bélicas. Não se quer dizer com isso que naquela época não havia notícias falsas. Como d'Ancona (2018) observa, as mentiras sempre fizeram parte do jogo político e provavelmente elas também ocorriam. Todavia, a principal forma de convencimento era o instrumento clássico e notório de persuasão: publicidade e propaganda.

O que d'Ancona (2018) mostra, por outro lado, é a transposição dessas técnicas publicitárias para o jornalismo. Assim, se até o início da década de 1990, o “consentimento manufaturado” contemplava a propaganda direta e explica, hoje ela se faz principalmente disfarçada de informação. Para quem as recebe, a impressão é de que se trata não de uma campanha publicitária, mas de jornalismo que tem como objetivo a divulgação de notícias. Assim as estratégias identificadas por d'Ancona na atual conjuntura, ocorrem principalmente por meio de notícia falsa, opiniões publicadas em redes sociais, artigos pseudocientíficos, pronunciamentos retirados de contexto, etc.

Logo, é imperativo entender que a novidade da pós-verdade é, principalmente, a transformação da publicidade em pseudojornalismo, ou a roupagem de jornalismo conferida à propaganda. Para o interlocutor, essa mudança influencia seu comportamento frente aos conteúdos que lhe são apresentados, afinal não se reage ao jornalismo da mesma forma que se reage à propaganda.

O primeiro é visto como um instrumento de conscientização, uma vez que oferece informações acerca do mundo. São jornalistas que investigam esquemas de corrupção; denunciam grandes empresas; fazem a cobertura de descobertas científicas; etc. Enfim, apuram eventos diversos e, na sequência, escrevem e falam sobre esses fatos. Portanto, o objetivo do jornalismo é promover acesso à informação e, enquanto instrumento de comunicação, de modo geral, é bem visto pela sociedade.

A publicidade, por outro lado, é vista com desconfiança pelo público. Muito embora ela não se preste exclusivamente aos interesses do setor privado, seu amplo uso como técnica de venda de produtos e serviços lhe confere o ar mercenário ou interesseiro. As pessoas sabem que a propaganda lança mão de estratégias de persuasão e, por essa razão, tem conotação negativa.

Com isso, o interlocutor, ainda que discorde dos conteúdos jornalísticos aos quais tem acesso, se permite menos cautela ao interagir com esses instrumentos. Já a interação com a propaganda, por ser um instrumento ardiloso, faz com que seus interlocutores procurem se resguardar. Em virtude do receio de ser enganado por campanhas publicitárias, o público procura ter mais cautela com os anúncios que recebe e, de modo geral, questiona mais suas intenções.

O uso ambíguo do jornalismo para fins publicitários não é novidade. Há a venda de “matérias pagas” em todos os jornais. Nas redes sociais, isso passou a ser chamado de “*publipost*”, publicações nos quais influenciadores digitais divulgam produtos e serviços de marcas que lhes pagam para tal. Contudo, esse formato é declarado. Quando o público o confronta, sabe que aquilo é uma propaganda.

O que se observa na pós-verdade, entretanto, é ausência de explicações quanto ao viés publicitário daquele conteúdo. Dessa forma, a publicidade maquiada de jornalismo engana seu interlocutor e o impede de usar as técnicas de defesa contra as estratégias de persuasão que utilizaria, se soubesse que confronta uma propaganda. Além disso, o uso dos algoritmos reforça bolhas de convívio. Evidentemente, quando o público concorda com a linha editorial do veículo de informação que com ele se comunica, certamente fica ainda mais suscetível a não contestar o que lhe é apresentado.

Ainda sobre diferença de idade das obras, é oportuno notar que o momento histórico em d’Ancona (2018) escreve lhe permite introduz dois elementos que faltam à Chomsky (1997): o colapso da confiança, enquanto motivador para se acreditar nas notícias falsas; e o uso de algoritmos como forma de criar bolhas de relacionamento, que inviabilizam o confronto de opiniões divergentes. É compreensível que o meio digital não tenha sido abordado por Chomsky (1997), afinal, na década de 1990, as estruturas da comunicação digital eram completamente diferentes de hoje. Contudo, o “colapso da confiança” é algo que aparece na atual conjuntura, mas que não foi contemplado na análise de Chomsky (1997). Não que em 1991 o povo confiasse

cegamento nas instituições, entretanto, como d’Ancona (2018) expõe, essa relação se deteriorou, justamente a partir da década de 1990.

O autor da pós-verdade não relaciona a veiculação de propaganda política das décadas anteriores como motivo para o colapso da confiança nas instituições. Chomsky (1997) tampouco considera que essas publicidades pudessem desgastar a relação entre as “classes especializadas” e o “rebanho confuso”. Entretanto, essa é uma possível interpretação, especialmente porque houve, em diversos contextos, utilização de recurso público para arcar com os altos custos dessas propagandas. É o caso, por exemplo, da campanha pró participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial, ou, pensando em eventos mais próximos, das campanhas realizadas pelos governos militares durante a ditadura de 1964, reforçando a ideologia da ditadura.

Com isso, vale notar um processo de sofisticação das estratégias empregadas pela Indústria da Desinformação. A invisibilidade dos atores contribui para que não seja necessário confrontar o colapso da confiança. Se forem os mesmos personagens, uma vez descredibilizados, precisam recorrer ao anonimato para continuar operando. Se forem novos, aprenderam com os erros dos anteriores e se escondem para evitar desgastes às suas imagens.

Além disso, como articulado acima, houve a transformação da propaganda em jornalismo, para reduzir a suspeitas e críticas às informações divulgadas. Ademais, trata-se de um conteúdo turvo e não se tem certeza se seu viés é publicitário ou jornalístico. Tampouco ele é assinado por algum grupo específico, o que inviabiliza sua correlação com outros conteúdos semelhantes. Assim, o formato de “campanha publicitária” que ocorria na década de 1990 e que permitia identificar intenção ou um programa ideológico patente saiu de cena e deixou, apenas, uma cacofonia. Um conjunto de informações desorganizadas, reproduzidas por diversas pessoas, porém impossíveis de rastrear e que, aparentemente, não conversam entre si.

3.3. Enredos manufacturados e crise democrática

A propaganda ideológica passou por um processo de sofisticação entre o final do século XX e início do XXI. Apresenta-se, hoje, como informação e, com isso, confunde o público por se parecer com o jornalismo. Todavia, seu objetivo ainda é a persuasão da sociedade para que se estabeleça um posicionamento acerca de algum

tema. Como consequência, a narrativa coletiva é reconstruída, a história falsificada e os ataques aos inimigos criados por esses enredos são legitimados.

Chomsky (1997) é explícito a esse respeito e apresenta o conceito de “Reconstrução da Realidade” como estratégia de “manufaturar consentimento”. D’Ancona (2018), por seu turno, discorre sobre a pós-verdade e, a partir da definição que o autor apresenta e das discussões relacionadas a sua origem, é interessante também entender esse fenômeno como a construção de uma narrativa coletiva.

Os dois autores discorrem sobre como esses enredos são manufaturados, a partir apelo a emoções, na medida em que promovem campanhas de ódio, com vistas a mobilizar a população por meio de sentimentos medo e ansiedade. Consolida-se, desse modo, um inimigo coletivo, ao qual atribui-se culpa pelas mazelas às quais determinada sociedade está sujeita. De modo geral, situações como desemprego, violência, alta nos preços, corrupção etc. tornam-se responsabilidade de minorias políticas como imigrantes, negros, população LGBT, mulheres, entre outros. Consequentemente, esses inimigos fabricados a partir de campanhas de medo tornam-se alvos e legitimam-se ataques contra eles.

Por esse motivo, esse apelo emocional também conversa com a descrição de estrutura da violência política atual de Runciman (2018). O autor da crise democrática é categórico quando diz que, nas sociedades atuais, os impulsos destrutivos não se manifestam de maneira explícita. Ao assumir a forma de discurso, essa violência promove ataques e incita ódio e, por isso, age de modo sorrateiro, quase obscuro. Ninguém a enxerga, apesar de todos a sentirem. Como Runciman (2018) afirma, a violência política atual se distancia da centralidade da cena política, ocupando apenas o imaginário de cada um e, por essa razão, vive como um “fantasma” (RUNCIMAN, 2018, p. 11).

Observa-se, portanto, que a construção da narrativa coletiva é uma forma de ataque aos processos democráticos. Ao esvaziar o debate e fraudar a realidade, não sobra mais espaço para deliberação. O enredo manufaturado é simbolicamente coercitivo, quando constringe a tomada de decisões, em prejuízo de deixá-la livre. Como consequência da manipulação, a democracia é fragilizada.

A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias (D’ANCONA, 2018, p. 19).

4. SUL GLOBAL EM CHAMAS

A história recente da América do Sul caracteriza-se por um momento político ímpar, marcado por ondas de manifestações populares intensas, protestos, disputas truculentas de poder entre situação e oposição, questionamentos da legitimidade de governos eleitos, e confrontos sociais violentos que culminaram em episódios de crises políticas: em alguns casos os governos locais foram derrubados, em outros, fortemente abalados. Esses episódios de conturbação política podem ser observados no Brasil, Argentina, Chile, Venezuela, Peru, Bolívia, entre outros países, o que indica que a crise democrática perpassa o Sul Global. Diante dessa convulsão pela qual passam esses países, torna-se necessário analisar a crise democrática no continente, à luz do que foi abordado acima. Abaixo são apresentados exemplos desses episódios.

4.1. Chile: el violador eres tu

Em outubro de 2019, eclodiram no Chile diversas manifestações populares, contra o reajuste da tarifa do metrô, convocadas pelas redes sociais, por meio da *hashtag* #EvasionMasiva, em português “Evasão em Massa”. Esses protestos, que duraram mais de 50 dias, iniciaram-se no dia 6 de outubro,

quando estudantes secundaristas começaram a pular maciçamente as catracas do metrô. O serviço de transporte é um dos mais caros da América Latina \$ 830 clp (\$ 1,71) e o aumento da tarifa nos dias anteriores levou a um clima de exaltação devido à profunda desigualdade social que afeta o país, com um salário mínimo de \$ 301.000 clp (NINJA, 2019).

Nas semanas subsequentes, as manifestações cresceram e se intensificaram, e, a despeito do mote inicial, a pauta foi ampliada de modo a contemplar questionamentos sobre as desigualdades sociais chilenas. Conforme Roura (2019) explica em reportagem da BBC News Mundo, a população foi às ruas “exigir a implementação de profundas reformas sociais”. A repórter explica que havia entre a população chilena a expectativa de distribuição das riquezas geradas e identificadas nos indicadores de crescimento do mercado privado e demais índices macroeconômicos. Contudo, a sensação entre o povo era de que o crescimento narrado não impactava todas as camadas sociais de modo equivalente.

Em meio ao tumulto gerado no país, o presidente chileno, Sebastián Piñera, de centro-direita, reagiu de forma considerada violenta: foi decretado “Estado

de Emergência” e o Exército, mobilizado para conter os protestos, foi às ruas, pela primeira vez, desde a ditadura de Pinochet. Atitude essa que repercutiu mal e contribuiu para intensificar ainda mais os protestos.

Na reportagem, Roura (2019) explica que a desigualdade observada nas últimas décadas pela população chilena acumulou-se, todavia, “nenhum partido ou líder político foi capaz de perceber o cansaço de milhões de chilenos”, apesar desse sentimento crescer entre o povo. Não à toa, após quase uma semana de protestos intensos, Piñera desculpou-se pela “falta de visão” do governo com as demandas apresentadas pela população e comprometeu-se a reconhecê-las.

Contudo, explica a reportagem, a atitude do presidente, que incluía a revogação do aumento da tarifa, a adoção de um pacote de medidas econômicas e sociais, além de alterações em seu gabinete, não conseguiu conter as manifestações, que seguiram por todo o país, graças ao que Roura (2019) chamou de “protestos transversais”. A repórter identificou que, a despeito do compromisso assumido por Piñera, havia muita diversidade nos protestos e, com isso, as demandas populares não se solucionavam apenas com a mudança da política macroeconômica.

Entre os protestos transversais citados, chama a atenção a performance “*Un Violador en tu Camino*”, em português, “Um estuprador em seu caminho”, a qual, originalmente, foi idealizada para compor uma peça de teatro redigida pelo coletivo interdisciplinar chileno, Las Tesis. Devido aos protestos que eclodiram no país, a peça foi cancelada e uma das partes transformada em performance, para compor uma série de intervenções culturais de rua, em Valparaíso (Chile). Assim, no dia 20 de novembro de 2019, cerca de vinte pessoas, em sua maioria mulheres, trajando vendas nos olhos, fecharam uma rua da cidade, onde cantaram:

O patriarcado é um juiz
 que nos julga por nascer.
 E o nosso castigo
 é a violência que você não vê.
 (...)
 E a culpa não era minha, nem de onde estava, nem de como me vestia.
 O estuprador era você.
 O estuprador é você.
 São os policiais,
 Os juízes,
 O Estado,
 O Presidente.
 O Estado opressor é um macho estuprador.
 O Estado opressor é um macho estuprador.
 O estuprador era você.

O estuprador é você. (LAS TESIS, 2019, tradução nossa⁸)

Os vídeos da manifestação performática viralizaram na *internet* e, no dia 25 de novembro, Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher, ela repetiu-se, dessa vez na capital do país. Paula Cometa, uma das integrantes do coletivo, conta à reportagem que, após a segunda performance a repercussão foi ainda maior e diversos movimentos feministas de outros países as procuraram para reproduzir o evento em outros locais. Com isso, a letra foi traduzida para vários idiomas.

Segundo Rodríguez (2019a), colunista do Jornal Verne El País, versão mexicana do diário espanhol, a performance foi reproduzida em Istambul (Turquia), São Paulo (Brasil), na Ilha de Creta (na Grécia), em Düsseldorf (Alemanha) e em Hamburgo (Alemanha), todas em idiomas locais, além da reprodução no idioma mapudungun, falado por povos originários chilenos e argentinos. No Chile, houve ainda uma versão da performance em linguagem de sinais, com vistas a contemplar pessoas com deficiência auditiva. Como um jornal grego bem dimensionou o fenômeno em sua manchete: “Do Chile à Síria: a luta das mulheres pela liberdade” (RODRÍGUEZ, 2019a).

Dada a repercussão internacional, é possível inferir que a letra da música, embora tenha sido elaborada em contexto chileno, dialoga com demandas de mulheres do mundo inteiro, literalmente. Assim, sua mensagem não encontra fronteiras, tal que se torna importante refletir sobre o que a canção diz. Elaborada a partir de teses feministas, a letra denuncia as diversas formas de violência contra mulher. Cita o patriarcado explicitamente, aborda o feminicídio, e, no refrão, foca na questão da violência sexual. Afirma que a responsabilidade pelos estupros não é da vítima e segue com a identificação dos autores. Enfim, a performance identifica o Estado como perpetuador de estruturas que reiteram a violência sexual contra mulheres: é a polícia, o juiz, o Estado e o presidente. E, sentencia: “o Estado opressor é um macho estuprador” (LAS TESIS, 2019).

No contexto chileno, especificamente, a letra chama ainda mais atenção quando se verifica denúncias de violência sexual, cometida pelas forças de segurança, contra manifestantes mulheres na onda de protestos que varreu o país.

⁸ O texto original em espanhol é: “El patriarcado es un juez que nos juzga por nacer, y nuestro castigo es la violencia que no ves. (...) Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. El violador eras tú. El violador eres tú. Son los pacos, los jueces, el estado, el Presidente. El Estado opresor es un macho violador. El Estado opresor es un macho violador. El violador eras tú. El violador eres tú.” (LAS TESIS, 2019)

Em uma segunda matéria ao mesmo veículo, Rodríguez (2019b) entrevista as fundadoras do coletivo Las Tesis. Juntas, repórter e militantes, denunciam que durante os 30 primeiros dias de protestos foram registrados cerca 442 queixas de violência nas manifestações, das quais 71 eram sobre abusos sexuais, cerca de 16% dos registros. Conforme as entrevistadas explicam ao jornal:

Muitas mulheres detidas nos protestos mostram como a polícia e o Estado usam a violência sexual para semear medo e que as mulheres não se expressem e exerçam seu direito de protestar (LAS TESIS *apud* RODRÍGUEZ, 2019b, tradução nossa.⁹)

Observa-se, portanto, que a forma utilizada para impedir as manifestantes de exercerem seu direito político contribuiu para ampliar a pauta inicial das manifestações contra o aumento da tarifa do metrô e promover os chamados “protestos transversais”. O alcance da performance e suas repetidas execuções, então, são consequências da postura misógina do policiamento chileno, apoiado em algum grau pelo governo, afinal, a polícia é órgão do Estado e, por essa razão, a ele subordinada. Assim, é urgente entender que o recorte de gênero da violência, demonstrado pelos estupros, contribuiu para que a performance ecoasse pelo país. Logo, tal violência foi combustível para reverberar a pequena manifestação de apenas vinte mulheres quando essa performance ocorreu.

Em virtude dos episódios narrados, o caso chileno oferece excelente aporte para compreender a crise democrática narrada no capítulo anterior. Tal como Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2018) explicam, o atual momento é marcado pela tentativa de lideranças e movimentos autoritários de inviabilizar a participação social, críticas aos tecnocratas e mobilizações que permitam a inserção da opinião das massas no processo de implementação da política pública. A perspectiva de Mounk (2018) sobre Liberalismo Antidemocrático, especificamente, dialoga vigorosamente com a forma como a política tarifária do metrô chileno foi definida pelo governo. A própria forma como a resposta popular foi encarada pelo poder público evidencia uma questão sensível nas estruturas democráticas do país.

O presidente Sebastián Piñera, ao colocar o exército na rua, age com uma violência que, do ponto de vista do povo chileno, é, intrinsecamente, simbólica. Se, hipoteticamente, as forças armadas não tivessem feito absolutamente nada, além de

⁹ O texto em espanhol é: “Muchas mujeres detenidas en las protestas dejan ver cómo los carabineros y el Estado usan la violencia sexual para sembrar miedo y que las mujeres no se expresen y ejerzan su derecho a protestar” (LAS TESIS *apud* RODRÍGUEZ, 2019b).

acompanhar os manifestantes, ainda assim sua presença seria violenta, dada as memórias, ainda recentes, da ditadura Pinochet. Contudo, o exército agiu de modo agressivo contra os manifestantes, concretizando a violência simbólica, por mera presença, em violência física. Dado que o exército é força de segurança da nação contra ameaças externas, acioná-lo para conter o povo, aos moldes do que fazia a ditadura, não apenas choca, como também traz questionamentos sobre os limites que a democracia chilena confronta.

Quanto às acusações de estupro cometidos pela polícia, tão surpreendentes quanto gravíssimas, evidenciam uma questão democrática dramática no Chile. A tentativa de barrar protestos populares, por si só, conforme discutido nos parágrafos acima, já é suficientemente indicadora de uma postura autocrática. Mas é urgente que se compreenda, outrossim, a ferramenta utilizada para realizar os impedimentos dos protestos e contra quem tais instrumentos foram aplicados: estupro contra mulheres. Certamente, trata-se de estupro corretivos que visam constranger mulheres a não agir politicamente.

Nota-se, portanto, que as teorias apresentadas no início do capítulo não oferecem subsídio suficiente para entender quão complexa é a crise democrática pela qual passa o Chile. A gravidade do que ocorreu nas manifestações de outubro passado, aliada à continuidade dos protestos transversais, com destaque para as performances “Um estupro em seu Caminho”, indicam que esta crise tem uma forte dimensão sexista.

Por fim, vale ressaltar a ironia de se acionar ao exército dada a perspectiva dos autores sobre a dimensão “doses homeopáticas” dos golpes contemporâneos. As três abordagens concordam que golpes contra a democracia não ocorrerão mais de forma espetacular, mas serão eventos progressivos. Sebastián Piñera, literalmente, levou os “tanques do exército às ruas.” é curioso que o comportamento do Piñera tenha subvertido a bibliografia justamente nesse ponto, voltar Runciman.

4.2. Ataques em Vinto, Bolívia

Em 2019, a Bolívia vivenciou eleições presidenciais. O pleito em questão foi marcado por forte polêmica, convulsão social, violência urbana, ataque político, relatos de tortura e morte. Certamente, os episódios relacionados ao processo eleitoral em tela são profundamente delicados e exigem explicações que a história

ainda precisará oferecer. Comenta-se nessa subseção os principais ocorridos relacionados ao evento, com vistas, apenas, a elucidar a gravidade e a proporção da crise democrática que esse país vive. Para tal, recorreu-se a uma série de reportagens realizadas pelo periódico *online* El País, pela Folha de São Paulo e pela Revista Época.

Uma das principais origens dos tumultos bolivianos dá-se em 2016, quando foi realizado um referendo no país consultando a população sobre a possibilidade de remover restrições acerca do número de mandatos presidenciais. A consulta que tinha por objetivo uma reforma constitucional, oferecia duas opções de voto: “sim”, na qual o eleitor declarava concordar com a remoção da restrição e, com isso, autorizava governantes a se reelegerem indiscriminadamente; e “não”, na qual o eleitor reiterava que deveria haver limites para quantidade de reeleições. Com votação acirrada e diferença de menos de três pontos percentuais, o resultado negativo venceu. Mantidas as restrições, não seria possível que Evo Morales, então presidente e já reeleito três vezes, pudesse se candidatar ao pleito em 2019 (LAFUENTE; MOLINA, 2016; MANETTO, 2019).

Não obstante a reforma constitucional tenha sido rejeitada em referendo, o Tribunal Constitucional da Bolívia a autorizou. A oposição a Evo Morales considerou que as excessivas reeleições do líder boliviano eram antidemocráticas e feriam ritos constitucionais que o próprio presidente ajudou a consolidar. Diante do aceite do citado Tribunal, contrariando a pesquisa popular, houve crescimento da insatisfação contra Morales que contribuíram para levantar questionamentos sobre fraude eleitoral no país (MANETTO, 2019).

Assim, em 20 de outubro de 2019, foram realizadas eleições que contaram com observação internacional liderada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A contagem dos votos foi realizada eletronicamente por um sistema chamado Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares e, quando estava próxima de 84% de cédulas verificadas, foi interrompida por quase 24 horas. Nesse momento, o resultado parcial indicava segundo turno entre Evo Morales e seu principal opositor, ex-presidente da Bolívia, Carlos Mesa (MANETTO, 2019).

Segundo a Constituição boliviana, um candidato vence as eleições presidenciais quando obtém a maioria absoluta ou 40% dos votos, desde que com uma vantagem de pelo menos 10 pontos percentuais sobre o segundo candidato. Se não for o caso, é realizado um segundo turno (LABORDE, 2020).

Quando as apurações foram interrompidas, a diferença entre Morales e Mesa era de 7,87 pontos, e, uma vez retomada, a diferença se ampliou para pouco mais de 10 (LABORDE, 2020). Dessa forma, após 95% das urnas examinadas, o segundo turno foi descartado, garantindo vitória para Morales em primeiro turno, com 46,86% dos votos, contra 36,72% do eleitorado escolhendo Mesa. Essa mudança foi considerada fraudulenta por diversos setores:

Mesa, que se reuniu com a missão da OEA, convocou a imprensa e denunciou uma tentativa de manipulação. “O segundo turno é um fato objetivo”, afirmou. O ex-presidente, que governou entre 2003 e 2005 e agora lidera a plataforma Comunidade Cidadã, **conclamou seus simpatizantes a protestar** para pedir ao Executivo e sua máquina transparência e rapidez (MANETTO, 2019, grifo nosso).

Iniciou-se, então, uma série de protestos no país, contra e a favor de Morales e, como forma de apaziguar os ânimos locais, o presidente concordou que a OEA realizasse auditoria da apuração. Contudo, as manifestações ficaram intensas e, em decorrência do confronto dos manifestantes, nove pessoas foram mortas e 300 ficaram feridas (MANETTO, 2019; COLOMBO; MELLO, 2019). Além disso, foram observados episódios de tortura e agressões tão intensas que repercutiu pela mídia internacional (BIANCONI, 2019). As violências narradas abordam também atos simbólicos como a queima da bandeira *wiphala*, a bandeira indígena, transformada por Morales na segunda do país (MOLINA; MANETTO; LAFUENTE, 2019). Dada a gravidade da situação e em decorrência de pressões das Forças Armadas, Evo Morales renunciou no início de novembro de 2019, antes do resultado da avaliação da OEA (COLOMBO; MELLO, 2019; MOLINA; MANETTO; LAFUENTE, 2019).

Acerca da auditoria da apuração realizada e apresentada no início de novembro, vale dizer que o documento final apresentado indicou que o pleito contou com “atas queimadas, redirecionamento de votos a servidores ocultos e nomes duplicados” (LABORDE, 2020). Além disso, a OEA concluiu que

quando a contagem foi retomada após a suspensão do Sistema de Transmissão de Resultados Preliminares (TREP), os dados mostravam uma tendência “altamente improvável” a favor do candidato do Movimento ao Socialismo (MAS) [Evo Morales] (LABORDE, 2020).

A despeito das conclusões da organização, em 2020, um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts¹⁰ (MIT), realizado pelos especialistas em

¹⁰ O nome da Instituição em inglês é “Massachusetts Institute of Technology”, por isso a sigla, MIT.

integridade eleitoral, Jack Williams e John Curiel, concluiu que o relatório da OEA continha falhas. Enquanto a entidade regional apontava manipulação intencional das eleições, os pesquisadores especialistas do MIT dizem que “não parece haver uma diferença ‘estatisticamente significativa’ na margem entre os resultados de antes e depois da interrupção na transmissão” (LABORDE, 2020).

Conforme explicado no início da subseção, a crise política boliviana é apresentada neste trabalho a partir de relatos coletados em jornais e revistas. A curadoria dessas reportagens priorizou apresentar a ordem cronológica dos eventos e matérias que tivessem sido públicas próximas a quando esses episódios ocorreram. Procurou-se, também, promover o pluralismo das narrativas, a partir do uso de posições divergentes. Evidentemente, cada veículo dispõe de uma linha editorial e cada jornalista apresentou seu ponto de vista. Algumas das reportagens do El País, por exemplo, indicavam insatisfação com a forma como as eleições foram realizadas. Em outras, foi possível perceber que a autora da matéria não concordava com as conclusões da OEA. Por fim, a triagem e seleção das reportagens amparou-se em notícias que abordassem de alguma forma a discussão da temática do trabalho.

Tudo isso é muito importante de ser dito, não apenas por questões metodológicas da pesquisa, mas sobretudo porque o que houve na Bolívia é uma crise democrática grave decorrente da cacofonia de informações. Embora sejam citadas neste trabalho seis matérias, a pesquisa bibliográfica em jornais resultou em um número muito maior de reportagens sobre os eventos. A busca por informações sobre a Bolívia para realizar o presente trabalho foi, entre todos os episódios do Sul Global narrados, a mais complexa e delicada. Com isso, entender o que houve, enquanto esses episódios ocorriam, interpretá-los e, finalmente, assimilar uma posição política, certamente foi um exercício democrático árduo para os bolivianos, em 2019.

Portanto, torna-se necessário lembrar a responsabilidade dos veículos de informação e dos políticos ao usarem suas redes sociais para expressar suas opiniões. Francesco Manetto, jornalista italiano, correspondente do El País, expôs em sua reportagem analisada que tanto Evo Morales quanto Carlos Mesa conclamaram seus simpatizantes para manifestações. Runciman (2018, p.20) discorre sobre as possibilidades de um cenário de polarização política culminar em guerra civil e explica que isso depende da disposição do eleitorado em matar e morrer por determinada causa. Não se pode afirmar que os manifestantes bolivianos estavam dispostos nem

a matar nem a morrer pelos pontos de vista que ali defendiam, ainda assim, o cenário narrado era de guerra civil. O que se observou na Bolívia foi um uso tão expressivo da força que, de fato, culminou em óbitos.

Dada a proporção assumida por esses eventos, é importante compreender por que eles se inflamaram tanto. Mais que isso, qual narrativa foi apresentada ao povo boliviano que em determinado momento a radicalização legitimou o uso da força contra conterrâneos, ultrapassando com isso, qualquer limite democrático. Em busca de entender tudo isso, apresenta-se um dos casos mais expressivos e assustador de violência política, cometida durante as manifestações. Trata-se do caso de tortura e humilhação pública cometida por manifestantes opositores a Morales, contra a prefeita de Vinto, Patricia Arce.

No referido episódio, Arce, que à época era prefeita legitimamente eleita desse município de 60 mil habitantes, era filiada ao Movimento ao Socialismo (MAS), o partido do então presidente Evo Morales. Diante dos protestos narrados acima, por ser a chefe do executivo de Vinto, Arce foi identificada pelos manifestantes opositores a Morales como responsável pelo caos na cidade, a despeito desses eventos terem eclodido por toda a Bolívia (BIANCONI, 2019).

Como “protesto”, esses manifestantes cortaram seus cabelos à força e a cobriram de tinta avermelhada. Em seguida, realizaram uma espécie de cortejo no qual Patricia foi obrigada a caminhar descalça por alguns quilômetros. Ao narrar o episódio, Giulliana Bianconi (2019), descreve que

Nas imagens, a prefeita é obrigada a caminhar dentro de um cordão de isolamento, segurando o cordão, cercada por homens — e apenas homens — mascarados que gritam “assassina de merda”. Depois, já resgatada em uma ponte pela polícia local, as fotos e vídeos são dela em entrevista à imprensa bastante atônita, ainda suja. Imagens que remetem às de prisioneiras de guerra (BIANCONI, 2019).

Choca também que a Bolívia, segundo documentário “Eleitas: Violência Política de Gênero¹¹” realizado pelo Instituto *Update*, é o único país da América Latina que conta com legislação que visa coibir a violência política de gênero (Lei 243/2012). Além disso, como lembra Bianconi (2019), se a ira dos manifestantes era decorrente do caos político deve-se ter em mente que tal caos é consequente dos

¹¹ Disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ByyeSfF2SgA>

comportamentos, principalmente, de figuras masculinas: Morales, Mesa e Camacho, líder da oposição ao MAS. Diante disso, a colunista pergunta e responde:

Afinal, por que aqueles **homens** liderados pelo grupo de direita Resistência Cochala a **dominaram** depois de atirar fogo no prédio da prefeitura, praticaram uma sequência de violências, mas não a mataram? O objetivo, ao que parece, era a **humilhação**. **Subjugar**, inclusive com práticas que remetem às torturas de governos totalitários e que também simbolizam dominação de gênero, como o corte de cabelo forçado em mulheres (BIANCONI, 2019, grifo nosso).

Não foram encontradas notícias de que os óbitos ocorridos nas manifestações foram propositais: talvez tenham sido intencionais, talvez decorrentes de acidentes. Pode ser que as torturas às quais Patrícia Arce foi submetida não tenham sido planejadas e ocorreram por impulso. Contudo, impulso ou ato planejado, é inquestionável, conforme destacado na citação acima, que se esses eventos só ocorreram, dessa forma, porque Patrícia é mulher. A necessidade de humilhar pela condição de gênero.

A crise democrática boliviana polarizou não só o país, mas também todo o mundo. A opinião pública internacional não soube definir se o referido episódio se tratava de uma sublevação da democracia, promovida por Morales, por seus opositores ou por ambas as partes. Vale reiterar que não é objetivo do trabalho apresentar essa resposta. Contudo, supondo que Morales tenha subvertido e fraudado as eleições; que a democracia boliviana estivesse verdadeiramente sob ataque; que os grupos opositores ao MAS estivessem agindo legitimamente; e, com isso, que as manifestações fossem, de fato, instrumentos garantidores da ordem democrática sob ataque. Ainda assim, a defesa da democracia não se dá por meio da tortura, instrumento típico de regimes autocratas.

A atitude narrada contra Arce não dialoga com a defesa desses valores, pelo contrário, indica perversão dos seus autores. Assim, o objetivo não era lutar contra uma suposta ditadura, mas reiterar o lugar que o patriarcado resguarda a mulher na política.

4.3. A Maré Verde argentina

A Argentina também passou por diversas movimentações intensas. Em 2018 e em 2019, movimentos feministas do país saíram às ruas pela defesa do Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, proposto pela Campanha

Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina. De acordo com a jornalista Luiza Mançano (2018; 2019), do jornal Brasil de Fato, um dos símbolos desses movimentos são os lenços verdes cobrindo os rostos das manifestantes. Por causa dessa vestimenta, as jornadas pelo aborto seguro na Argentina ficaram conhecidas como “Maré Verde¹²”.

Assim como os eventos observados no Chile, essas jornadas pela legalização do aborto também repercutiram internacionalmente. Os lenços usados pelas argentinas se tornaram símbolos de luta feminista em diversos países que passaram a usar o item em suas manifestações. Conforme a jornalista explica, “a ampla mobilização realizada pelas mulheres argentinas se tornou uma referência para feministas de todo o mundo, que lutam para conquistar o mesmo direito” (MANÇANO, 2019). Com isso, nota-se, a pauta apresentada na Argentina, tal qual aquela chilena, não são limitadas por fronteiras nacionais.

Enquanto o projeto estava em discussão no legislativo do país, 700 expositores debateram a temática, semanalmente às terças e quintas-feiras, durante mais de um mês, apresentando argumentos favoráveis e contrários ao texto de lei proposto (MANÇANO, 2018). Como explica, o Projeto de Lei (PL) existia há cerca de 14 anos na Argentina, contudo, apenas em 2018 foi colocado em pauta para discussões públicas pelo Congresso, que o aprovou em junho daquele ano. Diante dessa aprovação, sua enorme repercussão, não só em âmbito doméstico, mas também internacional; adesão social nas deliberações; inclusão na pauta do legislativo e mobilizações sociais, o PL transformou o ano de 2018 em um ano histórico na luta por direitos reprodutivos e sexuais na Argentina. Entretanto, quando o projeto chegou no Senado, foi vetado.

É interessante observar, diante da perspectiva de ampliação dos direitos das mulheres e da forte participação social implícita às manifestações, que esses eventos carregam consigo uma discussão acerca da democracia na Argentina. Perspectiva essa evidenciada pelo resgate de relatos das manifestantes que aderiram à Maré Verde.

Lucila Szwarc, socióloga e uma das organizadoras da campanha pela legalização do aborto, informou à reportagem que diversos direitos foram ampliados na Argentina na última década, tais como matrimônio homoafetivo (aprovado em

¹² O texto em espanhol é: “marea verde”.

2010) e Lei de Identidade de Gênero (2012). Contudo, “a legalização do aborto é uma dívida da democracia, porque (...) o aborto continua sendo um direito negado, continua sendo uma dívida para as mulheres, que não têm liberdade reprodutiva” (SZWARC *apud* MANÇANO, 2018).

A visão da socióloga ampara-se no entendimento de que limitações do direito sexual e reprodutivo de mulheres são vias de impedimento de sua participação social. Dele decorre, por exemplo, a maternidade compulsória que, como será abordado no capítulo 4 em maior profundidade, é um dos elementos que constroem mulheres ao espaço privado e doméstico, em prejuízo de incentivá-las a ocupar espaço público e lutar politicamente por interesses próprios e coletivos. Ademais, a ausência desse direito, tanto na Argentina como no Brasil, faz com que a prática seja criminalizada, salvo em caso de risco à saúde materna, gravidez decorrente de estupro e quando for comprovada a anencefalia do feto. A criminalização da prática, faz com que as mulheres, privadas desse direito pelo Estado, se tornem passíveis de sanções e penas imputadas por esse mesmo Estado.

Essas duas consequências, contudo, não são aplicáveis aos homens, afinal, o impedimento legal de abortar não ecoa na vida masculina do mesmo modo. Primeiro, porque seus corpos não são constrangidos pelo poder público a manter uma gestação involuntária. Tampouco, os homens são coagidos ao cuidado familiar que reduz drasticamente ou inviabiliza a sua inserção no mercado de trabalho e na vida pública. Com isso, nota-se que as limitações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos promove um desequilíbrio no exercício da cidadania desses dois grupos. E, como discutido nas subseções anteriores, os entraves à cidadania plena faz com que a democracia seja vivenciada de modo incompleto pelos grupos socialmente excluídos.

Outra manifestante, Yanina Waldhorn, explicou à Mançano (2018) o caráter democrático dessas mobilizações. Nesse relato, a feminista explica que não é comum que a Argentina se engaje em debates tão longos e cuja participação social seja tão intensa:

Falaram mulheres representando diversas organizações, bairros e comunidades, de diversos lugares do país, **familiares de mulheres que morreram por abortos clandestinos**, houve representação de todos os lados (WALDHORN *apud* MANÇANO, 2018, grifo nosso).

Vale notar por esse relato que a dimensão democrática se evidencia não apenas pela via da ampla deliberação, ao considerar posicionamentos antagônicos, como também pela representação política das partes interessadas. Essa inserção mostra justamente as questões debatidas nos parágrafos anteriores. É imperativo que mulheres ocupem espaços de decisão política, direta e indiretamente, como forma de garantir que seus interesses sejam escutados e considerados. Logo, a Maré Verde é um marco democrático, na medida em que reforça a ocupação do espaço público pela mulher. Diante disso, Waldhorn explica que a mobilização social provocada pela PL da legalização do aborto é uma vitória em si:

Nós estamos muito felizes com tudo que está acontecendo, de como **nossa voz chegou no Congresso**, porque **nossa luta está identificada**, hoje todos que são a favor do aborto carregam um lenço verde. Estamos nas ruas! (WALDHORN *apud* MANÇANO, 2018, grifo nosso)

Como argumentado pelos autores de crise democrática, uma democracia saudável zela pela livre deliberação e participação e, enquanto isso for possível, é natural que haja vitórias e derrotas. Assim, é essencial que cada parte legitime os resultados das votações, sejam elas de representantes ou de leis. Não há, portanto, espaço para rejeitar as decisões coletivas. O que resta àqueles que tiveram seus posicionamentos frustrados é tentar de novo, quando isso for possível. No caso de eleições, isso dá no próximo pleito e na atuação política de oposição. Legislações, por seu turno, podem ser propostas novamente e, espera-se, os novos PL carregarão os ensinamentos do que falhou na tentativa anterior.

O veto do Senado argentino ao PL de legalização do aborto, certamente, frustra as expectativas das manifestações, especialmente quando se considera sua ampla adesão social. Diante das vias democráticas, resta às mulheres argentinas avaliar como propor novamente essa pauta. Visto que ela demorou 14 anos para ser levada a votação, retoma-se as críticas de Levistky e Ziblatt (2018) e de Mounk (2018) acerca das dimensões excludentes do formato democrático. Sem dúvida, o Estado argentino procrastinou a discussão, mostrando-se reticente em dialogar com o movimento feminista. A pauta de interesse dessas mulheres é ignorada.

Ainda sobre esse desinteresse explícito em deliberar sobre política com mulheres, vale comentar as campanhas sistemáticas de desmoralização de Cristina Kirchner, como forma de reiterar o desprezo pela participação da mulher. Presidenta do país entre os anos de 2007 e 2015, ela denunciou em diversas ocasiões como a

mídia desqualificava sua gestão, não por suas ações políticas, mas por comentários misóginos, nos quais ela era retratada como mentalmente instável. Em seu livro “Sinceramente”, Kirchner (2019) apresenta suas memórias enquanto parlamentar e chefe do executivo e narra a construção do *slogan* “Cristina, la loca”, em português, “Cristina, a louca”. Conforme relata:

Em jornais, revistas e programas de televisão inventavam todo tipo de coisa, como que eu sofria de “hiperestress”, “egocentrismo patológico”, de “síndrome de Hubris” – uma distorção da realidade que “ataca” presidentes ou pessoas com muito poder, segundo explica Nelson Castro da tela da TN – e bipolaridade. Em síntese, “Cristina, a louca”. Esse era o verdadeiro objetivo: instalar na sociedade, como sentido comum, que eu estava louca (KIRCHNER, 2019, p. 284, tradução nossa¹³).

Entre os episódios que mais marcaram a construção social da loucura enquanto instrumento desmoralizador, Kirchner (2019, p.284-285) comenta sobre um pronunciamento de Macri, então presidente, aos demais dirigentes políticos argentinos. No referido episódio, Macri conversava, em rede de televisão, com senadores e governadores peronistas. Em sua mensagem, solicitava que esses políticos não votassem pela redução das tarifas de gás e eletricidade, as quais estavam tão elevadas que superavam o valor pago de aluguel (REDAÇÃO, 2018). Para convencê-los, Macri disse: “Não se deixem levar pelas loucuras que propõe Cristina Fernández de Kirchner” (MACRI *apud* REDAÇÃO, 2018).

Kirchner, que então era senadora, ao ser tratada na terceira pessoa, é excluída da conversa. Na mensagem gravada, Macri a desconsidera como interlocutora, embora ela fizesse parte do grupo que ele buscava dialogar. Assim, para o então presidente, Cristina não deveria fazer parte do processo decisório e, naquela mensagem, só cabia enquanto argumento desqualificador da votação da tarifa. Além disso, ao apresentar Cristina enquanto louca, ele renuncia ao debate técnico e recorre a ofensa pessoal. Nota-se, portanto, que não há interesse em entender a perspectiva política de Kirchner. Primeiro, Cristina é ignorada. Na sequência, desqualificada e humilhada como forma de argumentação.

¹³ O texto em espanhol é: “En diarios, revistas y programas de televisión inventaron todo tipo de cosas, como que sufría de “hiperestrés”, “egocentrismo patológico”, del “síndrome de Hubris” -una distorsión de la realidad que “ataca” a presidentes o personas con “mucho poder”, según “explicaba” Nelson Castro desde la pantalla de TN- y bipolaridad. En síntesis, “Cristina, la loca”. Este era el verdadero objetivo: instalar en la sociedad, como sentido común, que yo estaba loca” (Kirchner, 2019, p. 284).

4.4. Brasil e o uso da liberdade para pedir a opressão

O Brasil vive um momento profundamente conservador e colérico contra seu próprio povo. A democracia duramente reconquistada e diariamente construída no país, desde 1988, sofre ataques diversos. Há relatos de violência urbana durante as eleições, polarização política, candidatos derrotados que não reconhecem o resultado de eleições, ascensão de líderes *outsiders*, violência física e simbólica cometida por parlamentares, ameaça do chefe do executivo e seus familiares contra o STF, etc.

Entre os exemplos narrados acima, é interessante avaliar a contestação dos resultados das eleições à luz do que Runciman (2018) discute, dado que a prática se repetiu entre os pleitos de 2014 e 2018. No primeiro episódio, o candidato derrotado do PSDB à presidência, Aécio Neves, não só questionou os resultados das eleições, como se comprometeu a inviabilizar a gestão da candidata eleita, Dilma Rousseff (PT). Nessa época, vale lembrar, eram frequentes narrativas de violência urbana enfrentadas por militantes de partidos diferentes, antes do próprio pleito. Nota-se, com isso, que a postura de não reconhecer a vitória de Dilma e, na sequência, firmar compromisso de não a deixar governar, boicotando deliberadamente sua segunda gestão, foi um ato profundamente irresponsável de Aécio Neves.

Dada a violência política que já ocorria no país, agir de maneira tão leviana poderia ter contribuído para a eclosão da guerra civil, conforme previsto por Runciman (2018). Disso, infere-se algo oportuno: os eleitores de Aécio estavam dispostos a brigar e agredir por ele (ou contra a Dilma), entretanto não estavam dispostos morrer. Ainda que seja uma vitória que as atitudes de Neves não tenham resultado em guerra civil, é urgente observar que a repercussão de seus atos contribuiu para consolidar a baixa popularidade de Dilma. Essa campanha pela desmoralização da presidenta contribuiu para que seu duvidoso processo de *impeachment* ocorresse com apoio da sociedade civil.

Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2018) concordam que uma das vias de subverter a democracia é por meio da fragilização das instituições democráticas. Ataca-se os ritos, os órgãos de controle e os partidos e, com isso, se instaura instabilidade política em determinado local. A campanha de deterioração da imagem de Rousseff aconteceu ao lado de todos esses elementos. Questionou-se as eleições, o STF e o Partido dos Trabalhadores. Além disso, o instrumento de

impeachment foi banalizado. Em prejuízo de resguardar a população de gestores que comentem crimes de responsabilidade, a ferramenta se firmou entre o eleitorado como forma de alterar resultados de eleições em caso de perda de popularidade dos representantes eleitos. Com isso, perde-se de perspectiva o papel de uma oposição: cobrar. Opor-se à situação não trata de retirá-la do espaço de poder, mas cobrá-la por meio de deliberação e pressão política que atue conforme a plataforma que a elegeu.

Ainda sobre essa postura de não aceitar resultados de eleições, vale comentar as falas de Bolsonaro acerca da eleição de 2018. Apesar de ter vencido esse pleito, num ato excêntrico, o atual presidente do Brasil afirmou que as eleições haviam sido fraudadas. Em sua opinião, ele teria vencido em primeiro turno, mas forças contrárias à democracia teriam adulterado os resultados e forçado, segundo o ex-deputado, um desnecessário segundo turno com o candidato Fernando Haddad, do PT. Além dos questionamentos quanto a legitimidade dos procedimentos eleitorais, o pleito de 2018 foi marcado por forte uso de notícias falsas sobretudo contra a candidata à vice-presidência pela chapa PT/PCdoB, Manuela D'Ávila.

As eleições de 2018 inovam também pela quantidade de governantes eleitos em uma plataforma que os distanciava da imagem do “político profissional”. Entre os principais nomes, cita-se Jair Bolsonaro, para a presidência e Wilson Witzel, para governador do Rio de Janeiro, evidenciando a inserção da figura *outsider* na política brasileira. Além de figuras de “fora da política” Bolsonaro e Witzel regularmente fazem comentários preconceituosos contra minorias políticas, em consonância com o perfil de liderança autoritária descrito pelos autores.

Observa-se, então, que é notório que o país passa pelos últimos anos por um processo de forte polarização política, marcado, principalmente, pela criação de dois blocos eleitorais: petistas e antipetistas. Aprofundada nas últimas eleições, essa polarização se inicia a partir das manifestações de junho de 2013, passa pelas disputas eleitorais de 2014, pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma e alcança seu ápice com a eleição de Bolsonaro, em 2018. Dessa forma, a atual crise política, tem ora como pivô, ora como alvo o Partido dos Trabalhadores (PT). (FREITAS; PERES DA SILVA, 2019).

De fato, esses episódios marcam o acirramento da dicotomia política nacional. Contudo, é insuficiente avaliar a polarização política a partir do esgotamento da esquerda brasileira e, com isso, designar ao PT a centralidade do debate. Esses

eventos, conforme será abordado em profundidade no capítulo “O Retrato da Mulher na Política”, na realidade, extrapolam a esquerda, e são marcados por atitudes fortemente misóginas contra mulheres que ocupam ou buscam ocupar cargos eletivos.

A baixa popularidade de Dilma Rousseff, incentivada por Aécio Neves, foi amplamente amparada e reiterada por propaganda machista realizada contra a presidenta. Nas eleições de 2014, Aécio também agrediu verbalmente a candidata Luciana Genro em um debate eleitoral. As notícias falsas realizadas em 2018 atacavam principalmente a candidata D’Ávila. Embora as três mulheres citadas sejam de esquerda, havia também homens desse espectro político que, contudo, não sofreram ataques como os delas.

4.5. Triste, louca ou má? Política!

Em todos os episódios narrados acima é possível notar a violência política de gênero que, de acordo o Instituto *Update* (2020, p.52), consiste em “impedir uma mulher de exercer o seu direito político de votar e ser votada por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas”. Conforme o documento explica, essa violência dialoga com a expectativa social sobre os papéis que aquela mulher deveria, de fato, empenhar.

Certamente, todos esses episódios têm raízes econômicas, financeiras, culturais e políticas que são centrais em suas avaliações. Nota-se que nesses países, sobretudo Brasil e Bolívia, foram realizadas fortes campanhas de desestabilização das estruturas democráticas. São episódios que envolvem a eleição ou reeleição de figuras da esquerda que, ao frustrar a agenda liberal, incorrem em ataques literais e figurados contra as instituições políticas. Com isso, governos populares passam a canalizar o desconforto social, na medida em que arenas política são transformadas em zonas de conflito. Contudo, todos os eventos partilham, também, de reações violentas contra mulheres, indicando que a crise democrática por qual passa essas nações dispõe de uma dimensão sexista e misógina.

A partir da concepção de líderes autoritários apresentados pelos autores das seções anteriores, tem-se que essas figuras desconsideram a complexidade dos problemas sócio-econômico-políticos. De modo geral, terceirizam a responsabilidade

dessas questões e, normalmente, o fazem por meio da culpabilização de estrangeiros por esses problemas.

Vale observar que *estrangeiro* é a pessoa de origem diferente daquele quem fala. Entretanto, essa origem, embora apresentada como nacionalidade, é também entendida como lugar de pertencimento e, portanto, de identificação. Logo, tudo que difira da origem daqueles que ocupam o *status quo*, será usado para segregar e, conseqüentemente, culpabilizar o *outro* pelos problemas sociais. Com isso, classe social, etnia, identidade de gênero, sexualidade, idade, sexo, etc. tornam-se qualificadores daqueles que estão “dentro” ou “fora”. É por meio dessa perspectiva de que exista um “outro” que não tem competência e que é inferior, que se fundamenta a culpabilização. Portanto, essa responsabilidade ou culpa do *imigrante* é, na verdade, culpa dos negros, dos pobres, das populações originárias, dos idosos, das pessoas LGBT's, e das mulheres.

Nota-se, contudo, que à exceção de Yascha Mounk, os demais autores não dialogam com essa perspectiva. Preocupados em identificar indícios de crise democrática e seus possíveis remédios, os pesquisadores não se aprofundam nos apelos de exclusão social que essas lideranças promovem, embora reconheçam que há ataques às minorias políticas. É imperativo e urgente entender que os discursos dos líderes autoritários ganham *quórum* e reverberam porque as sociedades onde estão inseridos compactuam de seus valores. São locais cujas populações são, em parte, racistas, xenófobas, elitistas, homofóbicas e machistas.

Mounk (2018) reconhece que a ausência de mulheres na política contribuiria para desqualificar a democracia. Sobre os EUA, o autor afirma que “finalmente, a Emenda XIX, aprovada em 1920, decretou que ‘o direito de votar dos cidadãos dos Estados Unidos não deve ser negado ou cerceado em função do sexo’.” (MOUNK, 2018, p. 71). Contudo, muito embora ele promova alguma discussão sobre cidadania, Mounk (2018) não realiza um recorte de análise de questões de minorias específicas. Assim, o autor apenas reconhece que “minorias seriam excluídas dos processos decisórios”, sem questionar os motivos e meios utilizados.

O que se observa nos relatos ilustrados acima, é que há um enorme viés sexista e misógino que baliza as ações mais extremistas cometidas nas manifestações conservadoras. São mulheres as figuras ameaçadas de estupro, arrastadas pelos cabelos, humilhadas por notícias falsas, impedidas de continuar os mandatos para os quais foram legitimamente eleitas, etc. A grande repercussão das

manifestações “*El violador és tu*”, traduzida e repetida em tantos países, também chama atenção não apenas pela urgência manifestada por tantas mulheres de tantas nacionalidades em seus gritos, mas também por sua capacidade de reverberar e ganhar projeção, não se limitando por fronteiras nacionais.

Dada a violência cometida contra essas mulheres e a ampla capacidade de organização e reverberação do movimento feminista, é importante apontar que a análise da crise democrática, alheia à questão de gênero, é uma análise incompleta. As raízes dessas crises envolvem a exclusão de mulheres dos processos decisórios e sua culpabilização (e penalização) por problemas sociais. Portanto, é urgente que a academia estude e compreenda o caráter misógino da crise política atual.

Por isso, o próximo capítulo discutirá como se constroem as narrativas coletivas misóginas que nutrem as raízes dessas crises e legitimam a exclusão social e política, além do uso de violência física, sexual e simbólica contra mulheres. Por fim, os capítulos finais, a partir de discussão empírica, procuram evidenciar como isso pode ser visto na prática.

Nem tristes, nem loucas, nem más. Mulheres são seres políticos que lutam por seus interesses, a despeito das violências que sofrem.

5. O LUGAR DAS MULHERES: PATRIARCADO E FEMINISMO

Nas últimas décadas foram observadas diversas conquistas feministas no campo do direito, as quais marcaram a ampliação formal da igualdade entre homens e mulheres. Em 2006, por exemplo, foi promulgada a Lei Maria da Penha, cujo objetivo é coibir a violência doméstica. Em 2015, a condição do sexo como motivador de homicídios contra mulheres foi considerada qualificador dessa natureza criminal, simbolizando o compromisso da luta contra o feminicídio. Na esfera política, em 2018, a lei eleitoral passou a determinar a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário para financiar campanhas eleitorais de candidatas mulheres.

Todavia, conforme observado nas seções anteriores, em todo o mundo ainda persiste a violência física e simbólica contra mulheres. Violências essas que dificultam a participação social e inclusão política dessas pessoas e, com isso, limitam sua cidadania. Em vista do paradoxo entre a ampliação formal da igualdade e a manutenção de barreiras sociais, nota-se que as desigualdades de gênero ainda instituem desafios de compreensão do mundo.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014), na obra “Feminismo e Política: uma introdução”, apontam que a organização das relações sociais, a partir da condição do gênero, são “questões ausentes ou marginais nas correntes hegemônicas da teoria política”. Os autores observam ainda que esse silenciamento “define o limite para muitas reflexões e as coloca numa posição em que acabam por justificar as coisas como elas são” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Para compreender em profundidade essas desigualdades e, com isso, conseguir interpretar a dimensão das crises democráticas que se expressam, entre outras formas, como ataques contra mulheres, esse capítulo apresentará um diálogo com as teóricas do feminismo. Enquanto disciplina, esse pensamento é constituído de várias teorias e reflexões sobre o mundo social (MIGUEL; BIROLI, 2014). Assim, vale comentar que, diferentemente das anteriores, as seções aqui contempladas não serão divididas por autor. Pelo contrário, elas apresentarão as principais discussões do feminismo, e como cada autora ou autor a percebe, com vistas a debater a perspectiva feminista das estratégias de dominação de homens contra mulheres.

As principais obras selecionadas foram escritas por escritoras e um escritor cujos trabalhos são expressivos e fundamentais no debate feminista contemporâneo. Elencou-se, portanto, os trabalhos da filósofa e ativista social brasileira, Djamilia

Ribeiro; da teórica feminista e ativista social estadunidense bell hooks (pseudônimo de Gloria Jean Watkins, grafado em caixa baixa); Carole Pateman, filósofa britânica; Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, professores da Universidade de Brasília (UnB); e da professora Marlise Matos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

As subseções têm como fio condutor a perspectiva de que o feminismo é um movimento que busca superar o patriarcado e as desigualdades que ele promove (HOOKS, 2020). Por isso, o capítulo se inicia discutindo esse sistema de dominação de mulheres por homens enquanto principal estrutura que legitima as desigualdades de gênero. Na sequência, apresenta-se o feminismo enquanto movimento social e corrente teórica.

A partir da compreensão sobre essa perspectiva acerca das relações sociais, discute-se sobre as diferenças de sexo e gênero como forma de estabelecer a construção social da mulher. Na sequência, apresenta-se os principais meios de atuação do patriarcado, a partir do debate sobre a dicotomia público-privado e dos muros simbólicos que são criados para impedir a participação política feminina. Uma vez consolidados esses conceitos, introduz-se a dimensão política do debate.

Com isso, será possível verificar como as narrativas coletivas construídas, em processos cíclicos, substanciam as desigualdades de gênero, ao mesmo tempo que nelas se amparam. Com essa estrutura, espera-se, o trabalho proporcionará o aporte teórico necessário para explicar como as crises democráticas se apoiam – e reiteram – narrativas, fundamentalmente, misóginas.

5.1. Patriarcado e Feminismo

5.1.1. Patriarcado

Certamente, de todo o corpo teórico contemplado pelo Feminismo, Patriarcado é o conceito mais polêmico. Não há consenso na disciplina acerca de seu significado, de forma que algumas autoras e autores defendem seu uso, ao passo que outros o consideram ultrapassado e sugerem que se fale em “dominação masculina” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Com isso, o feminismo, tanto enquanto movimento social, quanto como disciplina teórica, se refere ao patriarcado em muitos sentidos (PATEMAN, 1993; MIGUEL; BIROLI, 2014).

Para promover essa discussão, o presente trabalho se apoiará na perspectiva de Carole Pateman (1993) quem, a despeito de assumir a controvérsia

do termo, afirma que “se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política” (PATEMAN, 1993, p. 39). Ademais, sua perspectiva sobre o termo, leva em consideração uma lógica de narrativa, de modo que o patriarcado na visão de Pateman (1993) contribui para a noção abordada neste trabalho de construção de narrativa coletiva.

Em seu livro, “O Contrato Sexual”, a autora se propõe a revisar as teorias contratualistas, as quais fundamentam interpretações acerca das instituições políticas. Conforme explica, o contrato original se constitui de uma história, uma espécie de “ficção política” (p.23) que “conta como uma nova forma de sociedade civil e de direito político foi fundada” (PATEMAN, 1993, p. 15). A perspectiva contratualista, então, pressupõe que as relações sociais livres sejam mediadas por contratos, firmados aos moldes do contrato original.

Em virtude dessa ficção política, haveria diversas versões para explicar a forma como o pacto original se constituiu. Uma dessas narrativas postula que ele decorreria da decisão dos homens em trocar suas liberdades plenas, usufruídas em um hipotético estado de natureza repleto de inseguranças, por uma liberdade civil e igualitária, cuja tutela seria responsabilidade do Estado (PATEMAN, 1993, p.16). Com isso, “a autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil moderno são explicadas como apreensões de nossa sociedade de referenciais desse contrato” (PATEMAN, 1993, p.15).

Logo, os indivíduos relacionam-se cientes de que seus atos são regulamentados por normas e legislações civis. Ou seja, se for necessário, o Estado se envolverá como mediador e tomará parte com vistas a garantir o cumprimento dos acordos (PATEMAN, 1993, p.23). Vale notar, ainda, que essa tutela do Estado resguarda não só os novos contratos firmados pelos indivíduos, voluntariamente e entre eles, mas também os termos do pacto original. Termos esses que foram dados de garantia em troca da “liberdade plena” vivenciada no estado de natureza.

Pateman (1993) observa ainda que as análises tradicionais sobre essa corrente teórica ignoram que as mulheres são excluídas do contrato original, o qual contemplaria apenas os homens como indivíduos. Com isso, embora o contrato original seja apresentado como uma história sobre as liberdades individuais, ele tem em sua essência um pacto sexual-social. Não obstante esse contrato garantisse a

liberdade civil, ele criava, em contrapartida, a dominação dos homens sobre as mulheres (PATEMAN, 1993, p. 20-21).

Tal dominação juntamente com “o direito de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original” (PATEMAN, 1993, p. 16). Nota-se, pois, que nessa narrativa a mulher é engendrada como propriedade dos homens. Em prejuízo de partes do contrato, que se engajam nele voluntariamente, as mulheres seriam, na verdade, seu objeto. Assim, enquanto “o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição” (PATEMAN, 1993, p.16). A liberdade civil, então, não seria universal, mas patriarcal, e, dessa forma um atributo masculino.

A lógica dessa perspectiva é a diferença sexual que existe entre homens e mulheres. De acordo com Pateman (1993), os teóricos contratualistas não entenderiam que elas dispusessem de atributos e habilidades para que pudessem ser classificadas como “indivíduos”. Desse modo, em decorrência do critério sexual, se estabeleceria a própria diferença política, no qual os homens dispõem de liberdade, ao passo que às mulheres resta a sujeição (PATEMAN, 1993, p.21). Com isso, nota-se que os direitos políticos decorrentes do contrato se organizam necessariamente a partir de dominação e subordinação.

A autora denuncia então que

a construção da diferença entre os sexos enquanto diferença entre liberdade e a sujeição não é fundamental apenas para uma célebre história política. A estrutura de nossa sociedade e de nossas vidas cotidianas incorpora a concepção patriarcal de diferença sexual. (PATEMAN, 1993, p.22).

Assim, essa narrativa construída e pautada nas diferenças sexuais define o que é ser homem e o que é ser mulher, de modo que essas diferenças sexuais se traduzem em diferenças políticas. São, portanto, essenciais na sociedade civil (PATEMAN, 1993, p. 34). Além disso, dado que os teóricos do contrato negligenciaram as pautas sobre mulheres em seus ensaios, a “incorporação das mulheres e de seus compromissos na sociedade civil” (PATEMAN, 1993, p.13) não se tornaram reconhecidos no debate contemporâneo.

Vale observar que a autora não apresenta, taxativamente, o conceito de patriarcado, mas discorre acerca de uma história do contrato original na qual se encontra uma “narrativa hipotética para as origens do patriarcado moderno” (PATEMAN, 1993, p. 38). Conforme elucida, ao longo dos anos, a perspectiva de

“patriarcado” evoluiu e se adaptou a diferentes momentos socioeconômicos da história da humanidade. Na década de 1960, especificamente, em decorrência de uma nova onda do movimento feminista, o conceito tornou-se frequente tanto em âmbito acadêmico quanto da militância. Entretanto, as discussões não encontraram um consenso, de modo que, como comentado no início do capítulo, o termo é aplicado em muitas ocasiões (PATEMAN, 1993, p.39).

Diante da cacofonia de significados, a autora comenta que há defensores do abandono de seu uso, o que, em sua perspectiva implicaria na

perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens (PATEMAN, 1993, p. 39).

Acerca da forma como as demais autoras e autor analisam o Patriarcado, Miguel e Biroli (2014) relacionam o conceito à dominação masculina nas sociedades contemporâneas. Todavia, por dialogarem com a perspectiva de Pateman (1993), ao discorrerem sobre a temática, também não procuram cunhar uma definição. Pelo contrário, seguem o formato da autora britânica e comentam sobre a evolução histórica do uso do conceito. Na análise que apresentam, inovam ao resgatar a equiparação da perspectiva de “dominação masculina” à “afirmação da igualdade intelectual e moral das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A perspectiva de bell hooks (2020) tampouco é categórica, contudo, a autora associa patriarcado a uma forma de sexismo institucionalizado. Assim como os demais autores, ela também apresenta a forma como o termo é usado em diferentes perspectivas históricas e teóricas.

Em vista da crítica de Pateman (1993) à doutrina contratualista, nota-se que o patriarcado, enquanto sistema de dominação masculina inerente ao pacto original, decorre de uma narrativa que subjuga mulheres. A autora ressalta ainda que essa dominação não se limita ao espaço doméstico, de modo que “o patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada” (PATEMAN, 1993, p.29). Logo, a atuação da mulher seria mediada pelo direito sexual masculino nos dois espaços: público e privado.

Portanto, as condições econômicas, sociais, laborais, sexuais, etc. das mulheres são mediadas pelos termos do contrato original. É ele quem delimita quais lugares elas podem ocupar, como podem se vestir, quais ocupações podem exercer,

como podem dispor de seus próprios corpos, quais direitos reprodutivos terão acesso, entre outras fronteiras políticas, sociais, sexuais e econômicas. Ou seja, o patriarcado estrutura um sistema no qual se observa a redução das oportunidades de participação social das mulheres.

5.1.2. Feminismo

Em vista das limitações impostas por essa construção patriarcal, surge o feminismo enquanto crítica a essas estruturas. Organizado, inicialmente, enquanto movimento social e, em seguida, teorizado e transformado em campo de estudo, o feminismo se manifesta na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (HOOKS, 1984; HOOKS, 2020; RIBEIRO, 2018; MIGUEL; BIROLI, 2014).

A ativista social e filósofa Djamila Ribeiro (2018), em sua obra “Quem tem medo do Feminismo Negro”, afirma que “o objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero — o gênero não sendo utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão” (RIBEIRO, 2018, p.44). Acerca das diferenças do feminismo entre movimento social e campo teórico, a autora afirma não considerar oportuna tal distinção. Conforme explica, “teoria é prática pessoal. Uma deve existir para interagir dialeticamente com a outra, em vez de serem dicotomias estéreis. A teoria ajuda a prática e vice-versa” (RIBEIRO, 2018, p.47). A partir disso, as reivindicações apresentadas pelo movimento avançam juntamente com o momento histórico em que cada nova onda eclode. Logo, o que é discutido nas ruas, alcança o espaço acadêmico.

Sendo mulher, ativista, acadêmica e negra, evidentemente sua prática pessoal corrobora sua construção teórica. Referência nacional contemporânea sobre o feminismo negro, Ribeiro (2018) constrói sua obra e influencia o movimento das ruas, por meio da inserção dessa corrente na pauta feminista brasileira atual. Corrente essa que leva em consideração não apenas as estruturas patriarcais, mas também escravocratas e racistas que marcam a formação social do Brasil. Conforme Ribeiro (2018) expõe, “é necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui” (RIBEIRO, 2018, p.53).

Na perspectiva de Miguel e Biroli (2014), o feminismo recusa a compreensão de que as desigualdades de gênero e a dominação masculina sobre

mulheres sejam consequências de “reflexos da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência”. Em virtude dessa perspectiva, “ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

De acordo com os autores, essa crítica feminista pauta-se, sobretudo, na submissão da mulher ao ambiente doméstico, conforme Pateman (1993) denuncia ao avaliar a doutrina contratualista. Dessa maneira, o feminismo enquanto corrente intelectual, manifestada tanto na forma de militância quanto no campo do conhecimento, questiona “as causas e os mecanismos de reprodução da dominação masculina” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Com isso, a luta feminista deve ter como objetivo a construção de sociedades mais justas, modificando as prioridades do debate público (MIGUEL; BIROLI, 2014). Especificamente, o feminismo procura

questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Em virtude dessas características, segundo Miguel e Biroli (2014), já não cabe mais discutir teoria política afastada das contribuições proporcionadas pela teoria feminista. Ademais, os autores apontam que nas últimas décadas foram alcançados diversos direitos, como educação, sufrágio, igualdade dentro de relações, etc. Contudo,

permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo, o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A ativista e intelectual bell hooks (1984), por seu turno, define que

Feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça específica ou classe de mulheres. Não privilegia mulheres sobre os homens. Tem o poder de transformar de uma forma significativa todas as nossas vidas (HOOKS, 1984, p.26, tradução nossa¹⁴).

¹⁴ O texto em inglês é: “Feminism is the struggle to end sexist oppression. Its aim is not to benefit solely any specific group of women, any particular race or class of women. It does not privilege women over men. It has the power to transform in a meaningful way all our lives” (HOOKS, 1984, p. 26)

Essa perspectiva evidencia que o movimento não existe para promover uma luta entre os sexos, uma espécie de rixa de mulheres contra homens. Ela defende que o problema a ser combatido é o sexismo. A autora reconhece em obra posterior que essa definição não é conclusiva, mas é importante, uma vez que ao focar o sexismo enquanto chave do problema mostra como é importante estudá-lo e compreendê-lo (HOOKS, 2020, p.17). Logo,

essa definição deixa implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são problemas, independentemente de quem os perpetua ser mulher ou homem, criança ou adulto. Também é ampla o suficiente para incluir a compreensão de sexismo institucionalizado sistêmico (HOOKS, 2020, p.17).

Assim, o “inimigo” não são os homens, mas o sexismo que promove uma socialização na qual tanto eles quanto elas reverberam as estruturas patriarcais por meio de pensamentos e ações sexistas (HOOKS, 2020, p.13). Uma vez que mulheres também têm comportamentos marcados por machismo, torna-se necessário reexaminar o próprio pensamento das mulheres. bell hooks (2020) explica, então, que no início do movimento feminista contemporâneo, grande parte dos trabalhos eram realizados por meio de grupos de conscientização. Nesses espaços era possível a troca de experiências e a compreensão da realidade patriarcal que empoderavam as mulheres a combater as violências que sofriam em casa e em seus trabalhos (HOOKS, 2020, p. 26).

Os grupos de conscientização atuavam inclusive como terapia para muitas mulheres e, conforme a autora explica, essa característica era importantíssima, pois dele decorre um dos principais elementos do feminismo: sororidade. A partir do apoio mútuo prestado, foi possível desmistificar a competição feminina imposta pelo sexismo, bem como as opressões internas provocadas por outras características demográficas, tais como raça e classe social (HOOKS, 2020).

Todavia, conforme bell hooks (2020) denuncia:

À medida que o pensamento feminista – que surgiu primeiro nos pequenos grupos em que frequentemente indivíduos se conheciam (provavelmente eram colegas de trabalho e/ou amigas) – começou a ser teorizado em material impresso para alcançar maior audiência, grupos se desmantelaram (HOOKS, 2020, p.27).

A substituição dos grupos de conscientização pela sala de aula tirou de foco a exigência de que mulheres confrontassem o sexismo internalizado, de modo que, ainda que muitas levantassem a bandeira do movimento, com frequência elas

“traíam a causa nas interações contra outras mulheres” (HOOKS, 2020, p. 30). Com isso, a autora sugere a recuperação do trabalho de base pelo feminismo com vistas a reaproximar o que se produz de sua essência.

As definições apresentadas nas três obras permitem consolidar uma perspectiva do que o feminismo representa, tanto enquanto movimento social quanto como corrente teórica: um movimento em que prática e pensamento interagem, dialeticamente, na construção de uma sociedade desprovida da hierarquia de gênero, rejeitando o entendimento de que diferenças entre sexos sejam qualificadores para discriminações.

Vale notar, as obras discutem o feminismo a partir da perspectiva do movimento social e da ciência, contudo, cada qual constrói um raciocínio no qual se destacam críticas e elementos essenciais específicos para compreender o que é o feminismo. Assim, Ribeiro (2018), acadêmica, mas também militante do movimento feminista negro, em sua concepção, apresenta um conceito que demonstra a necessidade de validar as diversas correntes do feminismo. Denuncia as opressões internas do movimento e por isso traz para a discussão dois elementos importantes: a trajetória histórica do feminismo e as correntes internas do movimento. Mescla as demandas do exercício atual do movimento com sua perspectiva teórica.

Já Miguel e Biroli (2014), professores e pesquisadores universitários, focam o debate na construção do feminismo enquanto corpo teórico. Com isso, promovem uma discussão epistemológica e trazem questionamentos à própria ciência política. Por fim, bell hooks (1984; 2020), escritora e militante, discorre acerca do feminismo por meio de uma revisão histórica do fenômeno contemporâneo. Assim, o apresenta enquanto movimento pautado por processos de conscientização que visa transpor barreiras impostas pelo patriarcado. Assim, traz fortes críticas às correntes consideradas pela autora como elitistas e à apropriação universitária do movimento social.

Com vistas a compreender as principais pautas e demandas apontadas, faz-se oportuno realizar uma rápida revisão histórica desse movimento. De acordo com Matos (2010) é possível identificar três ondas feministas brasileiras, que marcaram a história do movimento no país e uma quarta que está em formação. Pinto (2003) *apud* Matos (2010) explica que na primeira onda, as principais demandas por direitos iguais abordavam o sufrágio feminino, de modo que a principal pauta era em torno do direito ao voto. Assim, o movimento tratava de uma luta por direitos políticos.

A segunda onda do feminismo brasileiro dialoga com uma perspectiva de luta por democracia. Nascido durante a ditadura militar e em resposta a mesma, o movimento foi

uma síntese tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal e teria se caracterizado por um movimento contrário de liberação, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando a atenção da igualdade para as leis e os costumes. (MATOS, 2010, p. 68)

Não em vão, é dessa época o movimento “quem ama não mata” o qual nasceu e resposta aos feminicídios e impunidades desses crimes. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por homicídios, cometidos contra mulheres, que alcançaram repercussão nacional e cujos julgamentos contaram com a tese jurídica de “legítima defesa da honra”. Essa estratégia consistia em “desqualificar a imagem das mulheres assassinadas e, assim, garantir a absolvição dos réus” (BRAZÃO, OLIVEIRA, p. 63, 2010). Consequentemente, as mulheres assassinadas foram acusadas de libertinagem e autonomia excessiva, de forma que suas escolhas de vida foram utilizadas como justificativas para os homicídios cometidos, o que explica o deslocamento da atenção por igualdade para as leis e os costumes, conforme explicado por Matos (2010).

Segundo Brazão e Oliveira (2010), como resultado da impunidade, diversas manifestações eclodiram pelo Brasil, organizadas por grupos feministas que cunharam o slogan “quem ama não mata”. Entre as vitórias desse movimento, vale citar a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM) e “a alteração da legislação nacional, especialmente a penal e civil, detentoras de artigos discriminatórios e sem previsão de norma para proteger as mulheres vítimas de violência.” (BRAZÃO, OLIVEIRA, p. 63, 2010).

A terceira onda, por sua vez, abordou a participação das mulheres brasileiras nos processos relacionados a redemocratização do país. Marcada pela aproximação entre movimento social e Estado, essa onda se caracteriza por:

- 1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas (com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, por exemplo);
- 2) tentativas de reforma do Estado (com a forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo);
- 3) busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.);

4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento. (MATOS, 2010, p. 68).

5.1.3. Feminismos, no plural

Ribeiro (2018) explica que na década de 1970, consoante às lutas por direitos civis nos EUA, as militantes estadunidenses ampliaram o debate do movimento de mulheres, denunciando a invisibilidade da mulher negra no feminismo. Conforme a autora aponta, há uma tendência em universalizar as mulheres, desconsiderando que “apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam” (RIBEIRO, 2018, p.53).

Assim, outras características demográficas, como raça, sexualidade e classe social, contribuem para a construção de sobre barreiras sociais que inviabilizam ou facilitam o acesso de algumas mulheres a oportunidades e acesso a recursos (MIGUEL; BIROLI, 2014; RIBEIRO; 2018; HOOKS, 2020). Logo, a situação da mulher negra é diametralmente oposta à da mulher branca. Ao comparar as principais lutas por mulheres na década de 1920, nos EUA, Ribeiro (2018) comenta que “enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (RIBEIRO, 2018, p. 52).

A percepção de que as opressões contra mulheres são derivadas também das especificidades de cada uma mostra que é impossível conferir apenas um enfoque ao movimento. Ribeiro (2018) propõe então que se questione e reconsidere quem são os indivíduos representados pelo feminismo, com vistas a superar a universalização da categoria “mulher”. Como forma de incluir todas,

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários (RIBEIRO, 2018, p. 47).

Dessa maneira, as análises políticas sobre as condições do exercício de cidadania das mulheres devem considerar os desafios impostos por outras características como classe social, etnia, orientação sexual, idade, estado civil, etc. Nota-se, com isso, que pode haver diversas versões do feminismo, ao que se denomina correntes. Uma vez que não compete ao escopo do trabalho avaliar cada

corrente separadamente, essa temática não será abordada. Todavia, como preconizado por bell hooks, a sororidade é o essencial para o exercício feminista. Logo, considera-se necessário evidenciar a multiplicidade de enfoques do movimento, como modo de reconhecer a importância de suas nuances, enquanto critérios de análise política.

Como afirma bell hooks (2020), “uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo” (p.15).

5.2. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”: Sexo e Gênero

Sexo e gênero não são sinônimos. Sexo refere-se a categorias inatas, pautadas por valor biológico. Trata, portanto, de um conceito binário distinguindo por diferenças anatômicas: masculino e feminino. Gênero, por seu turno, refere-se a um conceito sociológico e, por esse motivo, é uma construção social: homem e mulher. Dessa maneira, “diz respeito aos papéis e às construções sociais que homens e mulheres optam por performar durante a vida” (SCHWARCZ, 2019, p.152).

A diferenciação entre os dois conceitos, conforme Ribeiro (2018) aponta, decorre principalmente dos trabalhos de Simone de Beauvoir, por meio da obra “O Segundo Sexo”. Ao distinguir sexo e gênero, Beauvoir evidencia que os comportamentos e características sociais atribuídos às mulheres não são biologicamente determinados, como os teóricos do contrato original e de outras correntes das ciências política e biológica tentam defender (RIBEIRO, 2018, p. 93). Pelo contrário, essas posições são reiteradas socialmente, naquilo que Pateman (1993) explicou acerca do contrato sexual e que bell hooks (2020) chamou de pensamento sexista e socialização de homens e mulheres.

Em “O Segundo Sexo”, Beauvoir apresenta a categoria de gênero a partir de um viés existencialista, além de colocar a mulher no centro do debate, antes marcado por visibilizá-la (RIBEIRO, 2018). Dessa maneira, sua máxima “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” revela a “construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Observa-se, com isso, que a inferioridade feminina, reiterada por séculos como decorrente de condições naturais e biológicas, na verdade, são expressões sociais, construídas e reiteradas.

Vale notar, ainda, que o texto de Beauvoir inova também pela forma. Conforme Miguel e Biroli (2014) explicam, o estilo ensaístico da obra é marcado por subjetivismo extremado. A filósofa francesa mistura dados estatísticos, depoimentos pessoais, generalizações, referências midiáticas e acadêmicas. Embora considerem que o trabalho de Beauvoir careça de uma unidade de construção do seu argumento, os autores reconhecem que ele “abriu caminho para a discussão a respeito de uma epistemologia feminista distinta da epistemologia dominante, masculina” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Essa nova forma de construir o campo do conhecimento evidencia que as posições hegemônicas partem de perspectivas posicionadas, especificamente, a experiência masculina, privilegiada. Logo, “a universalidade é colocada em xeque, sobretudo como base para a definição dos direitos dos indivíduos” (MIGUEL; BIROLI, 2014), afinal, o homem branco burguês não é mais a referência. Gênero, raça e classe, aos poucos, se tornam elementos que contribuem para definir “pertencimento”. “Não é exagero dizer que essa percepção funda o feminismo contemporâneo” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Em virtude da separação determinação dos papéis de gênero, socialmente definidos, surgem comportamentos heteronormativos. Baseados na expectativa do que cada sexo deve desempenhar na sociedade, atividades como trabalho, lazer e poder, não são ofertadas aos homens e as mulheres da mesma forma. Por isso, reproduzem assimetrias de gênero (SCHWARCZ, p.152, 2019).

Outra questão importante da obra é que ela contribuiu para redefinir as fronteiras entre público e privado, pessoal e social (MIGUEL; BIROLI, 2014). Se “mulher” é uma construção social, mediada pelas noções deterministas de papéis de gênero em cada esfera da vida humana, torna-se imperativo compreender como se constitui a divisão de dimensões da vida.

5.3. Dicotomia público-privado: barreiras simbólicas

Para compreender os espaços socialmente designados às mulheres, retoma-se a perspectiva teórico feminista utilizada por Carole Pateman (1993). Em seu livro, a autora postula que os contratos sociais que regem a sociedade ocidental fundamentam-se em um pilar patriarcal. Em última análise, o contrato criaria espaços

públicos e privados, de modo que às mulheres seria reservado apenas o âmbito doméstico.

É importante notar que da narrativa acerca da constituição do contrato original desprende-se a estruturação da esfera pública da liberdade civil, a qual antagoniza com a esfera privada. Embora antagônicas, as duas seriam partes do contrato original, contudo, em análises teóricas políticas, apenas a primeira receberia atenção, dado que é nesse âmbito que se estruturam as arenas de deliberação. Visto que a mulher não teria, na lógica contratualista, liberdades civis, ela não pertenceria ao espaço público. A esfera pública seria toda a vida social que não estivesse confinada ao âmbito doméstico.

No ensaio “Críticas feministas à dicotomia público / privado”, Pateman (2013) explica que “a separação entre público e privado é restabelecida como uma divisão dentro da própria sociedade civil, dentro do mundo dos homens” (p.59) e, dessa maneira, enquanto aos homens é oferecido o espaço público e as possibilidades de luta e conquistas que essa arena lhe oferece, às mulheres é reservado o âmbito doméstico. No espaço privado, limita-se sua participação social, meios de deliberação coletiva e, conseqüentemente, formas de inclusão e representação de seus interesses.

Muito embora tenha-se observado reformas sociais e legais na condição social das mulheres, é imperativo que se compreenda que a situação civil delas ainda não se equipara com a dos homens. A garantia de voto é, certamente, uma metonímia dos direitos políticos. A representação de mulheres em cargos eletivos é menor que a de homens, não só na América do Sul, mas em todo o mundo, de forma que tanto novas legislações, atualizações de leis antigas e a elaboração de políticas públicas compreendem um conjunto de atividades realizadas, majoritariamente por homens (PATEMAN, 2013).

Além da baixa representatividade, é possível observar tentativas de cercear os espaços que as mulheres tentam ocupar, de forma que ainda hoje há inúmeras denúncias de violências físicas e simbólicas contra esse grupo. Assim, conforme Pateman (1993) afirma “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição”. (p.21).

A diferença entre sexo e gênero é mediada, entre outros elementos, pela divisão do mundo entre “público” e “privado” e contribui para a construção dos papéis de gênero. São atribuídos às mulheres estereótipos de comportamentos que, como

observam Miguel e Biroli (2014), são desvantajosos uma vez que insistem que a “domesticidade feminina” é natural e biologicamente determinada. Observa-se, ainda, que esses constrangimentos já não ocorrem mais, necessariamente, por meio de coerção física ou violência, embora essas não tenham sido eliminadas por completo da realidade da mulher. De acordo com os autores, os estereótipos de gênero são também reforçados por meio da socialização.

A partir desse processo, a identidade da mulher passa a ser conformada como “agradável e subserviente e imitativa e agressivamente passiva e silenciosa – você aprende, em uma palavra, a feminilidade” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Assim, a associação da mulher à esfera doméstica atua como constrangimento social na medida em que reitera como ela pode se portar, quais atividades elas podem realizar, como as preferências por cada trabalho são construídas, como se desenvolvem aptidões, etc. Logo, a autonomia das mulheres se torna restrita (MIGUEL; BIROLI, 2014).

As preferências aprendidas ou adaptativas podem funcionar como dispositivos para acomodar conflitos e reproduzir, com baixo custo, as relações de poder. A valorização da maternidade é um exemplo de como isso se dá. A sobreposição entre mulher e maternidade colaborou, historicamente, para limitar a autonomia das mulheres. Um de seus aspectos é a restrição a determinadas atividades e formas de vida que foram consideradas conflitivas com a **divisão sexual do trabalho**, assim como o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014, grifo nosso).

Ademais, a esfera doméstica e tudo que ela compreende, tal como relações familiares, afetivas, etc. deixam de compor a variável política. Uma vez que não pertence ao espaço público, garante-se privacidade ao âmbito doméstico, porque se entende que “o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Miguel e Biroli (2014) apontam ainda que essa privacidade foi útil enquanto ferramenta de manutenção da dominação masculina, afinal, contribui para que cenários de vulnerabilidade doméstica não fossem tratados no coletivo.

5.3.1. Barreiras à participação

A divisão entre público e privado e a relação entre comportamentos esperados para cada sexo como papel de “gênero”, como Miguel e Biroli (2014) apontam, impõe barreiras de participação para mulheres. Barreiras essas

constituídas, principalmente, a partir da divisão sexual do trabalho e as limitações a ela relacionada.

Por meio da designação de papéis convencionais de gênero, limita-se a atuação da mulher a determinados trabalhos, podendo-se citar, principalmente, a maternidade e o exercício de atividades relacionados a cuidados, tal como limpeza, alimentação, educação, etc. Nota-se, ainda, que para muitas pessoas, esses trabalhos não são remunerados. Fazem parte da dinâmica familiar, à qual é resguardada a privacidade, como explicado acima. Quando esses trabalhos são realizados na forma de profissão, vale dizer, são pouco reconhecidos e, dada a desvalorização que enfrentam, não contam com salários significativos (MIGUEL, BIROLI, 2014).

Não obstante a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, é possível perceber que a realização dessas atividades na esfera doméstica persistiu caracterizada como “trabalhos de mulher”. Com isso, muitas mulheres que hoje trabalham fora de casa em atividades remuneradas enfrentam a chamada “jornada dupla”. Afinal, após o expediente do trabalho formal, ao retornarem às suas residências ainda realizam os trabalhos domésticos. De acordo com Miguel e Biroli (2014), essa dupla jornada de trabalho reduz “seu tempo para outras atividades, incluída aí a ação política” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Diante disso, os autores explicam que essa divisão sexual do trabalho implica na limitação do exercício da autonomia das mulheres, uma vez que

ela está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também o tempo livre –, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A redução do tempo livre, aliado ao condicionamento da mulher à vida doméstica, contribui para limitar sua atuação na vida política e conferir o caráter “masculino” a esse espaço.

Vale notar, ainda, que o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos contribui com vistas a reiterar essa condição laboral, fortemente vinculada ao exercício da maternidade. Segundo Miguel e Biroli (2014), maternidade e sexualidade são temas vinculados com vistas a restringir a autonomia de mulheres. Diante disso, torna-se, imperativo perceber que a ausência de direitos reprodutivos manifestado, sobretudo, na ilegalidade do aborto, atua como elemento que reitera esse vínculo.

Outro elemento relacionado à maternidade compulsória que contribui para a exclusão da mulher das vias de participação é a ausência de creches e “de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com filhos pequenos” (MIGUEL; BIROLI, 2014). Com isso, os autores explicam que homens e mulheres sofrem consequências distintas de uma gravidez involuntária.

É interessante comentar, portanto, o papel que as narrativas coletivas construídas realizam enquanto ferramentas patriarcais de exclusão social e política da mulher. Conforme lembra Pateman (1993), “contar histórias de todos os tipos é a principal forma desenvolvida pelos seres humanos para atribuírem sentido a si próprios e a sua vida política” (PATEMAN, 1993, p. 15). A narrativa construída por meio do contrato original, pautado pela epistemologia masculina dominante, certamente é patriarcal. Observa-se, portanto, que se trata da principal barreira de participação, ao reforçar a segregação do espaço público do privado e, com isso, definir o “lugar de homem” e “lugar de mulher”.

É essa narrativa que atribui papéis convencionais de gênero, limita os espaços de participação e reforça estereótipos. Com isso, reforça-se, a dicotomia público-privada identificada por Pateman, pela qual as mulheres são excluídas dos espaços deliberativos, constitui a narrativa acerca do lugar da mulher. Logo, a luta para contrapor isso torna-se uma luta política, tal que “o pessoal é político”.

6. O RETRATO DAS MULHERES NA POLÍTICA

O cenário político brasileiro atual é uma rica fonte de estudo para que se possa identificar as dinâmicas patriarcais que atentam contra a democracia. Não apenas há poucas mulheres atuantes em cargos eletivos, como também é possível notar diversos ataques contra aquelas que buscam ocupar esses espaços. Trata-se de situações que ilustram tanto a crise democrática, quanto a exclusão política de mulheres.

De acordo com a organização de mídia independente, “Gênero e Número”, em 2016, 68% dos 5.568 municípios brasileiros não tinham mulheres disputando o cargo de prefeita. Essa realidade se traduziu também nas eleições de 2018, quando as mulheres representaram menos de 32% de todas as candidaturas (TSE, 2020). A distribuição dessas candidaturas pode ser observada abaixo. A Tabela 1 indica a proporção de candidaturas por gênero, para os cargos do executivo estadual e federal.

Tabela 1 – Proporção de candidaturas: cargos do Poder Executivo, por gênero, Brasil 2018¹⁵

CARGO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
PRESIDENTE	14,29%	85,71%	100%
VICE-PRESIDENTE	35,71%	64,29%	100%
GOVERNADOR	14,85%	85,15%	100%
VICE-GOVERNADOR	36,54%	63,46%	100%
TOTAL	25,80%	74,20%	100%

Fonte: TSE, 2020, elaboração própria

Em virtude das poucas candidaturas femininas, pode-se observar que há poucas mulheres eleitas. Vale notar, 52,5% do eleitorado brasileiro, em 2018 era composto por mulheres, contra 47,55% de homens. Essa proporção, embora possa sugerir equilíbrio, afinal quase metade dos eleitores pertence a cada sexo, evidencia, na verdade, uma forte assimetria entre os estratos populacionais. Visto que mulheres são maioria, é interessante questionar o que reforça a baixa presença desse grupo nas principais instituições do país.

¹⁵ Os dados foram obtidos a partir da plataforma de estatísticas eleitorais do TSE. Vale apontar que elas utilizaram todas as candidaturas realizadas incluindo aquelas consideradas inaptas pelo tribunal.

A Tabela 2 indica a proporção de candidaturas por gênero, para os cargos do Parlamento, por casas legislativas.

Tabela 2 – Proporção de candidaturas: cargos do Poder Legislativo, por casa legislativa, Brasil, 2018

CASA LEGISLATIVA	CARGO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
<i>Câmara dos Deputados (Federal)</i>	CANDIDATURAS	32,22%	67,78%	100%
	ELEITOS	15,01%	84,99%	100%
<i>Assembleias Legislativas (Estados e DF)</i>	CANDIDATURAS	31,99%	68,01%	100%
	ELEITOS	15,49%	84,51%	100%
<i>Senado Federal</i>	CANDIDATURAS	17,60%	82,40%	100%
	ELEITOS	11,54%	88,46%	100%

Fonte: TSE, 2020, elaboração própria

Na Tabela 2, pode-se observar que tanto a proporção de candidaturas femininas são minoritárias, quanto são entre as/os deputadas/os federais, estaduais e senadoras/es eleitas/os. Tais dados são apenas introdutórios e ilustrativos, não buscando dar conta de forma exaustiva de todas limitações encontradas para as candidaturas femininas.

Em busca de dar sentido aos dados estatísticos e com vistas a compreender os mecanismos de exclusão política da mulher, apresentam-se aqui análises acerca de algumas das imagens que lhes são mais comumente feitas no cenário político nacional. Assim, a partir de notícias jornalísticas acerca do passado recente, procura-se mostrar como as mulheres são tratadas por seus colegas parlamentares e candidatos e como são retratadas pelo noticiário. O objetivo dessas análises é evidenciar como a narrativa patriarcal se desenha e atinge, de forma específica, as mulheres candidatas e eleitas.

6.1. Mulheres candidatas

Para a análise do tratamento concedido às mulheres que pleiteiam vagas em cargos eletivos, serão analisados dois episódios. O primeiro apresenta a maneira como Manuela D'Ávila, candidata a vice-presidência em 2018, foi atacada virtualmente por campanhas de notícias falsas. O segundo volta a 2014, e também apresenta um episódio de eleição presidencial, envolvendo os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Luciana Genro (PSOL). As avaliações desses eventos procuram

evidenciar as estratégias que são usadas contra as mulheres no âmbito político e contribuem para barrar seu acesso ao poder.

6.1.1. Manuela D'Ávila

A eleição presidencial brasileira de 2018 sofreu influência do fenômeno da pós-verdade, sendo marcada por fortes campanhas de desinformação. De acordo com o portal de notícias “Congresso em Foco”, após apenas 70 dias do início das campanhas eleitorais, as agências de checagem de fatos “Lupa”, “Aos Fatos” e o “Projeto Fato ou *Fake*”, do Grupo Globo, analisaram mais de cem notícias com potencial para desinformar o eleitorado. Especificamente, de 123 *fake news* encontradas por essas organizações, 104 difundiam conteúdo que beneficiava o candidato Jair Bolsonaro (então PSL), fosse por vinculá-lo positivamente a eventos que não eram reais, ou por difamar a chapa PT/PCdoB, composta por Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB).

A disseminação de notícias falsas nas eleições brasileiras foi viabilizada pelas redes sociais e plataformas digitais, *WhatsApp* e *Facebook*. De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha, feita com 3.240 entrevistados em 225 municípios brasileiros, o eleitorado brasileiro utiliza bastante essas ferramentas para compartilhar e ler notícias sobre política. Especificamente, 57% dos eleitores do Bolsonaro utilizavam o *Facebook* para informar-se e 61% desses indivíduos o fazia pelo *WhatsApp* (G1, 2018).

O uso dessas ferramentas preocupa dada a formação de bolhas de convívio criadas pelos algoritmos que as estruturam. Matthew D'Ancona (2018) explica que tais algoritmos substituíram a verificação de veracidade das notícias, uma vez que essa bolha diz aos usuários justamente aquilo que eles gostariam de confirmar. Assim, as plataformas *online* permitiram não só a difusão ilimitada das notícias falsas, mas também agiram de modo a garantir que cada notícia chegaria a públicos específicos. É a segmentação mais precisa já vista na história da comunicação de massas.

Como exemplo dos episódios de notícias falsas, entre os eventos que vinculavam o então deputado Jair Bolsonaro positivamente a algo que não ocorreu, vale citar a notícia falsa de que o ex-presidente Lula, do PT, haveria gravado um vídeo de apoio a Bolsonaro. A notícia “Vídeo de Lula pedindo votos para Bolsonaro”,

verificada como falsa pelo Projeto Fato ou *Fake* doG1 no dia 24 de setembro de 2018, decorre de uma montagem que utilizou de dublagem na qual Lula dizia que “apenas Bolsonaro poderia tocar o país” e que alcançou mais de 200 mil visualizações no *Facebook*.

Acerca das notícias que aviltavam a chapa PT/PCdoB, os casos mais chocantes certamente são as notícias conhecidas como “mamadeira de piroca” e “*kit gay*”. A primeira, difundida também por vídeo e cujo alcance foi superior a 92 mil visualizações, dizia que o PT teria distribuído “Mamadeiras eróticas”, com o bico de borracha em formato de pênis, em creches como forma de combater a homofobia. A segunda, por sua vez, obteve mais de 65 mil compartilhamentos e afirmava que o presidenciável Fernando Haddad teria criado um “*kit gay*” para crianças de seis anos, durante o tempo em que esteve à frente do Ministério da Educação (MEC). O que foi chamado “*kit gay*”, na realidade, se referia ao projeto “Escola Sem Homofobia”, “produzido em 2011 por organizações de defesa da população LGBT em convênio com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), uma autarquia do Ministério da Educação, à época sob gestão de Fernando Haddad” (MOURA; CYPRESTE, 2018).

Sobre a montagem feita com o ex-presidente, o vídeo busca claramente atrair eleitores simpatizantes de Lula, ignorando que o mote da campanha do Bolsonaro se fundamentava justamente na oposição extrema ao Partido dos Trabalhadores. É uma montagem direcionada a um público que vê no ex-presidente uma liderança e procura orientação nessa figura de líder carismático. É um público que desconsidera a lógica do jogo político e a própria polarização que existe no país. Assim, a notícia mobiliza a partir do que há de positivo na figura e legado de Lula, sem se preocupar com provocar distanciamento, medo, alerta e ódio. Pelo contrário, ela mobiliza pelo que há de positivo, favorável, humano.

As outras duas notícias, por outro lado, apelam para homofobia e machismo. Ao alertar seus interlocutores de uma pretensa política movida pela esquerda para reforçar agressivamente a homossexualidade entre crianças, os autores dessas *fake news* dialogam diretamente com indivíduos que sentem preconceito com a população LGBT e associam essas pautas a uma suposta doutrinação. Assim, essas notícias, mobilizam indivíduos homofóbicos a sentirem-se aterrorizados de que seus filhos possam, também, se tornar gays, como se sexualidade fosse algo ensinado e reforçado. Além de recorrer aos sentimentos

negativos que já existiam nessas camadas da população, essas notícias fortalecem esses preconceitos.

Observa-se, desse modo, que não é uma questão de a política pró homossexualidade ter ou não sido criada, ou quais os contextos de sua elaboração e verdadeira intenção. A preocupação de quem acredita e divulga essas *fake news* são suas crenças pessoais de que a homossexualidade não deveria ter espaço na nossa sociedade. Em outras palavras, não fosse a homofobia prévia à notícia falsa, esta não encontraria terreno fértil para se fincar.

As duas notícias que ilustram a mobilização pelo ódio são mais fáceis de analisar. Seu conteúdo é óbvio e direto: “o PT quer ensinar seu filho a ser gay, e ser gay é ruim, portanto, vote contra o PT”. São, de fato, mentiras, mas o conteúdo é claro. Ambas partem de um pressuposto homofóbico por ser contrária à população LGBT, mas também tem um viés machista, dado que a LGBTfobia fundamenta-se no reconhecimento negativo da condição feminina.

Há, contudo, um grupo largo de notícias cuja análise é mais capciosa. Não há conteúdo negativo explícito, de forma que compreender o que mobilizam demanda análise e reflexão. São os casos das notícias relacionadas à candidata à vice-presidência Manuela D’Ávila. Na segunda-feira, após a realização do primeiro turno das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a retirada de 33 *fake news* sobre Manuela (REDAÇÃO, 2018).

Mesmo não sendo cabeça da chapa, D’Ávila foi protagonista de inúmeras notícias falsas. Mais do que notícias inverossímeis, tratavam-se de questionamentos quanto a seu *comportamento*. Foram divulgadas fotos, vídeos e publicações em redes sociais que afirmam supostas incoerências em seu espectro político, montagens que ilustravam tatuagens que não tinha, lhe atribuíram vídeo em que outra mulher dançava, etc. Com isso, essas notícias questionavam se Manuela era apta ou não a ocupar o lugar da presidência, um lugar de representação política.

Muito embora a postura de um presidenciável deva ser foco de atenção do eleitorado, afinal, essa pessoa irá representar o país, é importante perceber, primeiramente, que os comportamentos questionados à chapa PT/PCdoB nunca tratavam dos de Haddad, cabeça da chapa e, portanto, seu principal representante. Este, quando questionado, o era pelas políticas que fez enquanto prefeito de São Paulo. Nos casos das *fake news* que o envolviam, nenhuma o colocava enquanto indivíduo inapto. As próprias notícias de que ele promoveria uma doutrinação

homossexual não questionavam seu lugar na política, propriamente, mas seu viés ideológico.

Além disso, em diversas situações, as *fake news* sobre Manuela sequer se tratavam de notícias propriamente negativas, como no caso do vídeo em que ela é falsamente identificada dançando. Em depoimento feito nas suas redes sociais, Manuela afirmou: “Em 2018 fui alvo de todo tipo de montagem. Destruíram meu corpo, manipularam minhas palavras, fizeram com que conhecidos rompessem relações comigo por acreditarem em notícias falsas (...)” (D’ÁVILA, 2018).

A Figura 2 mostra uma montagem de Manuela, divulgada via redes sociais, na qual ela é ilustrada com diversas tatuagens e com olheiras profundas, sugerindo o uso de drogas. As tatuagens falsas tratam do rosto do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara no peito esquerdo de Manuela e do líder soviético Lênin, em seu braço esquerdo. A Figura 3, por sua vez, é uma captura de tela, do vídeo que identifica falsamente a candidata dançando.

É muito fácil entender o sentimento que a notícia ilustrada pela Figura 2 tenta mobilizar no eleitorado. Uma pessoa com o aspecto das olheiras que aplicaram em Manuela realmente não transmite confiança para representação política e social. O que se quer expor é o porquê da montagem ter sido feita com ela e não com Haddad quem liderava a chapa e, de fato, seria presidente em caso de vitória.

Figura 2 - Montagem de Manuela com tatuagem do Che Guevara e Lênin



FONTE: Google Imagens (2019).

O vídeo ilustrado pela Figura 3, por outro lado, não sugere nenhum comportamento negativo. Não há falta de decoro, não há passos de danças que

poderiam ser considerados inapropriados ou vulgares. As roupas que a dançarina usa também não chamam atenção por nenhum aspecto. Dessa forma, traz-se o questionamento: por que Manuela não poderia dançar assim?

Assusta também o fato de haver inúmeras notícias sobre a falta de decoro de Bolsonaro e nenhuma ser falsas. Jair Bolsonaro foi filmado fazendo afirmações violentas, racistas, machistas, homofóbicas, com apologia à tortura, etc. Seu comportamento foi duramente questionado por veículos de comunicação de todo o mundo, além de lhe render diversos processos por danos morais, com destaque para o caso movido pela Deputada Maria do Rosário, que o processou (e ganhou) após ele dizer que não a estupraria porque ela não merecia.

Figura 3 – Captura de tela do vídeo de dança falsamente atribuído à Manuela.



FONTE: Google Imagens (2019).

Observa-se, com isso, que o sentimento por trás de parte das notícias envolvendo D'Ávila era, por sua tentativa, enquanto mulher, de ocupar espaços de representação. Não se tratava de decoro ou de qual comportamento D'Ávila demonstrou, mas se Manuela era ou não alguém com **direito** a concorrer ao lugar de representante. Manuela D'Ávila, no caso, é uma metonímia para todas as mulheres. As notícias falsas vinculadas a seu respeito não buscavam chocar pelo conteúdo atribuído à Manuela, mas pelo fato de ser uma mulher ocupando aquele espaço.

6.1.2. Luciana Genro

Já o segundo episódio trata das eleições de 2014 e da agressão verbal/visual proferida pelo candidato, Aécio Neves (PSDB), no debate promovido pela Rede Globo. No referido acontecimento, este apontou seu dedo para o rosto da adversária, a candidata Luciana Genro (PSOL), enquanto a chamava de “leviana”.

Durante o debate, em um bloco em que Genro e Neves se enfrentavam diretamente, a candidata do PSOL problematizou a troca de críticas feitas entre PT e PSDB, dado que ambos os partidos haviam feito aquilo que criticavam um no outro: privatizações e corrupção. De acordo com Luciana Genro, enquanto Dilma do PT criticava hipocritamente as privatizações tucanas, Aécio do PSDB o fazia sobre os escândalos de mensalão do PT:

Ela [Dilma] te acusa de privatização, mas o governo do PT privatizou rodovias, aeroportos. Tu acusa (sic) de corrupção o governo do PT, só que tu tinha (sic) que ter vergonha de falar em corrupção com o PT, porque o mensalão mineiro foi a origem do mensalão, e porque a privataria tucana, quando vocês privatizaram tudo no Brasil, foi um grande escândalo (GENRO, Luciana, 2014)

Ao discordar dessas críticas feitas por Genro, Aécio Neves afirmou:

Luciana, não seja leviana. Você está aqui como candidata à presidência da República. **Você não deve ofender os outros sem conhecer do que está falando.** No meu governo, todas as obras públicas foram feitas para atender a população do meu estado. Todas elas aprovadas pelo Ministério Público. O meu governo, Luciana, é o governo que melhorou a vida das pessoas. Eu deixei Minas Gerais com 92% de aprovação, porque eu levei Minas a ter a melhor educação fundamental do Brasil. Eu tratei das pessoas, ao contrário do que você diz aqui. Eu levei Minas a ter a melhor saúde da região sudeste, Luciana. Acusações levianas em véspera de eleição não servem a um debate desse nível: **lamentavelmente você não está preparada para disputar a presidência da república.** (NEVES, Aécio, 2014, grifo nosso).

Enquanto falava, Aécio ergueu seu dedo indicador esquerdo e o apontava à Luciana que, incomodada, em determinado momento o interrompeu e exigiu que ele não a tratasse dessa forma. Neves seguiu com sua resposta, mas mudou o posicionamento de suas mãos, passando a gesticular com as duas.

Sobre a fala de Aécio, especificamente, vale notar três momentos, destacados na citação acima. O primeiro em que ele acusa Luciana de fazer críticas levianas. Ora, as críticas que Genro faz não eram levianas, mas fatos: ambos partidos privatizaram e protagonizaram escândalos de corrupção de escala nacional. O segundo, quando, num ato falho, ele diz que “você não deve **ofender** os outros sem

conhecer do que está falando”, quando o ideal é que nunca se ofenda ninguém, mesmo sabendo do que se fala. E o terceiro e mais importante, quando ele afirma que ela não tem preparo para disputar a presidência da república. Sua afirmação baseia-se no fato de Luciana criticar os escândalos de corrupção nos quais o partido dele se envolveu, mesmo comportamento que ele teve com Dilma do PT. Ou seja, ele afirma que ela não tem preparo para disputar a corrida presidencial porque ela age como ele.

Aécio Neves, dentro de seu direito de tréplica, em prejuízo de seguir com o debate democrático, opta por desmoralizar a adversária Luciana Genro. Informa que ela não tem preparo quando ela age como ele. Deixa evidente que não pode uma mulher agir como homem, de forma que fica uma dúvida: o que ele esperava que ela fosse fazer ali, num debate presidencial? Concordar com tudo que ele havia para dizer? Endossar e apoiar suas posições?

6.2. Mulheres eleitas

Acerca das formas de exclusão da mulher eleita e que, por isso, já ocupa espaços de espaços de representação, é interessante notar dois episódios pelo qual a política brasileira passou nos últimos anos. O primeiro envolve o atual presidente e a Deputada Federal, Maria do Rosário. O segundo narra eventos que contemplaram o processo de *impeachment* ao qual a presidenta Dilma foi sujeita.

6.2.1. Maria do Rosário

O primeiro episódio que esse trabalho busca analisar ocorreu em 2003, quando o então Deputado Federal e atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (sem partido), em discussão com a Deputada Federal Maria do Rosário (PT), afirmou que “não a estupraria, porque ela não merece”. Na ocasião, após Maria do Rosário afirmar que o deputado promovia violência, ele lhe respondeu, em frente às câmeras de redes de televisão que estavam presentes: “Eu sou estuprador agora? Jamais iria estuprar você, porque você não merece” e, na sequência a empurrou e xingou de “vagabunda”.

Em 2014, Bolsonaro voltou a repetir a ameaça, afirmando:

Não sai não, dona Maria do Rosário, fica aí. Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias você me chamou de estuprador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir. (BOLSONARO, 2014).

O comentário, reiterado pelo então deputado, ocorreu em resposta ao fato da deputada retirar-se do plenário quando ele assumiu a fala, numa audiência que tratava sobre direitos humanos e da comissão da verdade.

Divulgado por muitos veículos de comunicação como um *xingamento*, é importante perceber que, na verdade, a frase “não te estupro, porque você não merece” é uma ameaça. Não se estupra ninguém por motivos diversos e *merecimento* não é um deles. Estupro é crime, diferente de sexo consensual. O que o então deputado quis dizer é que ele não tinha interesse sexual na colega, mas que se tivesse, não teria impedimentos de constrangê-la, caso suas tentativas não fossem correspondidas. Demonstrou que não sabe sequer diferenciar sexo consensual de estupro, ou seja, crime de legalidade. Disse, portanto, explicitamente, que estupraria uma mulher se a julgasse de seu interesse.

Tamanha é a força do patriarcado, que restou à deputada apenas um processo por danos morais contra essa figura que, em 2018, elegeu-se presidente da oitava economia do mundo. Sob nenhuma hipótese, uma mulher que assumisse desejo em cometer um crime hediondo seria perdoada de sua fala com tanta tranquilidade.

Bolsonaro lança mão de violência física, verbal e ameaças, como modo de intimidar e explicitar o espaço que percebe para a deputada no jogo político. Renuncia ao debate de ideias e recorre a solução covarde. Certo de que não haverá retaliação, ou seja, de que sua postura é aceita institucionalmente, embora não o seja do ponto de vista legal, ele repete sua atitude. Assim, em 2014, além de recorrer mais uma vez às ameaças, exige que Maria do Rosário continue no plenário, ouvindo-o, enquanto ele a agride: “fica aqui!”.

6.2.2. Dilma Vana Rousseff

O segundo episódio analisado por este trabalho e, certamente um dos mais graves da história política do país, ocorreu em 2015, e revisa um dos eventos que culminaram no processo de *impeachment* da presidenta Dilma: a alta nos preços do combustível. Descontentes pelo reajuste do valor da gasolina, segmentos da população brasileira desenvolveram, fabricaram e comercializaram adesivos que retratavam a então presidenta com suas pernas abertas, com o objetivo de colá-los à

bomba de combustível dos carros e simular sua violação sexual, conforme exposto na Figura 4.

Desde que Dilma sofreu o processo de *impeachment* até outubro de 2019, foram realizados 52 reajustes ao preço do combustível. O etanol custava, em julho de 2015, em média 2,081 reais e a gasolina 3,296 reais, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Atualmente, a média é de 2,906 e 4,380 reais, respectivamente. Ou seja, houve aumento de cerca de, respectivamente, 40% e 33% (ANP, 2020).

A comercialização desses adesivos foi denunciada pela Secretaria de Política para as Mulheres ao Ministério Público, e, de acordo com o Jornal HuffPost (2015) a então ministra da pasta, Eleonora Menicucci, afirmou que "as pessoas precisam distinguir diferenças políticas do respeito à dignidade humana". O adesivo que era comercializado por meio do Mercado Livre custava em torno de 35 reais, valor estipulado por seus criadores para ofender a dignidade sexual de uma pessoa.

Figura 4 – Venda do adesivo ofensivo à Presidenta Dilma



Fonte: Huffpost Brasil (2015)

É imperativo, ainda, lembrar da trajetória política e de vida da ex-presidenta. Durante a ditadura militar, Dilma que fazia parte de movimentos de resistência ao regime autoritário foi capturada, torturada e cruelmente estuprada nos porões da ditadura. Esses eventos por si só deveriam bastar para ilustrar os constrangimentos aos quais são submetidas as mulheres que ousam adentrar nos espaços tidos como masculinos. Dever-se-ia, também, dispensar a explicação de que crimes hediondos não são motivos de piada. Todavia, quando a oposição lança mão

desse recurso como forma de questionar os caminhos da gestão de Dilma, deixa claro o desdém com que lida com a violência contra a mulher. Nem a autoridade máxima da nação está segura das ameaças a sua integridade. Nota-se, portanto, como a cultura do estupro é utilizada para lembrar às mulheres qual espaço lhes é reservado.

Acerca dos eventos específicos do processo de *impeachment*, vale comentar da sessão de votação acerca da admissibilidade do processo, realizada na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016. Nesse episódio, os deputados federais deveriam votar se era ou não admissível a premissa de que Dilma haveria cometido crime de responsabilidade, de forma que as opções disponíveis eram “sim”; “não” ou a abstenção do voto.

Como lembra Prandi e Carneiro (2018), a sessão de votação foi televisionada e assistida por milhões de brasileiros que, inclusive, se reuniram em praças públicas para acompanhar juntos os resultados. Com duração de aproximadamente 10 horas, ela contou com “exaustivas exposições dos motivos a favor e contra” (p. 1). A votação, em si, contou também com a exposição dos motivos de cada legislador.

Antes de analisar as razões apresentadas pelos deputados, é muito importante perceber que a pergunta simbólica por trás da votação é: houve ou não crime de responsabilidade fiscal. Não obstante, uma quantidade significativa das respostas oferecidas explicava que optavam pelo “sim” em decorrência de motivos pessoais contra a presidenta, questões pessoais e familiares dos deputados, e até questões religiosas individuais. Assim, ouviram-se muitas respostas como “sim, em nome de Deus”; “sim, pela minha família”; “sim, porque a presidenta não quis conversar comigo”.

A tipificação do crime de responsabilidade fiscal é um marco constitucional importantíssimo para o Brasil. Visa coibir corrupção e irresponsabilidades com a gestão dos recursos públicos, além de dialogar diretamente com uma demanda social por transparência e participação. Dado o passado recente, da Ditadura Militar, na qual pouco ou nenhuma transparência acerca das finanças públicas eram proporcionadas, esse dispositivo certamente é um símbolo democrático forte. Com isso, é muito preocupante que a pergunta sobre a existência ou não de um crime de responsabilidade fiscal, que visa coibir corrupção e irresponsabilidade com os recursos públicos, tenha sido respondida fugindo ao tema.

A discussão não era sobre “família”, mas sobre o uso indevido de orçamento público e se a gestão em questão deveria ou não ser impedida de atuar. Uma votação incorreta implica invariavelmente na deposição de uma presidenta eleita. Não à toa, persiste na sociedade brasileira a discussão da legitimidade desse processo.

Entre os votos que chocaram por não compreenderem a pergunta, vale destacar o pronunciamento do voto do então Dep. Federal Jair Bolsonaro.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos dessa casa: parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em **meia quatro**. Perderam agora em 2016: Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve (sic). Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, **pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, o pavor de Dilma Rousseff**, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos: o meu voto é sim! (BOLSONARO, 2016, grifo nosso)

É indiscutível a atrocidade desse voto. Primeiro, a referência clara ao Golpe Militar de 1964, conforme destacado na citação. Embora Bolsonaro não indique quem perdeu em “meia quatro”, é possível interpretar que se trata dos grupos democratas, afinal, qualquer pessoa com compromisso com a democracia perdeu no referido episódio. É assustador também que ele associe a votação do processo de impedimento de Dilma, que para muitas pessoas, de fato, tratava-se de uma questão legítima de uso indevido de recurso público, a um episódio autoritário brasileiro. O que o então deputado diz é que ele vota pelo “sim” porque ele não concorda com as vias democráticas.

Entretanto, o que mais choca na sua fala é quando ele vincula Dilma à Ditadura Militar de 1964, como forma de impedi-la. Bolsonaro faz referência ao coronel Brilhante Ulstra, quem torturou a presidenta enquanto ela lutava pela democracia brasileira. Para o atual presidente, Dilma deve ser impedida reiteradas vezes: “perdeu em meia quatro”, “pela memória do torturador” e “meu voto é sim”. Ele não se preocupa com as posições, compromissos e ações de Dilma enquanto gestora ou militante. Ele apenas quer impedi-la politicamente. Para Bolsonaro, Dilma não deveria ocupar o espaço da política.

7. O RETRATO DA POLÍTICA PELA MULHER

Diante dos eventos apresentados acima, torna-se necessário o diálogo com mulheres acerca de suas trajetórias políticas. Assim, foram realizadas entrevistas com o objetivo de analisar como percebem as oportunidades e hostilidades que lhes foram apresentadas e, por meio do relato em primeira pessoa, identificar como a arena política é vista pelas mulheres que lutam politicamente. Para tal, foram realizadas três entrevistas, com duas parlamentares e uma candidata.

7.1. Jô Moraes

Maria do Socorro, conhecida como Jô Moraes, natural do município de Cabedelo, na Paraíba, foi deputada federal por Minas Gerais por três mandatos, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido ao qual se filiou em 1982. Atualmente com 73 anos de idade, Jô Moraes tem ensino superior incompleto em Serviço Social, é divorciada e tem dois filhos adultos. Enquanto esteve deputada federal, foi Procuradora-adjunta da Mulher da Câmara dos Deputados. Além de parlamentar em nível federal, Jô foi também vereadora de Belo Horizonte, entre os anos de 1996 e 2000; e deputada estadual por Minas Gerais, em 2002. Concorreu à prefeitura de BH em 2008 e a vice-governadora de MG em 2016, na chapa PT/PCdoB.

Acerca de sua trajetória política, Jô explica que a primeira luta em que ela se engajou foi enquanto estudante secundarista, quando se uniu a movimentos que reivindicavam o meio passe do transporte público. Conforme explica, luta essa que persiste ainda no Brasil. É, contudo, no período da faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba, que Moraes identifica como o ingresso político mais veemente. Na ocasião, ela era dirigente do Diretório Acadêmico e, em resposta ao assassinato do estudante fluminense Edison Luís pela Ditadura Militar, ela organizou uma passeata em protesto, junto com outros colegas. Começa então, no movimento estudantil, sua atuação política.

Ela narra ainda que foi presa duas vezes durante a ditadura. Uma por distribuir panfletos contra o regime autoritário e outra no congresso estudantil realizado em Ibiúna, em 1968. Uma vez que essas prisões foram decorrentes das políticas antidemocráticas de então, Jô afirma que foi presa política. Em virtude de sua luta política pela redemocratização do Brasil, Jô viveu aproximadamente 10 anos na clandestinidade, com diversas identidades no Sudeste.

Vale notar que o crime cometido por Jô, segundo o regime militar, foi de “infração disciplinar”, decorrente da prática de “atos destinados à organização de movimentos subversivos”. Conforme previa art. 1º, § 1º, inciso II do Decreto-Lei nº 477 de 1969, o qual definia infrações disciplinares cometidas por docentes e discentes, tanto em instituições públicas como em privadas, a pena para alunos subversivos era “de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos” (BRASIL, 1969). Em decorrência dessa pena, Moraes foi impedida de seguir com o curso de Serviço Social.

Sobre as circunstâncias de sua vida que contribuíram para que ela aderisse a uma luta política, Moraes explica que “os processos são quase inconscientes”. Quando ainda era estudante, havia missões de jovens estadunidense no país, vinculadas a pautas de educação. Essas missões causavam estranheza entre ela e seus colegas, que enxergavam um caráter colonialista nesses eventos. Assim, Jô aponta que se tratava de uma emoção ou um sentimento contra as interferências estrangeiras. Algo que os mobilizava em torno da “autonomia”. Diante das manifestações que fizeram em protestos a essas missões e à morte de Edison Luís, Jô e outros parceiros foram presos ou sofreram ameaças de prisão. Por isso, não era uma questão de “escolha política”, mas uma luta pela sobrevivência.

Acerca do papel do feminismo na trajetória política dela, Jô Moraes explica que a consciência feminista não esteve presente inicialmente em sua trajetória política. Para a ex-deputada, essa consciência só surge no início dos anos 1990, quando esse debate foi introduzido no PCdoB e ela foi convidada a falar da questão da mulher em eventos internos.

No que se refere às principais marcas machistas em sua trajetória política, Jô comenta de vários eventos, alguns mais, outros menos violentos. Entre eles, vale destacar dois. O primeiro, quando ela atuava como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Após uma audiência pública, muito tensa, dois deputados, um do PT e outro de um partido de direita, tentaram convencê-la de que ela não conseguiria presidir a Comissão. Jô informou que a intenção dos deputados era reunir-se com ela, para que lhe ensinassem a presidir os eventos da Comissão. Segundo explica: “claro que eu não aceitei reunião para dois machos me ensinarem a fazer política”. Ela conta então que presidiu a Comissão com louvor de modo que a reunião sobre “como conduzir” era desnecessária.

O segundo caso ocorreu quando ela esteve presente na Comissão de Segurança e Saúde na qual debateu-se a possibilidade de retirar uma das condições que garantiam o direito ao aborto legal. Na ocasião, diversos parlamentares se pronunciaram e apresentaram argumentos contrários ou favoráveis a retirada do direito em tela. Contudo, após ela se pronunciar, um dos deputados presentes levantou-se e começou a gritar com ela, de forma profundamente agressiva. Entre os gritos, ele afirmava que “a senhora não tem direito de falar aqui”.

Não fosse o suficiente, ao final da sessão, foi feito um “corredor polonês” composto pelos defensores da redução dos direitos reprodutivos.

O machismo chega a um ponto em que eles perdem a noção, perdem o controle, perdem o estilo. Só porque você está ali, defendendo uma mixaria de direitos sexuais e reprodutivos que foi [sic] conquistado em meados do século passado (...) E é uma conquista que eles tentam retirar toda vez e a toda hora (MORAES, 2020).

Ao ser questionada sobre a atual conjuntura, Jô Moraes explica que enxerga no cenário político brasileiro um desafio civilizatório. Conforme explica, essa crise democrática atual é promovida por forças políticas atrasadas e conversadoras. Forças essas que, segundo esclarece, não são tradicionais na história brasileira, pelo contrário, emergiram de camadas conservadoras e negacionistas. Com isso, se caracterizam como “atrasadas”, não no sentido de “passado”, mas sobre a forma como a ciência é compreendida. Trata, portanto, sobre os modos como se detém o desenvolvimento da ciência e, por consequência, da consciência.

Para ilustrar seu posicionamento, ela comenta como os debates fomentados pelo governo federal atual podem ser organizados a partir de dois focos centrais, orientados pela forma como Bolsonaro situa a realidade. O primeiro foco, identificado por Moraes como “banco da escola”, enfatiza os processos de construção da consciência. O segundo, se manifesta pela desconstrução do papel transformador da mulher.

Acerca do primeiro, Jô explica que “é no banco da escola que se inicia o processo de consciência política e crítica”. Assim, o atual planejamento da política educacional, sua concepção pedagógica e as tentativas de proporcionar a educação a distância como prioritária, mostram um compromisso do governo federal em desmobilizar o caráter crítico dos processos educacionais. Por esse motivo, materializa-se no “banco da escola”. Além desses ataques contra as políticas de educação, podem também ser observadas investidas contra a cultura. Segundo Jô

explica, trata-se de destruir, de fato, as possibilidades de criação humana. “As pessoas se realizam na cultura”, é uma realização humana por meio da criação. A esse respeito, Moraes comenta, inclusive, que o termo “desconstruir”, frequentemente usado para se referir às políticas bolsonaristas, são eufemismos perto do que de fato se observa. Por esses motivos, a crise democrática, para a Jô Moraes, assume as dimensões civilizatórias (MORAES, 2020).

No que diz respeito à desconstrução do papel transformador da mulher, Jô Moraes explica que o grupo que o presidente Bolsonaro representa tem por foco reiterar os papéis de gênero. Na perspectiva por ele representada, mulheres devem ser submissas e não podem dispor de autonomia econômica ou de visão política. Logo, as ações do poder público federal atual manifestam-se pelas tentativas de excluir as mulheres dos espaços deliberativos, admitindo-se suas presenças apenas quando agirem de modo subserviente. Jô identifica, portanto, na ministra Damares a principal expressão disso (MORAES, 2020).

O grupo que o Bolsonaro representa, tem como foco reiterar os papéis de gênero. As mulheres não podem ter visão política, nem autonomia econômica. Deve ser a figura submissa da casa. Com isso, Jô identifica na ministra Damares a principal expressão disso: “o objetivo é manter a mulher encadeada” (MORAES, 2020).

Por fim, Moraes explica que entende que a política só se qualifica se a mulher dela participar. É imperativo que seja incluída a outra metade da população (MORAES, 2020). Assim, como mensagem para mulheres que tenham interesse em aderir na vida pública, Jô apresenta um convite: “se você está insatisfeita com os políticos tradicionais, venha para a política! Participe! Ajude, integre, fale, escute e escreva. Chame outras. Só assim o mundo vai melhorar, sem a mulher não tem esperança”.

7.2. Margarida Salomão

Maria Margarida Martins Salomão nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, tem 70 anos, é solteira e não tem filhos. Formada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Margarida fez mestrado em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutorado e Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia. Professora emérita da UFJF, Salomão está deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais desde 2013.

Margarida conta que sua trajetória política iniciou com a luta sindical, a qual a levou à disputa pela reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora. Na sequência, ela se candidatou a prefeitura de Juiz de Fora. Ela narra que embora tenha começado com pouca expressão entre as intenções de voto, ela conseguiu executar uma campanha eleitoral forte, sobretudo, porque ela foi a primeira mulher a disputar a prefeitura do município. Em 2010, se tornou primeira suplente para o cargo de Deputada Federal, do deputado Gilmar Machado, e assumiu em 2013, quando ele foi eleito prefeito de Uberlândia. Desde então, foi reeleita duas vezes.

Salomão comenta que sua família a apoiou para a candidatura porque, como brinca, ela “já era um sucesso”. Sua trajetória de pesquisadora, com ampla atuação universitária, contribuiu para que ela acumulasse uma forte bagagem de experiências. A disputa pública, então, ocorreu quando ela já dispunha de uma carreira consolidada. Ela pondera, contudo, que se a decisão de ingressar na vida política ocorresse quando ela era mais jovem, com pouca experiência, talvez tivesse que confrontar “ranços familiares”. Ainda assim, reitera que sempre dispôs de muito apoio familiar.

Quando questionada se enfrentava dificuldades domésticas que influenciavam negativamente sua atuação política, ela explica que por ser solteira e sem filhos, ela nunca sofreu essas pressões. Diante da ausência de demandas domésticas relacionadas ao cuidado, ela brinca: “eu tenho a minha vida ao meu dispor. Eu não sou um grupo de controle” (SALOMÃO, 2020).

Contudo, no que se refere às pressões sociais, inclusive intrapartidárias, ela narra que:

Homens tem estratégias de sociabilidade que são masculinas. Eles se encontram, tem suas tratativas e confraternizações. E, na política, muitas coisas se resolvem em conversas informais. Não é apenas em reuniões. Pelo contrário, reuniões são parte. Inclusive, nesse momento que estamos vivendo, em que estamos fazendo política pela via remota, eu acho que uma das grandes dificuldades é essa: você perdeu a oportunidade de sair para jantar, onde você conversa sobre as coisas com mais conteúdo, com mais densidade, do que se você realizar essa reunião pelo *WhatsApp* ou *Zoom*, as quais duram cinco minutos. Nelas, cada um fica olhando de sua tela. Então, os homens têm essa sociabilidade masculina, como um elemento a seu favor (SALOMÃO, 2020).

Outra questão que Margarida aponta é que homens desconfiam de mulheres e de suas aptidões para atividades públicas, sobretudo, para liderar. A parlamentar explica que não se trata de um preconceito expresso, mas de

expectativas negativas. Salomão aponta ainda que esse preconceito, velado, é algo muito complexo, uma vez que não é evidente, seu combate é dificultado.

No que se refere a episódios de violência, ela explica que os ataques que recebe são simbólicos. Assim, a deputada federal nunca foi vítima de agressões físicas, mas explica que observa que mulheres sofrem ataques em torno das escolhas de vida que fazem: ataque à imagem, aparência, sexualidade, como ela vive, etc. Homens, por outro lado, são atacados “por seus feitos durante a vida pública”.

Os ataques à vida pública também ocorrem contra mulheres, observa Salomão, todavia, “a mulher é desconstituída com o adicional de suas características pessoais, que sempre contam como elementos potencialmente negativos”. Logo, a forma física da mulher contribui para sua desmoralização. Margarida entende que o objetivo desses ataques é constranger a mulher. Atualmente, as redes sociais contribuem para que essas situações ocorram e se propaguem em enorme velocidade; contudo, como ela observa, isso já ocorria antes da ascensão das mídias digitais, em forma de fofoca. Assim, “antes das redes, havia o teatro invisível e, nesse ponto, as mulheres sempre são muito atacadas. E as mulheres são atacadas por serem mulheres”.

Ela reconhece, contudo, que apesar de não ser o caso dela, há colegas parlamentares que já foram confrontadas fisicamente. Conforme explica, essas violências físicas ocorrem, sobretudo, com o que chama de “jogo do corpo”, quando o agressor não realiza ataques físicos, propriamente, mas sugere com seus movimentos corporais que o faria.

Independente da forma como ocorrem, Margarida aponta que o objetivo das violências e constrangimentos é retirar a mulher do jogo político. Quando se trata de agressões simbólicas, o que o patriarcado procura, na visão da deputada, é “criar uma situação tão desagradável que você saia fora. Assim, o constrangimento atua como arma política para desencorajar a participação da mulher nas disputas”.

Entre os episódios narrados sobre violência simbólica, destaca-se o formato das reuniões partidárias. Margarida explica que é filiada ao PT e que seus correligionários são “politicamente corretos”. Contudo, como qualquer grupo privilegiado, vários homens do partido reverberam preconceitos de gênero, mesmo quando lutam contra isso. No caso das reuniões partidárias, ela comenta que, com frequência, primeiro se manifestam os homens, antes de conceder a palavra para as mulheres. Além disso, é comum que após as mulheres iniciarem a exposição de suas

ideias, muitos homens se levantaram e irem embora. Em decorrência de episódios como esse, ela conta que chamou a atenção dos colegas que, finalmente, perceberam o que estavam fazendo. Ademais, ela comenta que há uma diferença entre o machismo desses homens e de homens de outros partidos. Primeiro, porque ela enxerga em seus colegas a tentativa de não agir de modo sexista. Margarida contou que, após conversar com esses homens sobre o comportamento que estavam tendo, eles se mostraram envergonhados. Com isso, ela entende que são pessoas dispostas a encarar seus preconceitos e a confrontar o machismo decorrente da socialização patriarcal. A segunda diferença que ela identifica é a maior hostilidade entre homens de partidos conservadores e fundamentalistas.

Acerca do papel do feminismo na sua trajetória, ela explica que ela não é uma pessoa, mas uma mulher na luta pública e, com isso, Margarida deixa o convite às mulheres: “vamos à luta! Não se deixem constranger. Enfrentem a dificuldade que houver, porque vale a pena fazer essa luta. Essa é uma luta a favor da humanidade, não só a favor das mulheres”.

7.3. Avelin Buniacá Kambiwá

Avelin Buniacá Kambiwá natural de Ibimirim, Pernambuco, tem 39 anos, é solteira e tem uma filha. Socióloga, especialista em políticas públicas de gênero e raça, Avelin é indígena da etnia Kambiwá e filiada ao PSOL. Candidatou-se vereadora de Belo Horizonte, em 2016, todavia não foi eleita. Atualmente, atua na Gabinetona, o coletivo de mandatos parlamentares que atua com ações e estratégias compartilhadas. Especificamente, atua coordenando o projeto IndianizaBH, o qual busca promover a desconstrução de preconceitos contra as populações indígenas que vivem na região metropolitana de Belo Horizonte, e potencializar ações voltadas à sua integração na cidade.

Avelin explica que sua vida política começou fora da política institucional, atuando em movimentos sociais que aderiu em decorrência de percepções de injustiças sociais provocadas por racismos. O preconceito étnico, inclusive, foi utilizado para impedir sua participação política em diversas ocasiões.

Assim, ela conta que na escola ela se interessava pelo grêmio estudantil, mas que em decorrência de preconceitos étnicos e de classe, ela não conseguia integrar chapas. Foi apenas quando se transferiu para a Escola Estadual Governador

Milton Campos, conhecido em Belo Horizonte como “Estadual Central”, que ela conseguiu se colocar de forma mais expressiva. Em sua percepção, esse colégio era mais diversificado e, por isso, mais aberto para pessoas de diferentes origens.

Avelin narra, ainda, que sua trajetória política está imbricada com a luta do povo indígena em Belo Horizonte. Como explica, na capital mineira, essa população muitas vezes é associada a espaços específicos, como a Feira Hippie ou a venda de artesanato na Praça Sete. Essa associação faz com que os povos indígenas não tenham a liberdade de existir na própria cidade, de modo que eles não têm o direito de serem quem são em outros locais. Para a socióloga, esse impedimento de ocupar os espaços públicos é uma forma de silenciamento das populações indígenas, a qual ocorre de forma macro, uma vez que se manifesta, principalmente, na ausência de políticas públicas.

Outro espaço político no qual ela notou racismo foi na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde se formou em Sociologia:

a universidade também é um desafio para os povos indígenas, porque ainda é um lugar que se valoriza o ‘merecimento’ e que desvaloriza as cotas. Mesmo se não for por cota, as pessoas esperam que você estará lá por causa de rabo preso com alguém. Não se considera que é por causa de um conhecimento, de um saber daquele parente. Então o racismo na universidade também é muito grande (KAMBIWÁ, 2020).

Com isso, Avelin explica que o racismo, muito frequentemente associado ao preconceito de brancos contra negros, ataca também povos indígenas. Para Kambiwá, em outros locais da América do Sul isso é mais evidente e cita a Bolívia e o episódio envolvendo Evo Morales. Como afirma, “o racismo contra os povos indígenas é real e ele mata mesmo”. Narra, então, sobre um episódio do assassinato de um artesão Pataxó, em Belo Horizonte, que ficou na impunidade. Em decorrência dessa injustiça, ela conta que sentiu a necessidade de se organizar juntamente com pessoas oriundas de outras etnias indígenas na luta por direitos básicos na cidade.

Entre as batalhas enfrentadas, conta sobre a proibição da exposição do artesanato indígena nos arredores da Feira Hippie. Segundo explica, a venda de mercadorias na Feira Hippie conta com a adesão a diversas burocracias e, conseqüentemente, custos para o expositor. Motivados por essa premissa, comerciantes “oficiais” da Feira, sentindo-se injustiçados pela exposição do artesanato indígena às margens da Feira, lutaram para barrar os povos originários que ali atuavam. A luta pelo direito indígena de expor seu trabalho na cidade chamou

atenção do “Muitas”, o movimento político que propõe a candidatura conjunta e unificada de coletivos e movimentos sociais. Dessa relação, em 2016, saiu candidata a vereadora de Belo Horizonte. Apesar de não ter vencido, integra o projeto Gabinetona.

É possível notar que uma de suas principais pautas é a luta indígena. Como aponta, o Brasil vive, desde a ocupação portuguesa, diversas ondas de genocídio contra os povos originários. As políticas (ou sua ausência) voltadas a esses povos, de modo geral, promovem o apagamento dessas populações: “eles querem apagar a presença e a identidade. Então querem negar o pertencimento. Então esse indígena, dentro da cidade, deixa de ser indígena”. Com isso, Avelin quer dizer que quando esses indivíduos integram a sociedade ocidental, do ponto de vista dessa sociedade, ele está deixando suas origens. Logo, é negado às populações indígenas o acesso aos equipamentos urbanos e de diversas tecnologias, como desculpa de que tal acesso as descaracterizaria. O que ocorre na verdade é a negação do pertencimento, um verdadeiro processo de exclusão social e político.

Ela comenta ainda que, quando saiu candidata, a Justiça Eleitoral negou seu direito a usar o cocar em sua foto, episódio que identificou como racista. Para Avelin, foi o impedimento de ser quem é quando buscou ocupar o espaço político institucional.

Sobre a relação entre o patriarcado e sua luta étnica, Kambiwá denuncia que o projeto político colonial contou com o sequestro e estupro massivo das mulheres indígenas. Para a socióloga, para além de saquear recursos naturais, os portugueses se apropriaram do corpo dessas mulheres. Essa construção da mulher indígena como objeto sexual foi tão forte que, como explica, até hoje se manifesta, sobretudo, como fantasia de carnaval hiper sexualizada. Ela compara então o cercamento da terra, aliado ao cercamento do corpo da mulher indígena.

Avelin aponta ainda que essa apropriação dos corpos femininos indígenas contribuiu para realizar o povoamento de várias regiões do país, sempre garantindo que, a identidade que era passada a diante era a do estuprador. Quando nascem os filhos, não é o nome da mãe sequestrada ou sua cultura que eles carregavam, mas o dos pais. Como os filhos eram criados a partir dos costumes dos pais, há o apagamento das tradições indígenas. Por esse motivo, ela explica que a pauta de gênero não pode ser afastada ou analisada de forma isolada. Especificamente, ela afirma que “a gente não consegue desvincular gênero de todas as lutas que a gente

atravessa”. Com isso, sua perspectiva de feminismo é mais ampla e está conectada com as visões de mundo de sua etnia. Diante disso, ela observa que não cabe um rótulo acadêmico para isso.

Acerca de apoio ou barreiras familiares que pudessem influenciar seu ingresso na luta política, ela aponta que seus pais se preocuparam, mas em decorrência do caráter inatingível da política: custos, violência, segregação racial, etc. Contudo, embora preocupados, eles perceberam que era uma luta importante. O fato de ser mãe solo, por sua vez, promove dificuldades, mas ela conta com o apoio dos pais que a ajuda a cuidar de sua filha. Como reforço a esse desafio, ela comenta das dificuldades impostas pela mobilidade urbana deficitária, que dificulta o acesso a locais como a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

Ainda assim, sua perspectiva para o futuro é otimista. Ela nota que há mudanças positivas, decorrentes de maior organização de mulheres e, por isso, deixa uma mensagem para mulheres que tenham interesse em aderir à vida pública: “Nunca permita que te silencie. Mas se aconteceu alguma vez, não leve isso como culpa, mas como aprendizado” (KAMBIWÁ, 2020).

8. CONCLUSÕES: MISOGINIA NA CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Ao observar a relação entre os três momentos do referencial teórico construído para este trabalho: “Crise Democrática”; “Construção da Narrativa Coletiva”; e “O Lugar da Mulher: Patriarcado e Feminismo”, pode-se observar que não se tratam de temas isolados. As crises democráticas são, entre outros elementos, impulsionadas pela construção de narrativas coletivas que mobilizam a população contra um regime de direitos. Logo, tal como explicado no capítulo “Crise Democrática”, a construção da narrativa coletiva promove ataque aos processos democráticos, uma vez que esvazia o debate e frauda a realidade. Assim, não sobra mais espaço para deliberação.

Os enredos manufaturados, viabilizados pelos processos de pós-verdade, são a essência da crise democrática, uma vez que mobilizam a população contra a democracia. Além disso, tais enredos pautam-se, sobretudo, na construção de narrativas misóginas que constroem mulheres a espaços domésticos e para longe do poder deliberativo. Assim, o reforço à ideia de que mulheres devem se afastar do campo político consubstancia a atual crise democrática. E ao alimentá-la, lhe confere forma, espaço, durabilidade.

Dessa maneira, o conteúdo dessa narrativa é patriarcal. Ataca mulheres e as coloca como incapazes de atuar no meio político. A própria constituição do patriarcado a partir do contrato original, decorre de uma narrativa construída que reconhece a mulher, não como indivíduo, mas como propriedade dos homens. Aliada a essa ficção, que busca atribuir sentido à vida política, tem-se as expectativas sociais que determinam a socialização de homens e mulheres e que definem como mulheres devem se comportar.

Diante disso, vale observar a atual conjuntura brasileira. Trata-se de um conjunto de episódios da política nacional que promovem ataques às instituições democráticas. Há escândalos de uso de notícias falsas mediando eleições, promovendo questionamentos acerca da legitimidade do pleito em questão. Tem-se, também, denúncias de corrupção em torno do fundo eleitoral que deveria garantir acesso de candidaturas femininas a recursos financeiros. Há episódios de violência contra mulheres que se candidatam a cargos políticos. Assim, as eleições de 2014, o cenário político e social do processo de *impeachment*, o fenômeno de *fake news* que marcaram as eleições de 2018, os xingamentos aos quais são sujeitas diversas

mulheres que ocupam cargos eletivos no Brasil, entre outros eventos, compõem uma campanha sistemática contra a participação de mulheres no cenário político.

Os eventos relatos acima, certamente, ilustram parte da crise democrática pela qual o país atravessa e não deixam dúvidas de que essa crise tem um caráter misógino forte. Como previsto por Levitsky e Ziblatt (2018), dos esgotamentos políticos surgiu uma figura autocrática cujos posicionamentos reiteram valores conservadores. Bolsonaro não é senão um resultado eleitoral decorrente de uma extensa campanha de desmoralização das conquistas sociais observadas nas gestões anteriores. Não é coincidência que após a batalha sexista para desqualificar Dilma Rousseff, o primeiro líder **eleito** seja alguém explicitamente machista.

Pelo contrário, ainda que mediada por notícias falsas, essa escolha por um indivíduo quem assumiu publicamente o compromisso patriarcal, responde aos incentivos misóginos perpetrados nos últimos anos. O país foi abarrotado por narrativas que reiteravam o lugar da mulher como o espaço doméstico, num processo de campanha ideológica muito sofisticado e aprimorado pelas tecnologias digitais recentes.

Vale retomar aqui a perspectiva de golpes silenciosos levantada por Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2018), como características da política de nosso tempo. Os quatro autores apontam para o uso de eleições como forma de subverter o jogo democrático. Mounk (2018), especificamente, ao comentar acerca do regime de Democracia Iliberal, denuncia o verniz democrático que esses regimes assumem ao, supostamente, proferir a vontade popular. Com isso, vale dizer, eleições mediadas por notícias falsas não podem ser consideradas legítimas ou democráticas. Ademais, o uso das *fake news* como propaganda eleitoral, em que o principal apelo é o descrédito da figura e dos comportamentos femininos, reitera que a crise política brasileira é articulada por movimentos conservadores misóginos. Tal como apresentado por Runciman (2018), constrói-se, com essa narrativa, as devidas condições para se gerar instabilidades políticas.

Nota-se, portanto, que o patriarcado lança mão de diversos recursos a fim de articular a exclusão política das mulheres e reiterar seu espaço como o doméstico e não o público. Poder-se-ia imaginar que as notícias falsas sobre D'Ávila se apoiam em seus comportamentos "indecorosos". Todavia, como se mostrou acima, em determinados momentos, Manuela sequer havia feito algo escandaloso. Logo, essas notícias apelam mais para o fato de D'Ávila ser mulher e lutar por espaços

representativos. Se o problema fosse a falta de compostura, notícias similares teriam sido criadas contra Haddad ou as notícias verdadeiras sobre o Bolsonaro teriam chocado e pesado contra ele.

Essa narrativa criada sobre a candidata, contextualizada na pós-verdade, é redigida por um viés sexista, estruturado em polarização política, com a identificação das mulheres como inimigos coletivos. Nota-se, ao mesmo tempo em que se fundamentam na dicotomia público-privada identificada por Pateman (1993; 2013), essas notícias falsas também a reforçam. Com isso, mantém-se a exclusão sistemática de mulheres dos espaços deliberativos, afinal, passam a ser reconhecidas enquanto parte do problema que querem combater.

Acerca de Genro, é possível perceber que ela afronta a expectativa social de “mulher frágil”. Quando Aécio Neves a chama de leviana e a acusa de não estar preparada para concorrer ao cargo que ele deseja, ele se apoia na socialização patriarcal. Apoia-se na certeza de que há comportamentos esperados para cada sexo e, com isso, reitera a “construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Os ataques a Maria do Rosário e a presidenta Dilma partilham da perspectiva de ameaças, mediadas pela cultura do estupro, para amedrontar mulheres de participar politicamente. A mensagem é clara: aquela que ousar ocupar espaços de poder, pode ser punida.

No que se refere às entrevistas, o relato de Jô Moraes se mostrou bastante elucidativo. Quando seus colegas parlamentares se oferecem para ensiná-la a presidir as reuniões da Comissão, os deputados em questão, considerando os estereótipos de gênero, não esperam que uma mulher seja competente o suficiente para conseguir gerenciar os acontecimentos que se davam ali. Ainda que estivesse bem intencionados e preocupados com deputada, eles reiteram a exclusão da mulher do espaço público, de deliberação e de poder, ao não enxergar Jô como capaz de ocupar aquele lugar. A resposta de Jô, além de irônica, é pertinente, afinal permite que ela se apresente como capaz. Evidencia que essa habilidade, supostamente masculina, é também de seu domínio e com isso, confronta os papéis de gênero que lhe são imputados.

Além disso, vale comentar a leitura que a deputada faz acerca da atual gestão federal, quando ela identifica que um de seus focos é reiterar os papéis de gênero. Conforme ela denuncia, a expectativa do governo federal sobre mulheres é

de submissão e, com isso, suas políticas para esse grupo visam excluir as mulheres dos espaços deliberativos, admitindo-se suas presenças apenas quando agirem de modo subserviente. Reitera, assim, a visão defendida pelo presente trabalho de que a crise atual tem dimensões profundamente patriarcais.

O relato de Margarida Salomão também foi instrutivo. A percepção da deputada sobre a socialização como elemento fundamental para estabelecer barreira de acesso ao poder dialoga com os posicionamentos defendidos pelas obras analisadas no capítulo "O Lugar da Mulher". As autoras e autor referenciados naquele capítulo não deixam dúvidas de que há uma construção social do "feminino", que promove expectativas de como cada gênero deve se comportar. Como destacado pela deputada, nota-se na política brasileira o uso das preferências pessoais para confrontar mulheres que encaram a vida pública. Como ela comenta, enquanto homens são questionados por seus feitos, mulheres o são por suas características e escolhas de vida. Assim, essa visão defendida pela deputada partilha da perspectiva usada na análise sobre as notícias falsas a respeito de Manuela D'Ávila.

Todavia, a interpretação de Salomão acerca das diferenças entre a socialização masculina e feminina ultrapassa a conformação de perfis e comportamentos. Como a deputada observa, é em decorrência desses processos que homens criam dinâmicas próprias para dialogar. É o caso, por exemplo, da tomada de decisões em conversas informais, realizadas em confraternizações. Uma vez que as mulheres não fazem parte dessas dinâmicas, elas se tornam naturalmente excluídas dos processos deliberativos. Reiterando, portanto, a visão de Margarida, essas estratégias de sociabilidade masculina, que permeiam a deliberação política, geram preconceitos velados, os quais são mais complexos de se combater, dado que não são explícitos.

Avelin, por seu turno, contribui também ao alertar das dificuldades enfrentadas por mulheres na vida política, decorrentes da maternidade. Ao apresentar a questão do transporte público, mostra as adversidades inerentes à conciliação do tempo entre todas as dimensões da vida particular e pública. Seu relato é especialmente significativo, pois evidencia outras formas de exclusão política, em decorrência da sua etnia. Assim, as questões limitantes de sua atuação política são amplificadas pela sobreposição de exclusões às quais está inserida.

Diante de todas as discussões levantadas pelos capítulos empíricos fica patente que a arena política assumiu dimensões masculinas e, por isso, evidencia-se

como cenários pouco acolhedor à presença da mulher. É importante discutir que ao não integrar, ou participar em menor proporção que homens da vida pública, as mulheres são privadas de decisões sobre suas próprias vidas e corpos. Seus direitos e as políticas públicas elaboradas para garanti-los são definidos sem, ou com pouca participação das partes realmente interessadas. Diante disso, é imperativo questionar qual política pública é implementada quando a mulher é afastada do poder político.

Democracia, não só enquanto estrutura de participação e representação, mas também garantidora de direitos, exige transparência e acesso. Transparência para que as decisões políticas sejam tomadas de forma consciente. Com isso, a reconstrução da realidade, enquanto forma de reiterar velhas hierarquias sociais, apresenta-se como forte aporte para crises democráticas. Acesso, por seu turno, no sentido de garantia e ampliação da participação política das minorias, especificamente de mulheres.

Conforme discutido no decorrer da pesquisa, as exclusões dos espaços de poder às quais mulheres estão sujeitas pela condição de gênero, conferem à democracia um caráter incompleto. Assim, é urgente repensar os espaços aos quais as mulheres são condicionadas, como forma de desenvolver bases democráticas fortes e evitar que se manufaturem enredos misóginos com vistas a fundamentar novas crises políticas.

É importante comentar, por fim, que este trabalho é uma monografia. Infelizmente ele enfrenta, entre outros limites, o tempo limitado para sua execução. Com isso, é inviável discutir todos os desdobramentos que se gostaria, as demandas que surgem ao longo da pesquisa, além de não ser possível aprofundar outros exemplos que pudessem ilustrar e enriquecer as discussões.

Foi também angustiante não ter havido tempo para discorrer sobre outros episódios de misoginia contra a presidenta Dilma, como, por exemplo, a capa da Revista Veja, na qual aparece a esposa do então vice-presidente do Brasil, Marcela Temer, com os dizeres: “bela, recatada e do lar”. Essa capa traduz o processo de socialização narrado por bell hooks (1984; 2020), além de reiterar a dicotomia público-privado, abordada por Pateman (2003; 2013).

Assim, vale dizer, a escolha dos episódios do adesivo e dos discursos durante os votos do *impeachment* ocorreu devido ao uso da violência sexual contra a presidenta ser a principal escolha do patriarcado como ferramenta de constrangimento que tem por objetivo retirá-la do jogo político. Essa violência já havia

sido feita contra Dilma durante a ditadura militar e foi repetida, duas vezes ainda que de forma simbólica, nos eventos relacionados ao processo de impedimento. Por esse motivo, verificou-se a urgência em usar a dimensão da violência sexual como elemento de triagem das atitudes machistas cometidas contra Rousseff.

Contudo, lamenta-se, principalmente, não ter havido tempo para abordar o assassinato de Marielle Franco. Não o apresentar foi uma decisão difícil, pautada, sobretudo, por ser um caso ainda em investigação. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, com frequência a mídia noticiava novas descobertas sobre o atentado que retirou a vida da vereadora carioca e do motorista, Anderson Gomes. Todavia, para cada nova descoberta apareciam também várias novas dúvidas que seriam muito difíceis de serem abordadas em uma monografia apenas. Ainda assim, é imperativo apontar que esse episódio certamente partilha da temática do trabalho: é um atentado à democracia mediado por uma questão de gênero.

Marielle, presente!

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2019. *E-book* (93p.). Título original: *Feminism for the 99 Percent: a Manifesto*

BACHELET, Michelle. Introdução. In: UPDATE. **ELEITAS: Mulheres na Política**. Instituto Update. 2020.

BALLESTEROS, Cecilia. Na Bolívia ocorreu uma sublevação da classe média contra a igualdade. **El País**, Madri, 2020. Disponível em: <>. Acesso em: 20 jul. 2020

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BBC NEWS MUNDO. Como os dados de milhões de usuários do Facebook foram usados na campanha de Trump. **BBC NEWS MUNDO**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43705839>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BIANCONI, Giulliana. Na Bolívia, protestos banalizam o mal com corte de cabelo forçado de prefeita. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/coluna-na-bolivia-protestos-banalizam-mal-com-corte-de-cabelo-forcado-de-prefeita-24070607>>. Acesso em: 20 jul. 2020

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas. Vol. 24. Nº 1. Jan-abr. 2018.

BORGES, Rodolfo. Luciana Genro, contra o capital financeiro. **El País**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/05/politica/1412467885_905382.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. STF reage a Bolsonaro e apoiadores e diz que usará “todos os remédios” para defender Corte e democracia. **El País**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-15/stf-reage-a-bolsonaro-e-apoiadores-diz-que-usara-todos-os-remedios-para-defender-corte-e-democracia.html>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal compilado. Rio de Janeiro, RJ, 7 de dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF, 26 de fev. 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 9 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Gaucira Cesar de. (orgs.). **Violência contra as mulheres** – Uma história contada em décadas de lutas. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund. 2010.128p.

CÁDIZ, Pablo. Partidos chilenos perderam quase 15.000 filiados desde o início dos protestos. **El País**, Santiago do Chile, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-15/partidos-chilenos-perderam-quase-15000-filiados-desde-o-inicio-dos-protestos.html>>. Acesso em: 07 jun.2020

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015. *E-book* (228p.).

COLECTIVA FEMINISTA LA REVUELTA. Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica. *In*: KOROL, Claudia (org.). **Feminismos populares: Pedagogías y políticas.** 1ª ed. Buenos Aires: América Libre, 2016. p. 139-153.

COLOMBO, Sylvia; MELLO, Patrícia C. Evo Morales renuncia à Presidência da Bolívia. **Folha de São Paulo**, Buenos Aires e São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/evo-morales-renuncia-a-presidencia-da-bolivia.shtml>>. Acesso em: 21 jul. 2020

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** Tradução: Carlos Szlak. 1ª ed. Barueri: Faro Editora, 2018. 142p. Título original: Post Truth: the war on truth and how to fight back.

DUCHIADE, André. Desigualdade Do Chile É Elevada, Mas Parecida Com A Do Resto Do Continente. **Revista Época.** 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/mundo/desigualdade-do-chile-elevada-mas-parecida-com-do-resto-do-continente-24036639>>. Acesso em: 07 jun. 2020

FREITAS; PERES DA SILVA. Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: Buscando uma abordagem institucional. **Novos estudos.** CEBRAP. SÃO

PAULO, V. 38. nº 01. jan.–abr. 2019. p.137-155. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-137.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019

FLICK; Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2004

GIRARDI, Giovana. Desmatamento consolidado da Amazônia em 2019 superou 10 mil km², afirma Inpe. **Jornal Estadão**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-consolidado-da-amazonia-em-2019-superou-10-mil-km-afirma-inpe,70003329869>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GOMES, Luiz Flávio. STJ decide que a violência contra a mulher, prevista na Lei Maria da Penha, é crime de ação pública incondicionada. **JUSBRASIL**. Disponível em: <<https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/94900/stj-decide-que-a-violencia-contra-a-mulher-prevista-na-lei-maria-da-penha-e-crime-de-acao-publica-incondicionada>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Libanio. 11ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2020. 176p. Título original Feminism is for everybody: Passionate Politics.

LABORDE, Antônia. Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia. **El País**, Washington, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estatistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>>. Acesso em: 21 jul. 2020

LAFUENTE, Javier; MOLINA, Fernando. Bolívia diz não à intenção de Evo Morales de tentar outra reeleição. **El País**, La Paz, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/internacional/1456274986_514912.html>. Acesso em: 21 jul. 2020

MACEDO, Isabella. Das 123 *fake news* encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. **Congresso em Foco**. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MAFFIA, Diana. Espacios escolares y relaciones de género. Visibilizando el sexismo y el androcentrismo cultural. *In*: KOROL, Claudia (org.). **Feminismos populares: Pedagogías y políticas**. 1ª ed. Buenos Aires: América Libre, 2016. p. 103-125.

MANÇANO, Luiza. Um ano após "maré verde", argentinas voltam às ruas pela legalização do aborto. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/19/um-ano-apos-mare-verde-argentinas-voltam-as-ruas-pela-legalizacao-do-aborto>>. Acesso em: 20 jun. 2020

_____. A legalização do aborto é uma dívida da democracia", afirma ativista argentina. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2018. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/01/a-legalizacao-do-aborto-e-uma-dividada-democracia-afirma-ativista-argentina>>. Acesso em: 20 jun. 2020

MANETTO, Francesco. Revisão de resultado que dá vitória a Evo Morales põe Bolívia sob tensão. **El País**, La Paz, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/21/internacional/1571688442_868052.html>. Acesso em: 21 jul. 2020

MATO, MARSLISE. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. “Quem Ama Não Mata”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: São Paulo, julho 2011

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

MOLINA, Fernando; MANETTO, Francesco; LAFUENTE, Javier. Bolívia, um país partido em dois. **El País**, La Paz e Cidade do México, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/17/internacional/1573946084_680683.html>. Acesso em: 21 jul. 2020

NINJA. Governo chileno reprime com violência protestos contra o aumento da tarifa do transporte público. **Mídia Ninja**. 2019. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/governo-chileno-reprime-com-violencia-protestos-contrao-aumento-da-tarifa-do-transporte-publico/>>. Acesso em: 07 jun. 2020

PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In: MIGUEL; BIROLI. **Teoria Política Feminista**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013. Cap. 2, p. 55-81

_____. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1993. 345p.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de Feminismo Negro?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148p.

REDAÇÃO. O velho truque dos machistas: Macri chama Cristina Kirchner de “louca”. **Socialista Morena**, 2018. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/o-velho-truque-dos-machistas-macri-chama-cristina-kirchner-de-louca/>>. Acesso em: 20 jul. 2020

RODRÍGUEZ, Darinka. El himno feminista de LasTesis se canta en lengua mapuche y otros idiomas. **Verne México El País**, Cidade do México. 2019a. Disponível em: <

https://verne.elpais.com/verne/2019/12/09/mexico/1575930986_360499.html>. Acesso em: 07 jun. 2020

_____. Ellas son las chilenas que crearon ‘Un violador en tu camino. **Verne México El País**, Cidade do México. 2019b. Disponível em: <https://verne.elpais.com/verne/2019/11/28/mexico/1574902455_578060.html>. Acesso em: 07 jun. 2020

ROURA, Ana María. Protestos no Chile: as rachaduras no modelo econômico do país expostas pelas manifestações. **BBC News Mundo**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50214126>>. Acesso em: 06 jun. 2020

SALOMÃO, Thiago. Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto? **Infomoney**. 2015. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SERAFINI, Horacio. Macri habló de las “locuras” de Cristina y la expresidenta lo llamó “machirulo”. **La Voz**, Buenos Aires, 2018. Disponível em: <<https://www.lavoz.com.ar/politica/macri-hablo-de-las-locuras-de-cristina-y-la-expresidenta-lo-llamo-machirulo>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

APÊNDICE – ROTEIRO ENTREVISTA

1. Como se iniciou sua vida política?
2. Quais circunstâncias da sua vida motivaram essa decisão? (consciência política)
3. Qual o papel do feminismo nessa trajetória?
4. Como sua família lidou com o fato de você decidir se candidatar?
5. Você enfrenta dificuldades domésticas que influenciam na sua atuação política?
6. Quais as principais marcas machistas, na sua atuação política?
7. Você sente que essas violências são punitivas pelo fato de você ser mulher?
8. Como é sua relação com seus colegas parlamentares homens?
9. E com as parlamentares mulheres?
10. Quais os principais impedimentos você identifica na sua busca por um cargo eleitoral/representativo? Isso ocorreu de forma violenta? (física / simbólica)
11. Você considera que já sofreu violência por ser uma parlamentar mulher?
12. Você considera que já sofreu violência por ser uma mulher que luta por seus direitos?
13. Você considera que sofre violência por ser uma mulher indígena/negra/pobre/?
14. Como a pauta de gênero influencia sua atuação política?
15. Quais os desafios da mulher?
16. Como você supera esse desafio?
17. Qual mensagem você deixa para as mulheres, jovens, adultas, idosas, crianças, que queiram ingressar em uma luta política?